



WINTER SCHOOL



LUGAR



DA



O

ci

Da

D

Q



WINTER SCHOOL

O LUGAR DA CIDADE

1ª EDIÇÃO

ISCTE IUL
Instituto Universitário de Lisboa

IPPS ISCTE
Public & Nonprofit Education

AGA KHAN TRUST FOR CULTURE
EDUCATION PROGRAMME

JUNTA DE FREGUESIA
STA. MARIA MAIOR

SANTA
CASA

Ficha Técnica

COORDERNAÇÃO / COORDINATION

Jorge Barreto Xavier e Alexandra Paio

PRODUÇÃO / PRODUCTION

Rita Mansinho

APOIO A PRODUÇÃO / PRODUCTION SUPPORT

Ana Ribeiro

Patrícia Almeida

Fábio Rodrigues Correia

COLABORAÇÕES / COLLABORATIONS

Associação Renovar a Mouraria

Cozinha Popular da Mouraria

Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Teatro D. Maria II

COLABORAÇÕES – LABORATÓRIOS CÍVICOS / COLLABORATIONS – CIVIC LABORATORIES

Artéria – Humanizing Architecture

c.e.m. – centro em movimento

MEF – Movimento de Expressão Fotográfica

Vitruvius FabLab ISCTE-IUL

E-BOOK DESIGN

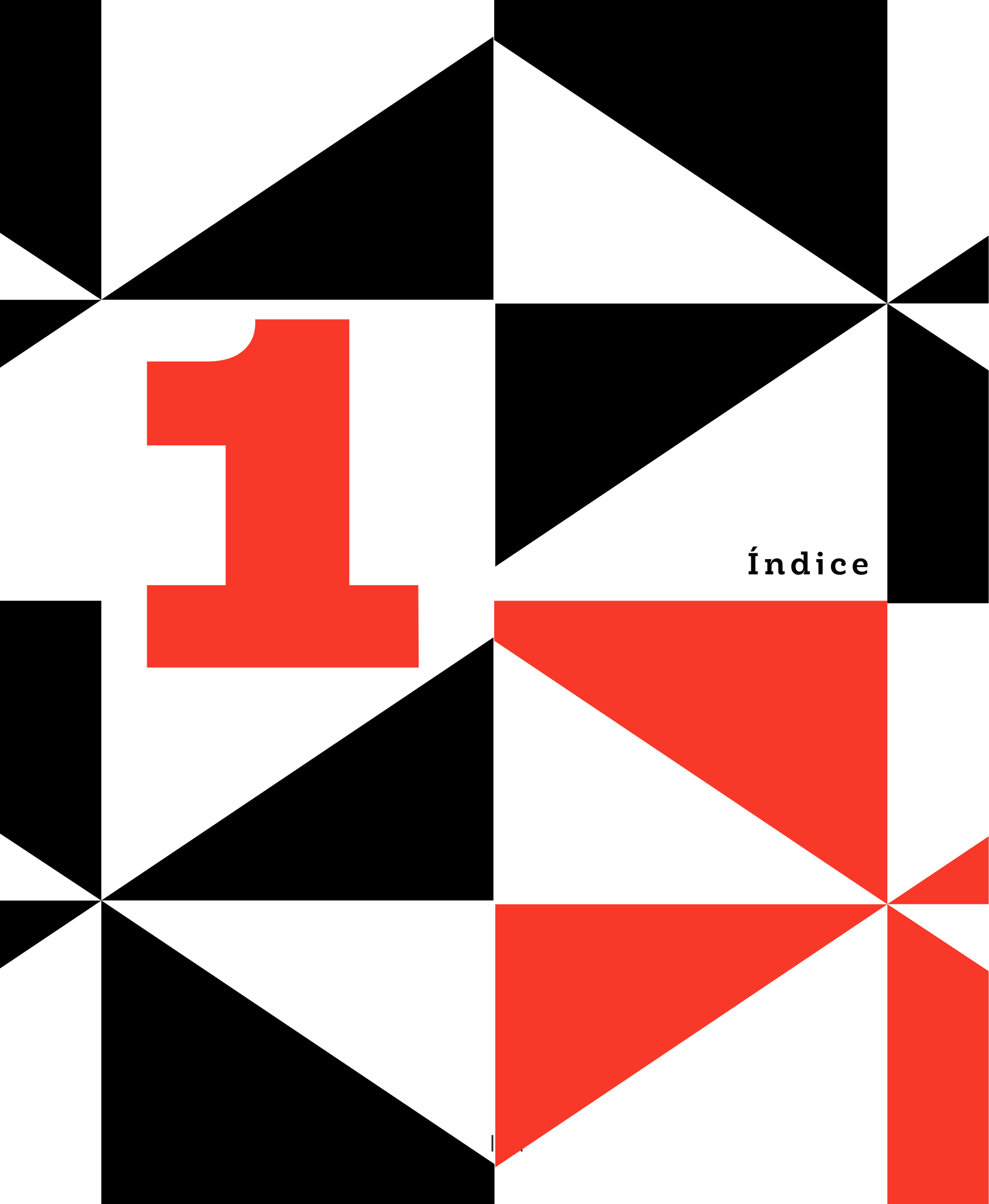
Carlos Guerreiro

Uma iniciativa ISCTE-IUL, IPPS-IUL e Aga Khan Trust for Culture
com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior
e o apoio da Santa Casa da Misericórdia.



AGA KHAN TRUST FOR CULTURE
EDUCATION PROGRAMME

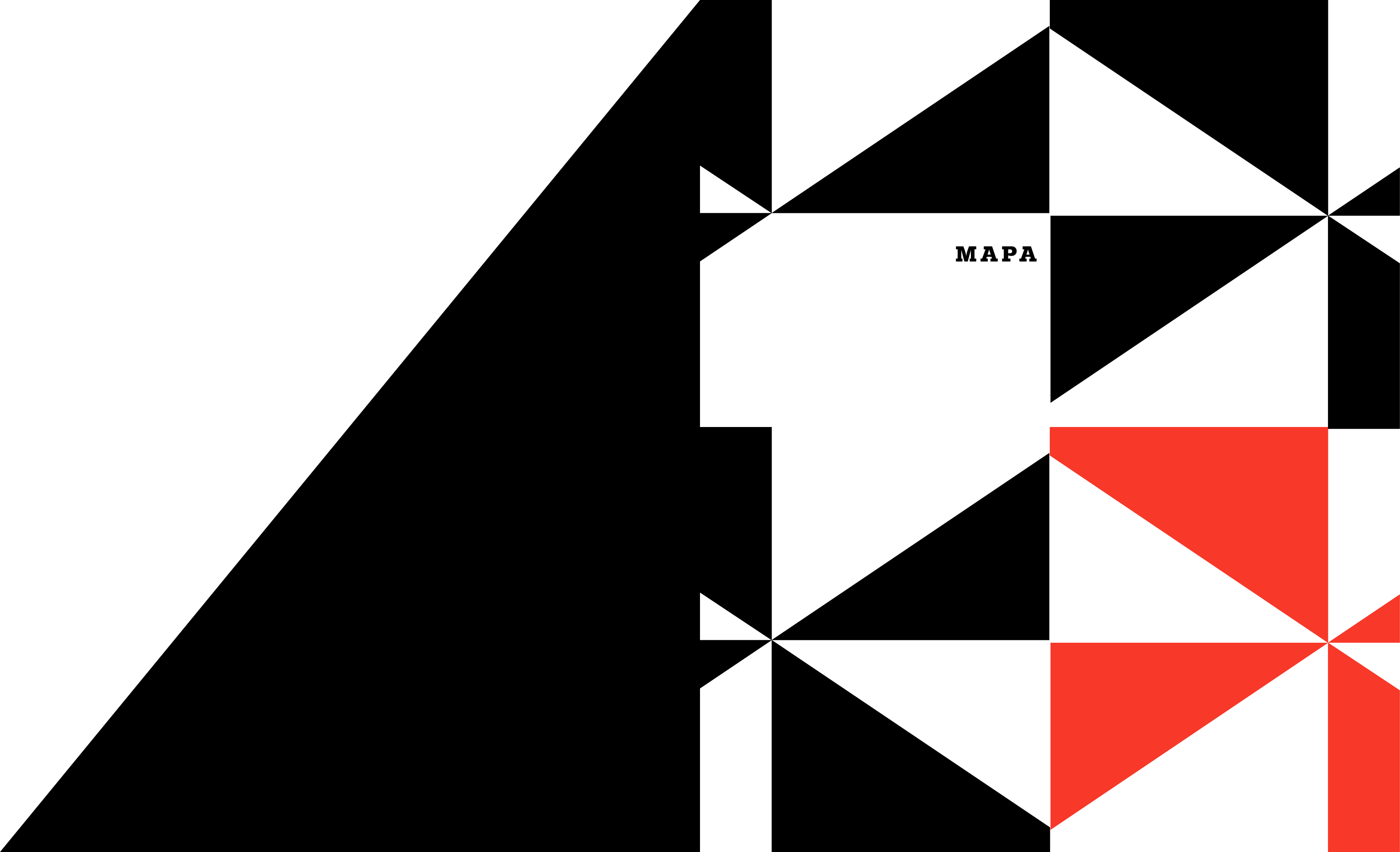




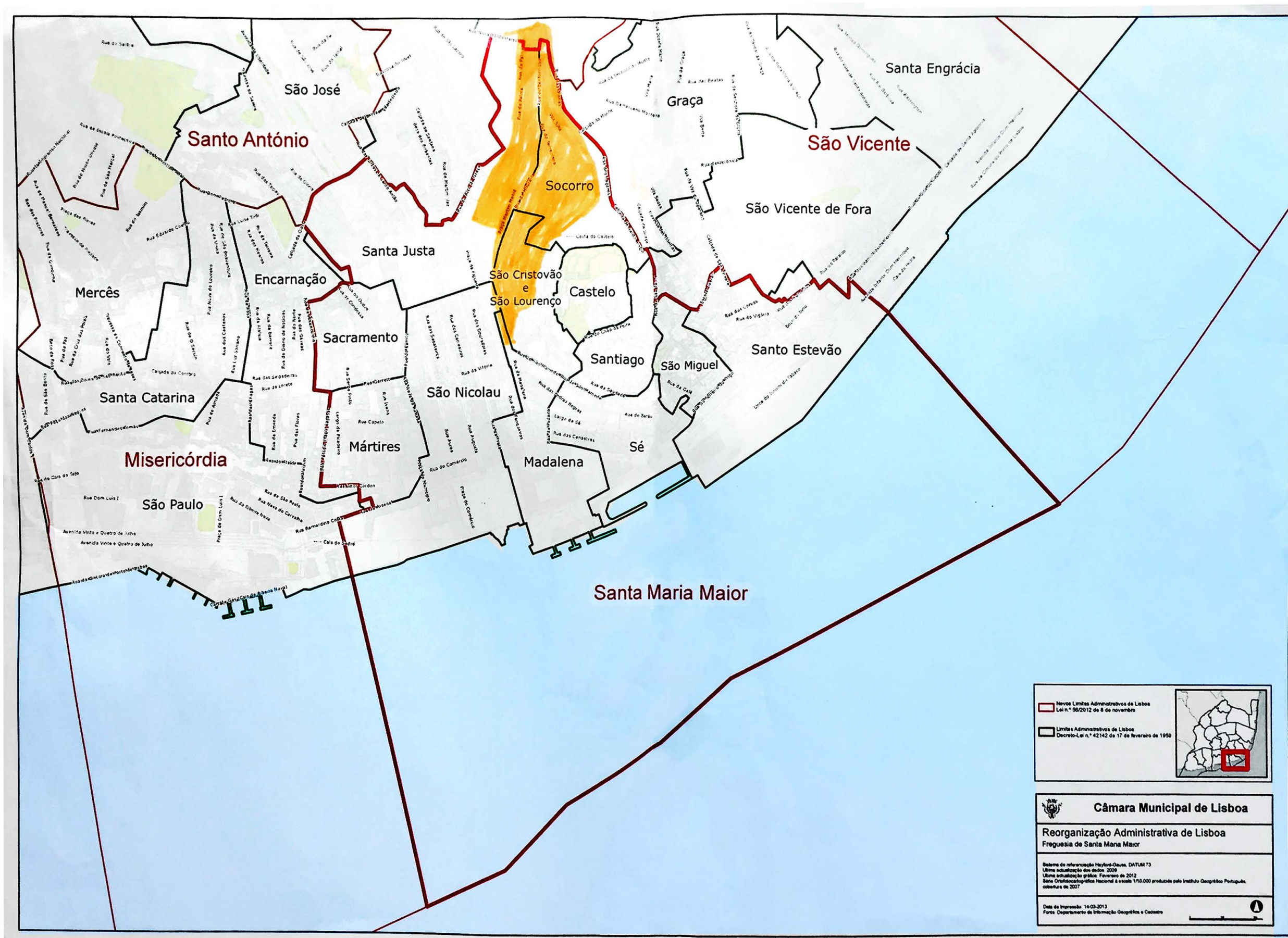
Índice

1.	ÍNDICE	
	Mapa	12
2.	APRESENTAÇÃO DA WINTER SCHOOL	
	• Public policy to combat gentrification in lisbon	16
	• O Lugar da Cidade (Isabel Flores)	18
	• Apresentação (Cameron Rashti)	20
	• Apresentação (Jorge Barreto Xavier, Alexandra Paio)	22
3.	PARTE I . OS LUGARES DA CIDADE	
	• O lugar da cidade Património e cultura (Guilherme D’Oliveira Martins)	28
	• Normatividade e participação em comunidades urbanas históricas e plurais (jorge barreto xavier)	32
4.	PARTE II . CIDADANIA E TERRITÓRIO	
	• Airbnb, buy-to-let investment e gentrificação. oportunidades e desafios. (Ana Gago e Agustin Cocola-Gant)	46
	• The place of the city. Urban development and conservation: The potential of cultural heritage for development revealed in the projects of the aga khan trust for culture (Cameron Rashti and Francesco Siravo)	50
	• “O teu luxo é o nosso despejo” Ativismo, direito à habitação e anti-gentrificação numa cidade turística: o caso de lisboa (Guya Accornero)	66
	• Apresentação. Junta de freguesia de Santa Maria Maior (Mónica Gomes, Ricardo Dias, Ricardo Tomaz)	68
	• Gentrificação, Turismo e financeirização da habitação em lisboa (Luís Mendes)	74
	• Manifesto antigentrificação redux. (Luís Mendes)	86
	• Avaliação da eficácia do envolvimento do cidadão nas políticas urbanas (Roberto Falanga)	102
5.	PARTE III . PRÁTICAS DE INTERVENÇÃO	
	• Vulnerabilidades e coesão social na Cidade de Lisboa. Resumo. (Américo Nave e Rita Pereira Marques)	106

	• A Mouraria – observar, avaliar, agir: Um projeto participativo Associação Renovar a Mouraria. Projectos comunitários Problemas e tomadas de decisões na Mouraria (Inês Andrade)	110
	• A obra social das irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor (OSIO) (Carla Fernandes e Catarina Alves)	114
6.	PARTE IV . LABORATÓRIOS CÍVICOS URBANOS	
	• Laboratório cívico. O lugar nas imagens (Luís Rocha e Tânia Araújo)	118
	• Laboratório Cívico. O lugar nas palavras (Sofia Neuparth e Jorge Barreto Xavier)	128
	• Laboratório Cívico. Laboratório Espaço Físico (Atelier Artéria e Alexandra Paio)	158
	• Laboratórios Físicos Urbanos. Exposição Final	171
	• Jantar. Fotos	185
	• 1ª Winter School. Foto de família. O lugar da Cidade	189
7.	PROGRAMA	
	• Programa Diário	194
8.	CURRÍCULOS ORADORES	
	• Bios. Oradores	206
	• Fotos. Oradores	227



MAPA



Novos Limites Administrativos de Lisboa

Lei n.º 56/2012 de 8 de novembro

Limites Administrativos de Lisboa

Decreto-Lei n.º 42142 de 17 de fevereiro de 1959

Câmara Municipal de Lisboa

Reorganização Administrativa de Lisboa

Freguesia de Santa Maria Maior

Sistema de referência: WGS84 / UTM, DATUM 73

Última atualização dos dados: 2009

Última atualização gráfica: Fevereiro de 2012

Base Cartográfica: Instituto Geográfico Português, cobertura de 2007

Data de Impressão: 14-03-2013

Fonte: Departamento de Informação Geográfica e Carteira



2

Apresentação
AKHCP

PUBLIC POLICY TO COMBAT GENTRIFICATION IN LISBON



In January 2019, the Institute for Public and Social Policies of the University Institute of Lisbon (ISCTE-IUL) organized with the support of AKTC Education a Winter School entitled “The Place of the City”. This training workshop, in which 27 participants and 33 speakers from Brazil, Italy and Portugal took part, examined the predicament of the Bairro da Mouraria, one of the oldest neighborhoods of Lisbon, which is currently an ethnically plural space (home to a large Muslim immigrant population) but one that is increasingly subjected to the strong threat of gentrification due to pressures from the tourism and real estate industries. Improving public policy skills that can benefit communities living in such historic centres where urban rehabilitation is being undertaken and the threat of gentrification looms was a key focus of the programme. Using inter alia the approach and methodology of the Aga Khan Historic Cities Programme, the Winter School brought the insights of architecture and urban conservation to bear on the challenges of planning, executing and evaluating concrete measures to increase the quality of life of the communities concerned. Theory and reflection were combined with the analysis of urban development models that foster cultural diversity and social cohesion of residents. The intensive two-week programme consisted of master classes and in situ workshops involving fieldwork and community interactions; it concluded with an exhibition and public presentation. The Santa Maria Parish, where Bairro da Mouraria is located, was a partner as well as the Lisbon City Council, while the Santa Casa da Misericórdia de Lisboa provided 10 grants for participants.

O LUGAR DA CIDADE

Isabel Flores (Secretária Geral do IPPS-ISCTE)



O IPPS-ISCTE tem como missão contribuir para o enriquecimento do debate em políticas públicas. A nossa intervenção visa contribuir para a capacitação das pessoas e das instituições que intervêm no processo das políticas públicas e sociais ao longo de todo o seu ciclo: conceção, planeamento e programação, implementação e monitorização e ainda avaliação de resultados incluindo a sua comunicação.

O programa da Aga Khan Historic Cities Programme (AKHCP), que deu o mote para o lançamento da Escola de Inverno O Lugar na Cidade, foca-se em projetos de regeneração de áreas históricas que visam impulsionar o desenvolvimento social cultural e económico, melhorando por esta via a qualidade de vida dos seus habitantes.

A organização de O Lugar na Cidade em parceria com a Aga Khan Historic Cities Programme é para nós um motivo de orgulho e uma forma de crescimento. O dinamismo dos seus coordenadores Alexandra Paio e Jorge Barreto Xavier que organizaram um programa arrojado, variado e de excelência científica, não pode passar despercebido.

A Mouraria, onde se centrou a primeira edição de O Lugar na Cidade, é um bom exemplo de projeto de regeneração merecedor de ser estudado e divulgado. Olhar para a Mouraria como um organismo vivo capaz de se adaptar e de integrar diferentes comunidades e culturas é um exercício de grande utilidade que deve ser partilhado. Como as cidades estão em constante evolução, os autores dos diversos textos deixam algumas pistas de reflexão sobre os desafios que as alterações populacionais trazem à cidade e ao quotidiano das suas gentes.

O documento que publicamos reúne os contributos de académicos, políticos, homens e mulheres de cultura com interesse no desenvolvimento social e urbanístico. Deste modo esperamos poder chegar a um público mais alargado e aumentar o espectro do debate. De notar que esta publicação tem artigos em português e em inglês pois foi essa a natureza das intervenções, confinado que diferentes idiomas não constituam uma barreira à divulgação do conhecimento.

O Lugar na Cidade deverá ser repetido anualmente explorando novos contextos e desafios urbanos, sendo por tal previsível que este volume se torne o primeiro de numa coleção de referência sobre urbes portuguesas e todos os desafios que estas compreendem. O IPPS-ISCTE espera poder continuar a contribuir para um melhor debate público e para um conhecimento mais alargado sobre a importância dos lugares e das cidades na vida de todos nós.

APRESENTAÇÃO

Cameron Rashti



Reflecting its culturally sensitive approach to planning concerns and following discussions with the AKTC Education Programme, the ISCETE-IUL sought the participation of the Aga Khan Historic Cities Programme (AKHCP) in its January 2019 Winter School training workshop that focused on the multi-ethnic district of Mouraria in the heart of Lisbon. The collaboration was natural in terms of the many mutual areas of focus and interests of our two organisations. The district of Mouraria is both unique terms of its rich history and social and urban complexity in the context of Lisbon while also representative of the challenges discrete and self-contained communities can face in maintaining their authentic way of life while enhancing the quality of their environment and accepting further integration into the surrounding urban milieu.

Since its inception in 1991, the Aga Khan Historic Cities Programme –a programme of the Aga Khan Trust for Culture – has focused on culture as the leitmotif of urban redevelopment and conservation planning. Its project work in historic districts - in Cairo, Zanzibar, Aleppo, Delhi, Kabul, Lahore and elsewhere – have enabled it to assemble a wide repertoire of strategic and methodological approaches which, while adapted to local circumstances, provide useful techniques for wider application. The ISCTE-IUL Winter School programme generously provided time to develop and share findings on the central role of culture and identity in considering future urban options, and the need to protect and preserve forums for cultural expression and exchange, be these in parks, civic halls or community spaces.

AKHCP’s contributions started with a summary of the questions facing urban planners in historic districts today, championing diversity and pluralism, and discussed the use of a variety of surveying and planning tools at our disposal, including in post-conflict situations. The novel ways in which landscape and the conservation and re-use of historic sites can regenerate districts as anchor nodes in an integrated area development approach were illustrated through examples. As a result of the Winter School, we are confident that the case of Mouraria will be monitored and followed with great interest both locally and internationally.

Cameron Rashti
DIRECTOR, AKHCP

APRESENTAÇÃO

Jorge Barreto Xavier (CIES-IUL) e Alexandra Paio (ISTAR-IUL)



“O Lugar da Cidade” é uma programa intensivo e multidisciplinar que tem por objetivo contribuir para pensar e operar no território urbano, considerado nas suas dimensões físicas e imateriais. Políticas públicas, arquitetura, planeamento urbano, desenvolvimento económico, cultural e social, aplicação de novas tecnologias e modelos participativos ao planeamento e gestão urbana, são abordagens que suportam a base programática. Este e-book conclui a documentação da 1ª edição da Escola de Inverno “Desenhar a Cidade”. A primeira edição, foca-se no bairro histórico da Mouraria, em Lisboa.

O bairro histórico da Mouraria nasceu no século XII. Nas últimas décadas, o bairro tem sido espaço de confluência de muitas nacionalidades, que se juntam ao tecido social existente. Os modos de convivência gerados, num lugar em que diversas tradições culturais e religiosas estão presentes, são símbolo do espírito de tolerância, aceitação e multiculturalismo da cidade. Acolhendo o modelo do Programa Aga Khan Cidades Históricas (AKHCP) do Aga Khan Trust for Culture (AKTC), durante duas semanas, académicos, responsáveis públicos, organizações da sociedade civil, partilharam as suas perspetivas e experiências com os participantes, de modo a contribuir para a sua formação no âmbito das políticas públicas relativas ao território urbano, da sociologia e planeamento urbano face ao desenvolvimento económico e social, assim como da arquitetura no quadro dos centros históricos.

O programa envolveu 27 participantes e 33 oradores, trabalho em sala e “in situ”, e permitiu concluir da validade de uma aproximação multidisciplinar para fazer face à complexidade dos desafios que se colocam aos centros históricos das cidades sujeitas a pressões gentrificadoras.

O objetivo deste programa foi contribuir para um modelo de desenvolvimento durável e sustentável, através da mobilização do potencial dos recursos locais e externos, numa ótica integrada e participativa, a fim de assegurar que as expectativas, a reabilitação urbana, a organização das funcionalidades do edificado e do espaço público se equilibrem, face aos desafios contemporâneos da gentrificação, do imobiliário e do turismo, tomando como referência a diversidade social, económica e cultural da população residente e flutuante e as características do casco histórico.

Seguiu-se uma abordagem integrada para a reabilitação urbana e gestão das comuni-

dades residentes e flutuantes, visando promover a identidade cultural e o progresso socioeconómico local, no contexto da cidade de Lisboa e do país. Os participantes usaram, para o efeito, métodos qualitativos e quantitativos. Os primeiros foram baseados em processos participativos e métodos etnográficos, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da comunidade e para o desenho social e físico do território. Os segundos, focaram a análise social que revela a interação complexa entre a configuração física do espaço e seus padrões de ocupação.

As atividades da Escola de Inverno foram inspiradas na estrutura do AKHCP para uma abordagem a partir dos problemas existentes. Para efeito de aprofundamento das matérias e intervenção, a partir da ideia de desenvolvimento social, educacional, económico, e cultural, foram constituídos três grupos de participantes, a que chamámos “Laboratórios Cívicos”.

- A. O Lugar nas Palavras.
- B. O Lugar nas Imagens.
- C. O Lugar no espaço físico.

Pretendeu-se que fossem resultados das aprendizagens o ser capaz de apreciar a complexidade e as camadas multidimensionais das cidades; usar abordagens participativas em processos de desenvolvimento urbano; entender os projetos de desenho e reabilitação urbana como ferramenta para promover a identidade, a diversidade cultural e a coesão numa perspetiva desenvolvimentista.

Foram resultados imediatos da Escola de Inverno uma exposição final, a parametrização de um protótipo de uma app para gestão participada do território; e este e-book.

Esta iniciativa iniciou-se pelo desafio lançado por Yudhishtir Raj Isar, Diretor do Programa de Educação do Aga Khan Trust for Culture (AKTC) para desenvolver um programa educativo para uma abordagem do território, utilizando a experiência da AKHCP. Sem o apoio financeiro do Aga Khan Trust for Culture, e o empenhamento de Raj Isar, a iniciativa não teria sido possível. A Associação Renovar a Mouraria, através da sua Presidente, Inês Andrade, facultou-nos informações preciosas que nos ajudaram a refletir sobre a Mouraria e o desenho do programa. O passo seguinte, foi obter uma articulação com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior (JFSMM), onde se insere o Bairro da Mouraria. Estamos agradecidos pela colaboração aberta e cooperante, que se iniciou com o Presidente da Junta, Miguel Coelho, e que foi articulada com uma série de elementos da JFSMM. Uma palavra especial de agradecimento é devida a Anabela Monraia. Obtivemos uma colaboração preciosa da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, que nos permitiu atribuir dez

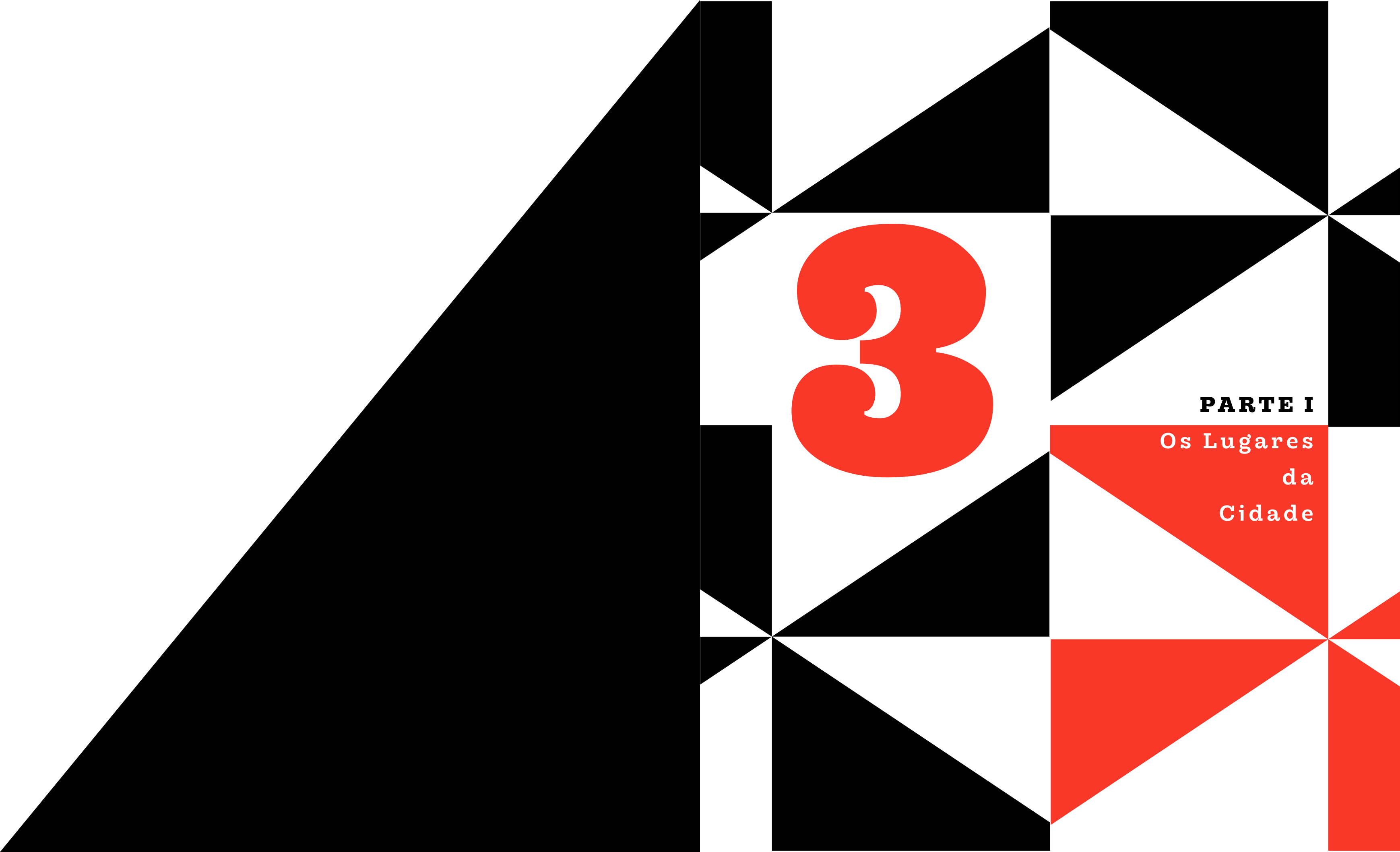
bolsas de estudo. Agradecemos, pela sua abertura, ao seu Provedor, Edmundo Martinho. E agradecemos à Câmara Municipal de Lisboa, que se comprometeu a ajudar-nos no desenvolvimento de uma aplicação a partir do Bairro da Mouraria. A Sociedade Histórica da Independência de Portugal facultou-nos a utilização das suas instalações. Também o Teatro Nacional de D. Maria II nos facultou a possibilidade de utilização de instalações. A todos estamos reconhecidos. O Vitruvius FabLab colaborou na produção de materiais para o programa.

A presença, durante a iniciativa, de um conjunto de instituições públicas e privadas, através de seus representantes, na qualidade de oradores, foi essencial para o seu sucesso. Muito agradecemos a todas elas. A disponibilidade de investigadores de diversas universidades portuguesas para fazerem comunicações, valorizou de forma singular todo o programa.

A deslocação a Lisboa do Diretor do Programa Aga Khan para as Cidades Históricas (AKH-CP), Cameron Rashti e do seu colaborador Francesco Siravo deram uma dimensão abrangente à Escola de Inverno e consolidaram a aproximação feita através da metodologia do AKHCP. Muito lhes agradecemos.

Deixamos para último o agradecimento indispensável ao Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS-IUL). Foi o IPPS-IUL, que, depois da validação científica do programa pelo ISCTE-IUL para efeito da atribuição de ECTS, recebeu e enquadrou institucionalmente a Winter School. Pela confiança depositada estamos particularmente agradecidos ao seu Presidente – Ricardo Paes Mamede – e à sua Secretária Geral – Isabel Flores. Não esquecemos a colaboração do seu staff, nomeadamente, Ana Ribeiro e Ana Almeida.

Esperamos que esta primeira edição da Escola de Inverno “O Lugar da Cidade” seja um passo seguido de outros, neste nosso objetivo de contribuir para pensar e operar o território urbano a partir de abordagens multidisciplinares e articuladas com diferentes tipos de agentes.



3

PARTE I

Os Lugares
da
Cidade

O LUGAR DA CIDADE PATRIMÓNIO E CULTURA

Guilherme d’Oliveira Martins



É com muito gosto que participo no programa “O Lugar da Cidade”, organizado a partir de uma iniciativa do Programa de Educação do Aga Khan Trust for Culture, que visa contribuir para pensar e operar no território urbano, nas suas dimensões materiais e imateriais. Falar das cidades significa ir do urbanismo à urbanidade, o que significa pôr a cidadania em lugar cimeiro. Políticas Públicas, Arquitetura, Planeamento Urbano, desenvolvimento económico, cultural e social, novas tecnologias, participação, planeamento e gestão são abordagens que têm de ser valorizadas. Agradeço assim ao meu Amigo Dr. Jorge Barreto Xavier o amável convite para aqui estar. A primeira edição centra-se no bairro histórico da Mouraria, onde se fazia sentir fortemente no século doze a presença dos moçárabes, os cristãos arabizados. Desde a Idade Média até aos dias de hoje, o bairro tem sido espaço de confluência de muitas culturas, que se juntam no tecido social existente. As trocas e as convivências constituem uma rica encruzilhada de diversas tradições culturais e religiosas, que são símbolo do espírito de respeito mútuo, de intercâmbio e de partilha. Académicos, responsáveis políticos, organizações da sociedade civil, partilham, assim, as suas perspetivas e experiências, para o desenvolvimento de políticas públicas relativas ao território urbano, com vista ao desenvolvimento económico e social, no âmbito dos centros históricos.

A defesa do património cultural tem de se integrar na concretização da coesão económica e social, da sustentabilidade e do desenvolvimento humano. Assim, devemos compreender a prioridade dada à cultura, como integradora da educação e da ciência, como realidade dinâmica e humanista. A ideia de diversidade, de intercâmbio e de enriquecimento mútuo é fundamental – para que os outros e os diferentes possam fazer parte de uma cidadania inclusiva, culta, aberta e disponível. Recordemos o que diz a Convenção de Faro do Conselho da Europa sobre o valor do Património Cultural na Sociedade Contemporânea (de 2005): «O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução e inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo» (artigo 2º, alínea a). Eis por que

devemos assumir uma atitude humanista, para a qual a criação cultural e a salvaguarda do que recebemos do passado e devemos enriquecer têm de se assumir como prioridade de exigência e de qualidade.

O património cultural tem múltiplas componentes: monumentos, museus, edifícios históricos, arquivos, bibliotecas, referências artísticas e arqueológicas – o património material –, tradições, costumes, línguas e dialetos, romanceiros, artesanato, música e danças, relações interculturais – o património imaterial –, mas ainda o património natural, o meio ambiente, as paisagens, o património digital, e a criação contemporânea... Valores, culturas e memórias devem caracterizar-se pela “Unidade na Diversidade”, resistindo à fragmentação dos egoísmos e da intolerância. Fora da lógica das identidades fechadas, devemos construir realidades abertas e complexas, que não excluam ninguém. O património cultural liga gerações, suscita complementaridades, cruza influências e assenta na evolução histórica de encontros e desencontros – abrindo caminhos de diálogo e de cooperação entre comunidades na Europa, mas também com outras culturas do mundo. Trata-se de uma ponte entre o passado e o futuro, um processo contínuo de criatividade e inovação, que assenta as suas raízes na evolução histórica e suplanta-a em nome de uma cidadania ativa e responsável, do desenvolvimento sustentável e de uma sólida coesão social.

Celebrámos há pouco o Ano Europeu do Património Cultural, bem como os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, importando reconhecer o Património como uma prioridade; criar pontes entre as dimensões local, nacional e europeia; preservar e transmitir o que é insubstituível; investir na regeneração do Património com qualidade; promover o melhor conhecimento, a compreensão aprofundada, assim como aproveitar a oportunidade que o momento atual nos reserva. A sociedade no seu todo e o desenvolvimento humano estão em causa. Ligue-se o investimento na cultura, educação e ciência com os objetivos de coesão social e de desenvolvimento regional, envolvendo cidades, campos, litoral, meio ambiente, turismo, sustentabilidade, mudança climática, investigação e inovação, política digital. As instituições deverão, deste modo, reconhecer o património cultural como prioridade estratégica, o que contribuirá para o urgente in-

vestimento no capital humano e cultural e na promoção dos valores universais europeus. Longe da ideia estática de património cultural com um acervo fechado e passadista temos de cuidar de uma perspetiva ampla da cultura, que pressupõe a aprendizagem, o conhecimento científico e o saber lidar com a técnica e a tecnologia, enquanto instrumentos que permitam assegurar o respeito pleno pelos fins, ou seja, pela dignidade da pessoa humana, pedra angular das Humanidades.

NORMATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO EM COMUNIDADES URBANAS HISTÓRICAS E PLURAIS

Jorge Barreto Xavier



Interessa-me, nesta comunicação, focar a cidade política, ou seja, o lugar da comunidade dos cidadãos.

O meu ponto de partida é dizer que a cidade é um pacto social de e para os cidadãos, e, que todos os outros aspetos que caracterizam uma cidade, se orientam para este objetivo. Se, na prática, na realidade que nos cerca, não é assim, parto do princípio que devia ser assim.

Uma cidade deve ser um espaço de iguais para iguais, correspondendo a igualdade à condição estatutária da cidadania.

Bem sabemos que as normas legais que nos garantem os mesmos direitos e deveres, são, em muitos aspetos, um ideal a alcançar, amiúde precisando de um esforço orientado para a sua concretização.

As normas, as instituições legais, convivem com as normas, as instituições “de facto” e a correlação dos seus respetivos pesos para a balança da vida de determinada comunidade faz-se de forma dinâmica.

O meu foco incide na questionação e reflexão sobre os eventuais equilíbrios ou desequilíbrios que se estabelecem entre normas e dinâmicas de participação política no âmbito de cidades, ou espaços nas cidades, em cidades com características históricas e com comunidades plurais.

Proponho-me definir, para efeito desta comunicação, seis conceitos e peço a vossa indulgência para este exercício, mas preciso de situar conceitos que são por demais usados. E tanto se usam, que dificilmente se sabe o que eles contêm, pelos múltiplos sentidos que veiculam.

A delimitação conceptual que faço é necessária para operar o que pretendo dizer-vos. Os conceitos em causa são: normas; características históricas; comunidades plurais; cidade; cidadania; participação política.

Defino normas como o conjunto de regras operativas na organização do poder, na sua circulação e ação na cidade. As normas, têm diferentes categorias: há normas legais, há tradições, costumes, dinâmicas de comportamentos em cascata, enfim, todas as comu-

nidades humanas organizam-se segundo vários tipos de normatividade, que operam a diferentes níveis e se entrecruzam, entrelaçam, antagonizam, convergem e divergem de diferentes formas.

Às normas, associa-se o conceito de autoridade. E também no que respeita a autoridade, existem muitas variações sobre a sua localização efetiva – por exemplo, há poderes públicos sem autoridade e há protagonistas privados com excesso de poder. Pode, também, acontecer o contrário: situações em que os poderes públicos exercem um excesso de autoridade e os privados estão diminuídos indevidamente da mesma.

No turbilhão normativo que é a contemporaneidade – onde se colocam em causa os poderes institucionais tradicionais e se valorizam novos veículos e atores – entidades públicas e agentes privados procuram encontrar novas formas de organizar a autoridade e a circulação de poder, para promover - dependendo dos respetivos interesses - tanto a estabilidade, como a instabilidade, o estado das coisas ou a sua mudança.

Vivemos a incerteza da situação entusiasmante e arriscada de momentos históricos de transição, onde é nossa responsabilidade questionar mas também obter equilíbrios que garantam a estabilidade da vida em comum. Neste momento, qual a posição e o estatuto da cidadania e da participação política nas cidades, face aos desafios das novas tecnologias, da sociedade em rede, da comodificação, dos novos modelos de governança e de operação estatal, face às desigualdades, aos populismos, às crises do sistema político? De facto, a existência de mecanismos normativos de democracia representativa e participativa, não se têm revelado, nos quarenta e quatro anos de democracia portuguesa, suficientes para diminuir, de forma sistémica, as desigualdades, nem para promover a consistente melhoria da qualidade de vida dos mais desfavorecidos. Também o crescimento da iniciativa individual e o reconhecimento do mérito têm um longo caminho, pela frente, numa sociedade eminentemente clientelar. E a conjugação ativa destes dois elementos críticos é essencial na afirmação de um pensamento e ação política que valorize modelos de cidade plurais, empreendedoras e sustentáveis, para um desenvolvimento equilibrado e inclusivo. Continuando com as definições, defino características históricas como o conjunto de

elementos culturais que, ao longo dos anos, das décadas, dos séculos, gerou elementos, materiais e imateriais, construídos e simbólicos, que manifestam identidades e diferenças, numa composição específica que comporta mecanismos de coesão e representação pessoal e coletiva.

Defino comunidade plural como aquela que integra diferentes partes identificáveis e por vezes concorrentes, que interagem entre si de forma colaborativa, em ordem a uma vida em comum.

Assim, em Lisboa, entre outros aspetos categorizadores, somos, historicamente, fenícios e romanos, judeus, católicos e muçulmanos, somos medievais, manuelinos, filipinos, joaninos, pombalinos, românticos, modernistas, Estado Novo. E somos, hoje, Estado Social, capitalistas, socialistas, sociais-democratas, democratas cristãos, comunistas; somos portugueses continentais e da diáspora, somos todas as nacionalidades e credos que ao longo dos anos aqui aportámos, somos velhos e novos, somos uma comunidade aberta aos diferentes géneros, culturas e estatutos sociais e económicos, somos residentes, trabalhadores pendulares, turistas, visitantes em trabalho.

Somos tudo isto, e vivemos em paz social, mas tal não significa, necessariamente, que existe interação em diversos parâmetros de participação da vida da polis, da vida da cidade e que esta situação seja estática.

Perante todas as matizes possíveis face às questões da participação, não podemos ignorar que há níveis de interação que merecem incremento: é o caso, por exemplo, da interação entre e com comunidades migrantes; interação entre populações de diferentes partes da cidade; interação entre diferentes estratos sociais, culturais, económicos.

Tomando em consideração o que já disse, defino cidade, e mais concretamente, um tipo específico de cidade – a cidade democrática, como o lugar da comunidade de cidadãos, organizado por um dado contrato social, espaço material e imaterial, dotado de organização política e de um leque alargado de ofertas para a vida individual e coletiva, em ordem a responder às expectativas e necessidades dos seus residentes e visitantes.

As interações, as trocas, que decorrem no lugar da cidade, são mercantis e não mercantis, sem que seja desejável que qualquer destas ordens se subordine à outra, mas que ambas concorram, nos respetivos parâmetros, enquadradas por uma ordem de valores e respetivas normas, para uma comunidade justa, um objetivo que tendemos a esquecer, secundarizar, ou a não saber definir.

Uma cidade democrática, tendo por referência a ideia de Estado moderno, determina-se por um território físico, poder organizado e uma comunidade. As diferenças específicas entre o conceito moderno de Estado, que, constitucionalmente, ainda está na base do conceito contemporâneo de Estado, e o conceito contemporâneo de cidade, nas sua

qualificação normativa constitutiva, reside, na essência, na delimitação dos poderes negativos da cidade: uma cidade que não seja uma Cidade-Estado – como é hoje o caso de Singapura, do Mónaco ou do Vaticano – não exerce poderes soberanos, não tem uma fronteira física com a normatividade de uma fronteira estatal e a sua comunidade não é politicamente estanque – ela funde-se com as restantes comunidades urbanas e rurais no quadro do Estado que a abrange.

Outro conceito que pretendo abordar é o de cidadania na cidade democrática. Defino cidadania como o estatuto de igualdade de direitos e deveres civis e políticos, atribuídos, juridicamente, no quadro de determinado Estado aos seus membros, normalmente implicando os direitos e deveres políticos, uma idade mínima para o seu exercício.

Este conceito normativo de cidadania tem outros aspetos normativos, de jure e de facto, que se lhe juntam: uns e outros, atribuem direitos e deveres universais; e direitos e deveres locais. Assim, em termos de direitos e deveres políticos, um cidadão português exerce, em Portugal, direitos e deveres que cidadãos de outras nacionalidades não podem exercer, nomeadamente, eleger e ser eleitos para lugares políticos nacionais, poder ocupar determinados lugares na administração pública, etc. Na ordem internacional, os cidadãos portugueses, como os cidadãos de qualquer outra nacionalidade e os apátridas têm a tutela do direito à vida, à liberdade, à segurança, sem distinção de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento.

Na ordem local, nomeadamente, municípios e freguesias, os cidadãos têm direitos e deveres específicos, relativos à sua residência. A nível local, há diferentes ordens de direitos e deveres políticos, para residentes que sejam cidadãos nacionais, cidadãos da União Europeia, cidadãos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, cidadãos residentes de outros países a quem tenham sido atribuídas licenças de residência, e cidadãos estrangeiros com estatutos de residência não definidos ou ilegais.

Este é, no que se refere ao estatuto de cidadania, o quadro geral de jure.

Mas bem sabemos que, na prática, o exercício de direitos e a participação na vida da cidade, de facto, depende de muitos aspetos para lá da enunciação normativa. Primeiro, porque nem todos querem participar. Depois, porque mesmo querendo, nem todos conseguem aceder à participação. Finalmente, porque há variações entre o estatuto normativo jurídico de cidadania e o reconhecimento sociológico, o estatuto social, de cada cidadão ou de grupos de cidadãos.

Finalmente, para efeito da delimitação do tema que me propus abordar, defino participação política como as diferentes formas dos cidadãos se envolverem nas matérias que respeitam à vida da cidade democrática.

De uma forma simplista, e sem fazer uma análise ou elencagem de sistemas de governo, posso dizer que o modelo para o qual, no Ocidente, somos remetidos para falar de participação política cidadã na cidade democrática, corresponde ao modelo da polis, do século V aC, enquanto cidade ateniense clássica. A polis, com a afirmação do conceito de democracia (uma palavra compósita que, do grego antigo, junta as palavras *demos* - povo - e *kratos* – governar) e do conceito de cidadania.

Em Atenas, participação política equivale a participação na vida da polis, da cidade.

Uma Cidade-Estado que remete a noção de Estado para a comunidade de cidadãos e não para o seu território. Uma comunidade de cidadãos que, através da democracia direta, decide sobre todos os aspetos da vida da cidade.

Bem entendido, este modelo, tinha muitas limitações: os cidadãos eram uma parte pequena da comunidade ateniense – só homens atenienses de determinada idade podiam participar na vida política, na vida da cidade – as mulheres, os estrangeiros, salvo raras exceções, em que ganhavam o estatuto de cidadãos, e os escravos, estavam excluídos da participação na decisão política. Os cidadãos, gozavam de elementos normativos de notável maturidade, para efeitos de participação política – igualdade perante a lei e mecanismos de decisão em assembleia de todos os cidadãos, através da vontade expressa pela maioria. Situação similar, mais próxima, acontecia em cidades-república medievais como Florença e Veneza.

Ainda na tradição ocidental, que remete para a construção do estatuto do cidadão enquanto ator da pólis, encontram-se, entre outros documentos, a Magna Carta inglesa, do século XIII, a Bill of Rights inglesa do século XVII, a Declaração de Direitos da Virgínia, na fundação dos Estados Unidos da América, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, na Revolução Francesa, ambas no fim do século XVIII e, de forma mais recente, a Declaração Universal dos Direitos do Homem das Nações Unidas, de 1948, e a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, de 1950, proclamadas imediatamente depois da guerra mais devastadora do século XX, a II Guerra Mundial, dada por finda em 1945.

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte na direcção dos negócios públicos do seu país, quer directamente, quer por intermédio de representantes livremente escolhidos.

2. Toda a pessoa tem direito de acesso, em condições de igualdade, às funções públicas do seu país.

3. A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.”

A Constituição da República Portuguesa de 1976, em vigor, acolhe estas normas por via da integração da Declaração Universal dos Direitos do Homem na ordem jurídica portuguesa

e por via do nº2 do artigo 16º e através da enunciação dos direitos e deveres fundamentais, nomeadamente, os direitos, liberdades e garantias de participação política, e entre as normas que a definem, os artigos 48º a 51º, que se referem a participação na vida pública, direito de sufrágio, direito de acesso a cargos públicos, associações e partidos políticos. A Constituição Portuguesa de 1976, em vigor, segue uma tradição que tem origem nas Cortes estamentais da Idade Média e se consolida com os Parlamentos liberais da Monarquia Constitucional, para, finalmente, se afirmar de forma madura na democracia portuguesa, organizada em torno do modelo de Estado Social, desde o estabelecimento da atual Constituição.

Em todos estes períodos, e hoje de forma mais reforçada, o poder executivo teve que tomar em conta poderes representativos dos cidadãos ou de classes.

Porque se torna importante convocar estas histórias e estes documentos legais, que parecem aborrecidos e desnecessários, tantas vezes? Porque elas e eles são parte importante da matriz onde se encontra a genealogia para os valores fundamentais que organizam as formas legítimas de participação política atual. São parte importante do sistema de instituições políticas, que integra, também, as instituições políticas não formais e informais, e que no conjunto organizam a nossa participação política, fazendo parte do conjunto, do sistema institucional que cobre o nosso período de vida.

Como diz Duverger, as instituições são a cultura que serve de base ao sistema social.

Hoje, procuramos conjugar, no que se refere à participação política legítima, três mecanismos de participação para a formação de decisões de e para a comunidade política de cidadãos:

- mecanismos de representação, de democracia representativa, como foram amadurecendo até à contemporaneidade, onde os representantes eleitos decidem;
- mecanismos de participação direta, retomando modelos das Cidades-Estado e das Cidades-Repúblicas, e atualizando-os para as necessidades, circunstâncias e possibilidades das comunidades contemporâneas, onde o conjunto de cidadãos toma, por maioria, decisões, diretamente, de e para a vida da comunidade política;
- mecanismos de participação semi-direta, em que os cidadãos interagem com os seus representantes eleitos na formação de decisões;

Numa democracia contemporânea, seja a nível nacional, regional ou local, sendo necessário defender a importância dos representantes eleitos, valorizando-os e, ao mesmo tempo, escrutinando-os na sua ação e resultados, torna-se necessário promover outras formas de participação política legítima, que, conjuntamente com o modelo de democracia representativa, construam uma comunidade mais ligada entre si, mais participativa. Esta necessidade, decorre das alterações significativas nas dinâmicas de

interação social provocadas pelas redes sociais, pelas novas formas de reconhecimento cultural e pelas expectativas dos cidadãos e de grupos de cidadãos.

Contrariamente, a legitimidade da participação política, numa ditadura, é definida pelo uso da força, acima da lei, ou à qual a lei se subordina. A legitimidade da participação política em democracia é definida pelo uso da lei, à qual a força se subordina.

Atualmente, continua a faltar a formação consistente e generalizada para a participação política, nas famílias e nas escolas. Continua a faltar a consciência, a adesão e a ação dos cidadãos relativamente à matriz dos nossos direitos e deveres fundamentais de participação política.

E esta situação acontece num quadro normativo legal que até abre novos mecanismos de participação legal. Mas também num momento em que há dinâmicas que enfraquecem a força da normatividade legítima – como é o caso de manifestações espontâneas, dos boatos, rumores, das fake news.

Na vida das cidades, ao lado dos processos clássicos de participação – as eleições para a câmara municipal, assembleia municipal, juntas de freguesia e assembleias de freguesia; as organizações associativas de base local, nomeadamente – abrem-se novos processos de participação, ora visando alargar, de forma legítima, a participação cidadã, ora visando, antes pelo contrário, de forma ilegítima, limitá-la.

Uns processos, são promovidos pelas entidades públicas, como é o caso dos orçamentos participativos, consultas aos cidadãos, petições, plataformas colaborativas de partilha de informação e sinalização de problemas, etc. Outros, são promovidos por organizações associativas, digamos, tradicionais – prestação de serviços à comunidade nos mais diversos domínios, organização de redes digitais de interesses temáticos, mobilização face a decisões públicas, etc.

Outros processos, são novos:

- iniciativas económicas públicas, público-privadas e privadas com alteração de usos e das correlações entre os ocupantes de dado território;
- iniciativas estruturadas em redes sociais, com rosto ou sem rosto, com grande capacidade de impacto no pensamento e comportamento dos cidadãos, por vezes provocando ou alimentando fenómenos populistas;
- iniciativas inorgânicas, informais, espontâneas, de que são exemplo no patamar digital as validações, críticas e propostas mais ou menos estruturadas, mais ou menos construtivas; e no patamar físico, por exemplo, hortas urbanas em terrenos propriedade de terceiros, a ocupação de espaços desabitados para habitação ou eventos, as campanhas a favor das causas mais diversas, sendo que tanto as iniciativas digitais e físicas referidas têm, impactos, efeitos e durabilidades muito variáveis;

- iniciativas de economias paralelas e de organizações ilegais, com centros de poder clandestinos, envolvendo, nomeadamente, tráfico de pessoas, tráfico de droga, prostituição, redes de furtos e roubos.

Em relação aos diferentes conceitos e problemas levantados, há um parâmetro que possa servir de ligação entre todos os diferentes aspetos e ligando-os, possa ser operativo para incrementar o desenvolvimento pessoal e social no âmbito da cidade?

O parâmetro mediador do incremento ao desenvolvimento, na cidade democrática é a identidade comum na cidadania. Esta identidade comum na cidadania é essencial para, na expressão de Charles Landry, “fazer cidade”.

É nesta identidade na cidadania que se faz o encontro entre a normatividade e participação.

Não podemos fugir às normas – as normas, sejam elas legítimas ou ilegítimas, boas, más, eficazes ou inúteis, as normas estão presentes nas nossas vidas. O estatuto da cidadania, é a resposta contemporânea mais capaz e completa para a convergência das normas legítimas que desenham o modelo de participação na vida da cidade.

A cidadania é o elemento básico para a ativação do empoderamento pessoal e social na cidade.

Todavia, como referi, se a cidadania é uma condição necessária, ela não é uma condição suficiente.

Há que conteudificar o estatuto de cidadania urbana com formas de participação política através de modelos de democracia representativa, direta e semi-direta.

O peso de cada uma destas variáveis tem de ser ponderado e não é estático, antes é objeto de uma geometria dinâmica face a uma comunidade que funciona em diversos níveis, com graus de interação complexa.

É responsabilidade de decisores políticos e dos cidadãos garantir que a cidadania ativa opera – e para este efeito, não basta aos decisores dizer que estabeleceram agendas desejáveis e aos cidadãos reivindicar a satisfação de expectativas. Dos dois lados, exige-se e pratica-se hoje uma transformação de papéis que coloca em presença modelos horizontais de relação e interação, face a anteriores modelos hierarquizados.

Decisores e cidadãos confundem-se.

Esta proximidade é a muitos títulos vantajosa, nomeadamente, no estabelecimento de novos modelos de governança, mas também pode ser indesejável, se diluir o papel dos responsáveis.

A vigilância dos cidadãos orientada para o cumprimento de objetivos de valorização pessoal e social da comunidade, num ideal inclusivo, tem de ser permanente.

Não uma vigilância policial, mas sim uma vigilância que equivale à assunção da responsa-

bilidade de participação nos processos de decisão e na avaliação dos seus resultados. No desenho de novos projetos e na alteração de condutas menos satisfatórias.

Esta atitude empenhada implica um trabalho comunitário de construção e empoderamento da cidadania no qual têm especial responsabilidade as autoridades públicas mas que é por demais importante para deixar, exclusivamente, nas suas mãos, o processo.

De facto, é obrigação de todos nós contribuirmos para a ação cidadã.

Quem trabalha do lado público, sejam eleitos, sejam administração pública ou agentes por estes contratados, têm o dever primeiro de se orientar para que a cidade democrática aconteça.

Afinal de contas, se ela não acontecer, nos seus diferentes planos, envolvendo as suas diferentes partes, na ideia de comunidade, como poderemos defender o ideal de democracia a que corresponde o projeto político da sociedade portuguesa e das suas cidades e territórios rurais?

A cidade de Lisboa, como capital do país e pela sua dimensão política, económica, social, cultural, tem especiais responsabilidades e papel neste propósito.

As pressões recentes colocadas nos bairros históricos da cidade face ao turismo, com todos os aspetos positivos e negativos que se colocam, é um desafio que, para uma solução sustentável, implica ter como parâmetro primeiro a concretização do projeto de cidade democrática. Se assim não for, poderemos ter um espaço urbano renovado, desejável, mas que se reduz ao ideário da comodificação. Este é um modelo que, por natureza, gera distorções de escala que exigem contrapesos para a garantia da sustentabilidade, pluralidade e coesão. As distorções são o primeiro passo para a frustração de expectativas e estas, o caminho para a entrada dos simplismos populistas na vida da comunidade política, com todos os custos que tal situação implica.

A cidade é o grande laboratório da cidadania, o lugar por excelência do exercício da participação cidadã, onde hoje, os aspetos materiais e imateriais da vida, as redes físicas e virtuais, os fluxos de pessoas e bens, se encontram, se modelam e se inovam.

Cada cidade tem a sua história, a sua normatividade, a sua dinâmica de participação, evidentemente, cruzados com outros níveis e escalas. É possível a partir deste quadro estabelecer homologias e distinções em relação a outras cidades, face a diferentes ordens de valores, num sistema global que é, ao mesmo tempo, competitivo e colaborativo.

Lisboa, cidade democrática, com as suas características históricas e contemporâneas, é uma cidade preparada para a participação cidadã. Mas, tal como acontece em Portugal inteiro, quatro décadas de democracia, apesar de terem mudado, drasticamente para melhor, a vida dos Portugueses, não foram suficientes para reduzir de forma significativa as desigualdades, sendo que a percentagem de população pobre e em risco de pobreza é

muito elevada, fixando-se, em 2017, a taxa de intensidade de pobreza, segundo dados do Eurostat, em 24,5% da população, ou seja, um quarto da população portuguesa, aproximadamente, 2,5 milhões de pessoas.

Neste quadro, Portugal em geral e Lisboa em particular, têm, nos últimos anos, com a atividade turística, novas oportunidades de ingressos financeiros, redução das desigualdades, criação de empresas e de empregos, de reabilitação urbana.

Mas qualquer dispositivo complexo face a constrangimentos e oportunidades, nomeadamente, no nosso quadro atual, está exposto, ao mesmo tempo, à fortaleza e à fragilidade. E este paradoxo convida à existência de diversas fontes de oportunidades e não à construção de dependências únicas.

É importante reconhecer as oportunidades da indústria turística, mas esta não pode monotematizar a economia, a sociedade e a cultura do País em geral e de Lisboa em particular.

Defendo a promoção da diversidade e pluralidade, numa perspetiva empreendedora, inclusiva e sustentável, em que os cidadãos são o centro o coração da ideia de cidade.

E se é verdade que qualquer espaço urbano é passível de mudanças, materiais e imateriais, confesso que a minha preferência está nos bairros integradores face à ideia dos bairros exclusivos, nomeadamente, no que respeita aos tipos de habitação, comércio e serviços disponíveis.

De facto, os bairros da cidade, não têm de ser só uma coisa, as preponderâncias e as distinções são possíveis e por vezes desejáveis, mas se provocarem roturas do tecido social e da coesão, tornam-se contrárias ao sentido da vida em comunidade.

Os recentes conflitos em diversas cidades francesas são o sinal da insatisfação em diferentes parâmetros, de que a gentrificação é uma das causas. A conflituosidade, a outros níveis, também está presente em casos mais próximos. Barcelona e Lisboa são exemplos, nomeadamente, na transformação dos usos materiais do espaço e das funções e das consequências sobre a pluralidade das populações residentes.

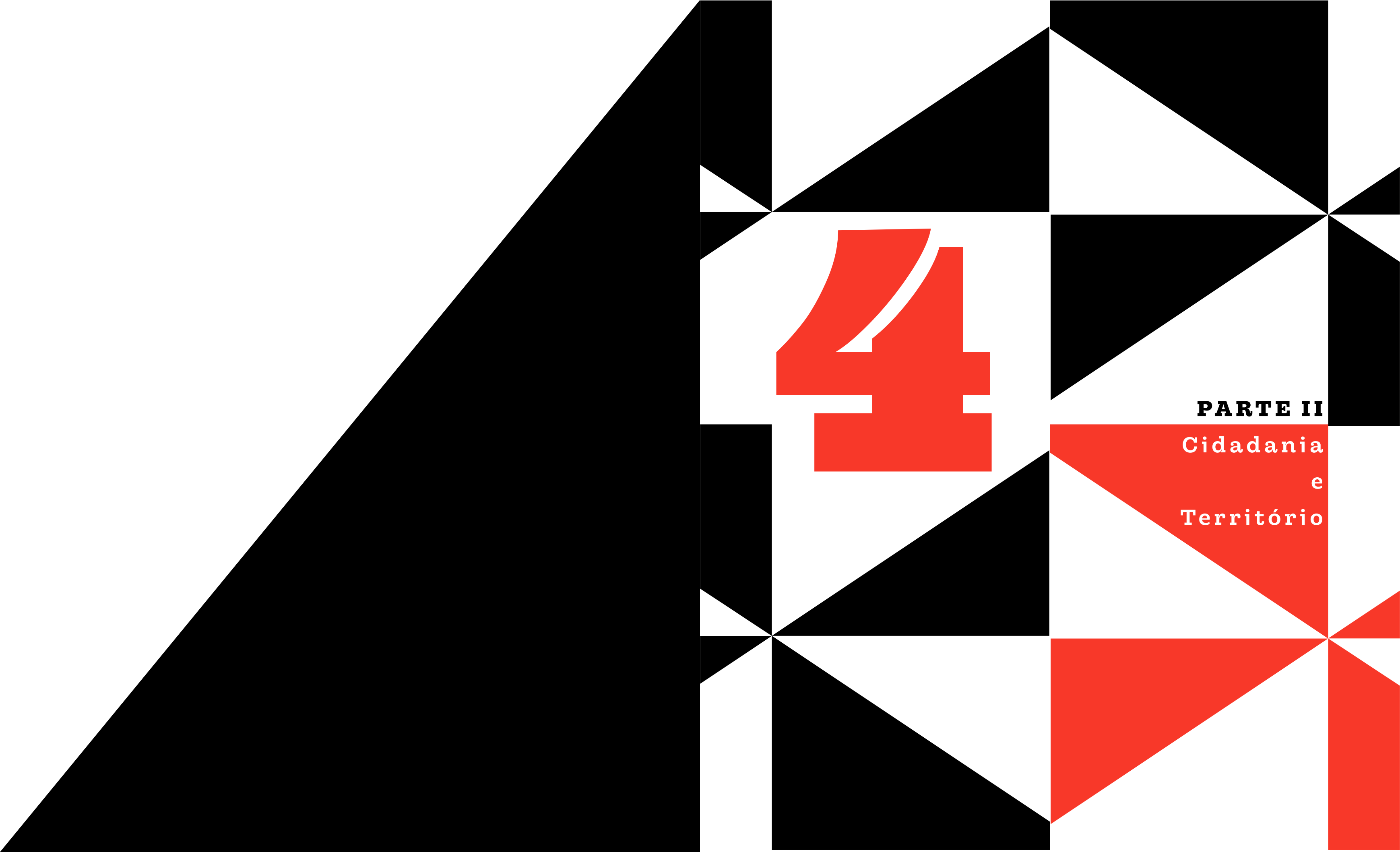
É importante ter a concretização da cidade democrática como orientação estratégica para a comunidade urbana, para a polis contemporânea, e todos nós, cidadãos, somos atores deste desafio.

Espera-se que a complexidade dos problemas por um lado, a eventual concentração em benefícios pessoais de curto prazo, por outro, não seja, exclusivamente, o que nos move ou demove.

Espera-se que consigamos, para Lisboa, para os seus bairros históricos, para a Mouraria, o encontro de novos patamares de integração e desenvolvimento humano - económico, social e cultural - face aos complexos desafios contemporâneos, para a comunidade

como um todo. Um desenvolvimento centrado na cidadania, o eixo dinâmico da balança da participação política, a base da cidade democrática.

É este o lugar da cidade.



4

PARTE II

Cidadania
e
Território

AIRBNB, BUY-TO-LET INVESTMENT E GENTRIFICAÇÃO. OPORTUNIDADES E DESAFIOS.

Ana Gago e Agustin Cocola-Gant



Este texto resulta de um estudo realizado no bairro de Alfama, Lisboa. O estudo completo será publicado em:

Gago, A and Cocola-Gant, A (2019). O alojamento local e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa. In AC Santos (Ed) A questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de Economia Política. Coimbra: CRISALT

Este texto resulta de um estudo que interliga o investimento induzido pelo Airbnb, o turismo urbano e a gentrificação. Através de uma investigação de campo intensiva durante dois anos (2015-2017) numa microescala geográfica em Alfama (Lisboa), identificaram-se promotores de unidades de alojamento local, o modo como o alojamento local se associa a processos de financeirização da habitação e a forma como os residentes são afetados pelo processo. Não se encontraram provas de uma economia de partilha, isto é, de residentes que ocasionalmente arrendam as suas casas a visitantes, mas antes de um intenso processo de investimento imobiliário focado na possibilidade de extração de rendas que provoca o desalojamento da comunidade residente. Sobre este aspeto, explorou-se a forma como a população residente é substituída por visitantes e oferece-se um alargado entendimento do processo de desalojamento em contexto de proliferação de arrendamento de curta duração.

Alfama foi escolhida como caso de estudo por ser um bairro com uma grande concentração de unidades de alojamento local e a metodologia usada para esta investigação foi essencialmente qualitativa, de imersão no meio em estudo. Monitorizou-se uma área do bairro – a área em torno da Rua dos Remédios, com 245 edifícios e 945 apartamentos – para perceber a relação entre a proliferação de unidades de alojamento local, o investimento imobiliário na reabilitação do edificado e as transformações sociais associadas. Fizeram-se mapeamentos, inúmeras entrevistas informais, 20 entrevistas em profundidade a residentes e a interlocutores relevantes e observação continuada da área. Verificou-se que os impactos socioespaciais provocados pela proliferação e concentração de apartamentos turísticos em Alfama espelham, em grande medida, as consequências

observadas em contextos de gentrificação clássica. Isto é, a reabilitação de uma área central e o desalojamento da população residente com menos recursos económicos (Lees et al., 2008). Alfama está a mudar muito rapidamente de um cenário de abandono e degradação para um cenário de melhoramento do espaço construído, de escalada dos preços da habitação e transformação social. No entanto, verificou-se que este processo em Alfama tem, também, diferenças acentuadas de manifestações clássicas de gentrificação. Ao contrário de outras cidades europeias, a transformação urbana neste caso tem por base o turismo e a extração de rendas através do Airbnb que se apresentam como novas oportunidades de investimento imobiliário. Neste processo, a população residente é desalojada para dar lugar a habitantes temporários.

Tanto a procura turística como o Airbnb constituem a base para o investimento imobiliário do tipo compra-para-arrendamento. Neste caso, a oferta de alojamento de curta duração é cada vez mais uma atividade promovida por novos investidores que procuram auferir rendas e cada vez menos uma troca de ocupação por antigos senhorios. Na área de estudo, em 2016 existiam 235 unidades de alojamento local. Isto representa 25% do número total de alojamentos clássicos existentes. Destas unidades, apenas duas eram partilha de habitação própria, enquanto que 78% pertenciam a novos investidores nacionais e estrangeiros. No cenário pós-crise, em que se verifica uma passagem da compra-para-venda para a compra-para-arrendamento, o mercado de arrendamento habitacional apresenta-se como uma nova oportunidade de obter rendas imobiliárias. No entanto, será importante notar que o Airbnb veio estimular esta nova fase do capital através de uma mudança no investimento residencial para o investimento no mercado turístico, transformando o arrendamento tradicional, que na área de estudo provou ser praticamente inexistente.

Neste caso de estudo não se verificou uma única situação de investimento para arrendamento de longa duração. Verificou-se, também, que há vários investidores que compram prédios, não para lucrar com as respetivas rendas, mas para os deixar vazios. Tudo indica que o uso de habitação como “depósito de capital” também está a acontecer em Lisboa, à

semelhança do que acontece noutras cidades globais, e que é estimulado pela subida dos preços da propriedade. O que parece ficar patente é que o Airbnb nada tem de economia de partilha, sendo, pelo contrário, um mecanismo que torna o investimento imobiliário ainda mais lucrativo.

Por último, verificou-se que a proliferação de arrendamento de curta duração provoca uma mudança dos usos do solo e do edificado, transformando a área em algo semelhante a um enclave turístico. Isto confirma os resultados já demonstrados noutras áreas turísticas, como por exemplo Barcelona (Cocola-Gant, 2016). Alguns residentes abandonam o bairro porque sofrem de desalojamento direto devido à não renovação dos contratos de arrendamento, por pressão imobiliária de vários tipos ou porque se veem obrigados a aceitar pequenas indemnizações. Outros residentes saem voluntariamente, vendendo os seus apartamentos ou alugando-os a turistas. Para além disso, o alojamento local provoca o desalojamento por exclusão que, neste caso, se traduz pela falta de oferta de casas e não só pela dificuldade em pagar os preços das mesmas. Tudo isto resulta na substituição da comunidade local por visitantes temporários de economias mais ricas. Este fenómeno vem colocar questões importantes sobre o desenvolvimento turístico e o direito à cidade. Em relação a isto, é necessário aprofundar a investigação com estudos qualitativos e comparativos acerca dos impactos causados pelo Airbnb e de que forma transformam a vida urbana. Ficou também demonstrado que as pessoas que permanecem no bairro passam por situações que levam a uma sensação de perda e de frustração, resistindo a problemas de convivência diários que pioram a sua qualidade de vida. Neste sentido, será necessário estudar a forma como a natureza temporária dos visitantes, a dificuldade destes em conviver com a população local devido a barreiras linguísticas e os seus diferentes padrões de consumo acentuam a sensação de que o espaço foi apropriado por “outros”.

REFERENCIAS E LEITURAS RELACIONADAS

Barata-Salgueiro T, Mendes L and Guimarães P (2017) Tourism and Urban Changes: Lessons from Lisbon. In: Gravari-Barbas M and Guinand S (eds), *Tourism and Gentrification in Contemporary Metropolises*, London: Routledge, pp. 255–275.

Cocola-Gant A (2016) Holiday Rentals: The New Gentrification Battlefront. *Sociological Research Online*, 21(3): 10.
Cocola-Gant A (2018) Tourism gentrification. In: Lees L and Phillips M (eds), *Handbook of Gentrification Studies*, Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publishing, pp. 281–293.

Gago, A and Cocola-Gant, A (2019). O alojamento local e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa. In AC Santos (Ed) *A questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de Economia Política*. Coimbra: CRISALT.

Lees L, Slater T and Wyly E (2008) *Gentrification*. London and New York: Routledge.

Montezuma J and McGarrigle J (2018) What motivates international homebuyers? Investor to lifestyle ‘migrants’ in a tourist city. *Tourism Geographies*: 1–21.

THE PLACE OF THE CITY
URBAN DEVELOPMENT AND CONSERVATION:
THE POTENTIAL OF CULTURAL HERITAGE
FOR DEVELOPMENT REVEALED
IN THE PROJECTS OF THE AGA KHAN TRUST FOR CULTURE

Cameron Rashti and Francesco Siravo



The aim of the ISCETE-AKTC workshop presentation, broken down into four 90-minute sessions, was to illustrate the international experience of the Aga Khan Trust for Culture’s Historic Cities Programme (AKHCP) in the field of cultural heritage development. The presentation emphasized the work carried out in historic urban areas over the more than twenty-five years since the Programme was established. After discussing AKHCP’s mission and general approach, the presentation focused on issues of culture and identity and on the discipline and methodology of urban conservation, including the reasons for its development. This was followed by a review of the discipline’s international tenets and the tools and techniques adopted in the implementation of conservation projects. An illustration of the different kinds of projects from the AKHCP’s portfolio ensued, including public parks development, restoration of monuments, urban action area plans, open space upgrading, housing rehabilitation, cultural heritage visitation circuits, training in traditional construction and development of site museums and interpretation centres. It is hoped that these general observations and conclusions based on AKHCP’s practice and experience in the field of urban conservation, as seen through the practical examples of its different thematic projects, may offer some useful insights and points of comparison with the urban conservation work currently undertaken by ISCETE-UIL in the Mouraria neighbourhood of historic Lisbon.

SESSION I: INTRODUCTION TO AKTC, HCP

AKTC’S MISSION AND APPROACH

The Aga Khan Trust for Culture (AKTC) is the cultural agency of the Aga Khan Development Network. It was formally established in 1988 in Geneva as a private philanthropic foundation to integrate and coordinate the various initiatives of His Highness the Aga Khan regarding the improvement of cultural life—and in particular the built environment, which

is the most complex and tangible expression of cultural development—in societies where Muslims have a significant presence. Through its four sub- components—the Award for Architecture, the Historic Cities Programme, the Music Awards and the Education Programme—AKTC recognises excellence in architecture and strengthens the education of architectural professionals, invests on culture to enhance the physical, social and economic revitalisation of communities in the Islamic world; conserves and creatively re-uses historic buildings and public spaces; and preserves and promotes traditional music. The Historic Cities Programme, whose activities were illustrated in the upcoming sessions, was established in 1991 to implement conservation and urban revitalisation projects in culturally significant sites within the Islamic world. Such projects combine environmental as well as conservation and socio-economic components, and demonstrate that these aspects can be mutually supportive. Awareness of the role of culture and cultural heritage is at the centre of HCP’s approach and understanding of economic development and urban planning. In particular:

- Investment in cultural assets can be a springboard for socio-economic development;
- Culture itself plays a transformative role by reversing urban decline and strengthening local identities;
- Successful projects in cultural settings are replicable and foster the development of organisational and institutional capacity, as well as the enhancement of local skills through training and practical on-site experience.

CULTURE AND IDENTITY

Culture can be considered as a set of attitudes, beliefs, mores, customs, values and practices shared by a group that draws upon the enlightenment and education of the mind. As such, culture plays a fundamental role in establishing or contributing to a group’s distinctive

identity and can be used positively in the everyday life of communities. Cultural identification, understood in a positive sense, is in fact closely linked to the functioning of societal units and identities. Collective planning, citizen participation and self-help movements are all examples of grass-root initiatives that rely on social cohesion and cultural identity, and, in the best of cases, are able to project a sense of protection and inclusiveness towards minority groups. These positive attitudes are based on the awareness of the universal human desire for recognition (thymos), coupled with the demand to be respected on an equal basis by other people (isothymia). These Platonic philosophical concepts have been newly interpreted by Francis Fukuyama as the underlying premises of societal order and harmony. Identity, however, as demonstrated by many recent examples, can be misused for perverse purposes, such as the establishment of asymmetrical power relationships, the assertion of a dominant culture, and the desire to be recognised as superior to others (megalothymia). As illustrated in other parts of this presentation, such negative attitudes have often undermined the cultural values and the harmonious coexistence of numerous communities, and have led to the irreplaceable destructions of valuable portions of our common heritage.

CULTURE AND ECONOMIC DEVELOPMENT

After the rise of classical economic theories in the early 19th c., which stressed laissez-faire attitudes and free competition, the relationship between culture and economy has been at best mystifying in attributing a primary role to the notion of rational trade-offs in consumption and in devaluing the worthiness of cultural assets for the material and immaterial well-being of human societies. But during the second half of the last century, and more so after the beginning of this century, the notion of cultural economy has become increasingly acknowledged for its role and importance to society. A separate field of cultural economics has arisen, as has the geography of cultural production. Likewise, exchanges between cultural groups have been studied as transactional activities and as expressions of a valuable material environment that can, if properly managed, generate value and contribute to the spiritual cohesiveness of entire communities. Cultural assets are now often valued not only as generators of benefits and economic returns through local fees and taxes, but also as expressions of collective values, perhaps difficult to quantify, but nevertheless fundamental for the common good of a society. David Throsby's assertion that "the economic impulse is individualistic while the cultural impulse is collective" implies the existence of shared aspirations and behaviours that are distinct from individual economic calculations, and reflect beliefs, aspirations and group identities that, while often incommensurable, are fully operational as engines of development in the life of our societies. The UN World Commission on Culture and Development (1995) concluded that culture and

development are inextricably intertwined. Furthermore, in poor countries, development projects are likely to be effective if the culture of the residents is placed in an economic context and contributes to the long-term development of sustainable communities.

CULTURE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT: THE HANGZHOU DECLARATION OF 2013

If achieving sustainability is first and foremost about making an appropriate use of the planet's resources, then culture must be at the centre of our development strategies, since cultures frame people's relationship to others in their society and the world around them, including the natural environment, and condition their everyday behaviour. Development initiatives and approaches that take local conditions and cultures into account are likely to result in more context-sensitive and equitable social outcomes, whilst also enhancing ownership for the target beneficiaries. Integrating culture into development policies and programmes, therefore, fundamentally contributes to their effectiveness and sustainability. Moreover, as sectors of activity, heritage and the creative industries contribute significantly to the objectives identified by stakeholders in the wake of Rio+20: from green jobs and more sustainable consumption and production patterns, to resilient communities that are able to better cope with disasters and have safe access to water and food, thereby strengthening sustainability and reducing imbalances and poverty across regions.

CHANGING PARADIGMS IN URBAN PLANNING

Urban planning draws upon theory and methods to organise the use of space and the resulting representation of urban complexities and outcomes. Its scope is inextricably intertwined with politics, economics and social identities, but its emphasis and disciplinary paradigms have changed over time and continue to evolve in today's practices, also as a result of our societies' accelerated pace of transformation. If engineering dominated the scene during the Industrial Revolution and the urban transformations of the early 20th c., occasionally tempered by concerns about their negative social repercussions, the Modern Movement and its wave of post-WW II massive transformations created the illusion that cities could be reinvented from scratch, urban continuities broken at will, and societies refashioned through displacement and other forms of social engineering.

While these development models are still actively pursued in rapidly evolving contexts, especially Asia and the Gulf States, the field of planning has today broadened to take into account issues of sustainability and continuity between past, present and future. Greater emphasis is being placed on ecological sustainability, respect for cultural resources and traditional knowledge, intangible values, inclusiveness, tolerance, respect for multiple

cultural identities and community rights, as well as the rejection of inequalities and the pursuit of social justice. These tenets are being gradually transferred to better ways of documenting the urban environment, combined with the search for planning principles based on the evidence inferred from the historic and social layering of the city and the living experience of its residents. Within this disciplinary perspective, the experience and work of preservation planners is today at the forefront of new forms of urban interventions, which, in the words of Julian Smith, aim to ‘strengthen existing values and recalibrate traditional and current patterns’ towards more sustainable and benign forms of planning, firmly rooted in a shared sense of place and cultural identity. This new understanding of planning is not a casual evolution, but the outcome of dramatic experiences of social upheaval, heritage loss and radical urban transformation that are still within living memory. In turn, these often tragic events have elicited a response which is today embedded in the principles and methods of urban conservation.

THE URBAN HERITAGE STATUS: LOSS AND TRANSFORMATION

As cities expand to ever-more staggering dimensions, historic city centers continue to shrink in both relative and absolute terms. This part of the presentation offered an overview of urban transformations and heritage loss dating back to the first half of the last century, and attempted a quantification of the phenomenon. This review is important to understand the methodologies of and approaches to urban conservation that have developed over the past several decades as a result of these urban upheavals and that inform today much of the work carried out in this domain. The presentation looked at examples of destruction and transformation motivated by war (particularly World War II), ideological propaganda (Rome, Bucharest, Samarkand and Kashgar), alleged progress and easement of traffic (Istanbul, New York and Boston), neglect and piecemeal transformation (Cairo, Zanzibar and Lahore), tourism and commercial development (Venice and Paris), as well as mega-events, such as the Beijing Olympic Games of 2008. These transformations, due to different causes and motivations, are still ongoing today. Even though the evidence is fragmentary and incomplete, and certainly requires further investigation to be confirmed, it seems to indicate that, on average, between one third and one half of the historic urban fabric of our historic cities has been lost since World War II. If this global trend continues, the vast majority of our cities’ historic heritage will be irreversibly impaired or lost altogether within the next two to three generations.

CHARTERS, WORLD HERITAGE SITES AND HERITAGE PROTECTION

The elaboration of international charters, guidelines and protocols for heritage protec-

tion and appropriate development is the direct result of these threats and massive transformations. The presentation provided an overview of these documents and the gradual evolution of their orientation and development. These not only reflect advanced theories and practices in a national context, but also serve as drafts at an international level that guide conservation legislation and policies implemented in individual countries. Several international documents on restoration and conservation followed the 1931 Athens Charter for the Restoration of Historic Monuments, and, in 1964, the Venice Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites. These documents have enabled the dissemination of fundamental principles and the designation of guidelines and practical procedures for interventions.

These seminal international charters and pronouncements initially focused on issues tied to the restoration of monuments, in keeping with developments in the disciplines of conservation and as a response to transformations brought about by industrial developments and war devastations occurred during the first half of the 20th century. Subsequently, going well beyond the emphasis on monuments, international charters began to focus more and more on the significance of places as the expression of values associated with the historical, artistic, social, spiritual and immaterial characters of a site. Even the term “conservation” was transformed and understood in its widest sense as the totality of processes to ensure the long-term care of a site aimed at the preservation of its values. In this respect, the presentation looked in particular at the Burra Charter of 1979 (revised and supplemented in 1981, 1988, 1999 and 2013 with the addition of guidelines) to exemplify the methodologies currently adopted for the conservation and management of complex sites, such as large archaeological areas or, more to the point, living urban places. These are generally investigated and planned starting from an assessment and evaluation of the physical and social fabric, followed by the development of policies and the definition of corresponding implementation and management strategies. Starting from these premises, Session II discussed specific survey tools, planning processes and implementation arrangements.

SESSION II: SURVEY TOOLS, PLANNING PROCESS AND IMPLEMENTATION ARRANGEMENTS

IMPLEMENTATION TECHNIQUES AND TOOLS

The techniques and tools for planning processes were seen to be quite varied, depending on project type and scale. For HCP, key challenges and opportunities in the documentation process in areas where the Trust has carried out project work have raised the following considerations:

- The question of technology and capacity in certain types of field conditions.
- The issue of short-term versus long-term priorities.
- Equally, the issue of documentation as a prelude to a series of interventions and protective measures that follow (is the documentation phase too limited a window of time?)

Related issues noted were: (a) whether the documentation process in specific projects can become a template for more generic application, (b) do the guidelines for documentation of sites differ intrinsically in the case of a post-conflict situation, and (c) what is required so as to ensure that documentation meets an adequate standard? Based on the above, what might be some areas in which advances can be made? Examples of some of the most frequent techniques and tools during the project Concept Phase, the Project Conservation/ Design Proposal Phase, the Project Testing/ Prototypes Phase, and Project Implementation Phase were discussed.

URBAN SURVEYS

The general overview of techniques and tools employed in urban conservation outlined in the preceding section was followed by a review of a number of survey techniques applied to urban analyses. These are defined and understood as the indispensable reconnaissance necessary to identify the nature and significance of a given sector of historic fabric. Emphasis is given to the physical consistency of an urban site as a way to explore different thematic layers and their mutual interrelationship. The presentation looked first at the establishment of reliable base maps as the fundamental initial step in the analysis of complex urban ensembles. This was followed by a discussion of cadastral plans and their historical sequence, including chronological comparisons aimed at the identification of the ‘historic net’, understood as the portion of fabric that, over time, remains genuinely historic and relatively undisturbed. These fundamentals led to a discussion of field survey forms subdivided in block forms focusing on the public and open space realm, and building forms aimed at assembling the essential information about individual buildings. Finally, this section of the presentation showed examples of analytical plans intended to assess the principal characters of an area, ranging from maps of land use, ownership, building classification, building condition, new construction and/or inappropriate transformations, as well as open and green space analyses. For each of these maps, a brief discussion took place regarding the purpose of the analyses and the nature of the principal information to be gathered.

SOCIAL SURVEYS

The important role of community and household surveys along social dimensions was

discussed and examples shown of the standard types of data that are captured through surveys which cover between 2-3% of households in many cases and as many as 15% in special cases. Standardised survey forms allow trained teams to interview households and to collect pertinent data about household size and space standards, employment, health, and many other characteristics. A recurring key indicator is the ratio of rent and food payments to total monthly household income. In many of HCP’s project areas, households can be seen as devoting as much as 50% of their household budget on food. The survey data is entered into a GIS/ spatial database which can allow geographic analysis and a better sense of the likely beneficiaries in any proposed physical intervention. Social survey are repeated periodically to allow teams to compare changes over time with original baseline data.

AERIAL PHOTOGRAMMETRY AND LASER APPLICATIONS

Aerial photogrammetry and laser applications and other new technologies are increasingly important in surveying and documenting historic urban areas and have progressively acquired greater importance in the formulation of urban plans and interventions in historic contexts. Today, large-scale surveys, including GIS applications, are a specialised field of activity and an indispensable prerequisite in the formulation of an urban conservation plan. The aim of this section was to offer participants an overview of the principles of aerial photogrammetry and laser scanning, together with the pros and cons related to the use of these techniques.

POST-CONFLICT DAMAGE ASSESSMENT / RAPID APPRAISAL

A particular applications of some of these methods was exemplified during the presentation by showing the case of Old Aleppo where AKTC has completed a post-conflict damage assessment of the central area in 2017-2018 with the use of drone images made available by the ICONEM digital platform. The latter consists of a 3D database and set of aerial views obtained from a drone-operated camera flying at low altitude over key sectors of the historic area. The presentation outlined the methodology followed in visualising and assessing the detailed damages observed on the platform’s individual photo frames, and provided an explanation of the information and visuals shown in the standard assessment form. It further detailed the damage assessment categorisations identified respectively for General Damages & Recommended Actions plus those related to the evaluation of Detailed Damages. The presentation then focused on the illustration of the five maps summarising the findings of the Aleppo damage assessment study, namely: (a) Public Spaces and Principal Monuments; (b) Building Chronology; (c) Building Classification; (d) General

Damage Assessment; (e) Detailed Damage Assessment; and (f) Recommended Actions applicable to each cadastral unit.

SWOT ANALYSES

After reviewing the use and purpose of some of the principal survey and analytical tools applicable to historic urban areas, the presentation focused on the fundamentals of the planning process, starting with a discussion and illustration of the so-called “Strength and Weaknesses; Opportunities and Threats” (SWOT) analysis. This is an assessment model or matrix that can be used as a project planning technique to evaluate and determine the strategic direction of planning policies and measures in response to the conditions observed in a specific urban sector or neighborhoods. Special reference was made to the SWOT matrix prepared by AKTC for the 2008 plan of Lahore Walled City to review the observations and assumptions that were identifies as the conceptual platform adopted for the formulation of the plan.

CONSERVATION PLANNING: APPROACH, METHODOLOGY AND CONTENTS

When looking at aspects that distinguish conventional from conservation planning, it must be noted that, until the 1960s, planners viewed historical areas as a collection of monuments and buildings to be preserved as relics of the past, whose value was considered to be totally apart from their current use and surroundings. This strict and unidimensional approach -- likening the historical area to a museum – does not work as old structures, divorced from their everyday use and context, lose their social and economic vitality and may eventually become obsolete or transformed into questionable tourist attractions. Contrary to this approach, the basic premise of successful conservation planning is that the buildings, open spaces, streets and other elements that comprise the historical urban area must not be treated out of context. They must be re-integrated with all the other components of the urban fabric in order to understand their interdependent relationships and identify the best way to ensure their continued vitality and long-term preservation. The first step in this planning process is a thorough reconnaissance of the area and its different elements, which will serve as the foundation for all further work. The way urban spaces and elements are organized, used, maintained, and changed provides useful clues as to the physical problems as well as the socio-economic phenomena at work. This initial physical survey must be integrated with the widest possible consultation of the different interest groups and constituencies occupying the area. An understanding of the physical fabric together with the social and economic dynamics of a place is thus the premise for the formulation of a conservation plan. The plan is a necessity: without one it is impossi-

ble to formulate a programme of action, and the subsequent implementation of concrete conservation and development measures cannot go forward. When looking at contents, it must be observed that a plan cannot consist of a single output -- a physical plan, an act of legislation, a management programme -- which is defined once and for all. Even though, at times, it may require each of the above, a plan is essentially a framework for different actions, a large container for the complementary tools needed to plan and manage an historic area. It is moreover not frozen in time, but should be considered as an ongoing process in which programmes and actions are woven together to achieve the specified objectives. Over time, it must be monitored, and subjected to periodic review and fine-tuning.

CONVENTIONAL VS CONSERVATION PLANNING

When comparing the specific technical components of a plan, a number of distinctions between conventional and conservation plans stand out as immediately relevant. These are:

PLANNING COMPONENT	IN CONVENTIONAL PLANNING	IN CONSERVATION PLANNING
LAND USE	It is based on a zoning system and separation of urban functions, often without a clear relation to actual conditions or the nature of buildings. The result is the separation of different urban functions and loss of urban diversification.	A conservation plan will not impose a strict zoning system, but will aim at maintaining a mix of urban activities. Moreover, it will establish a relationship between uses and the nature of each building so as not to compromise the character of the existing urban fabric.
INTERVENTION ON BUILDINGS	Interventions on buildings are based on building codes conceived for new construction. These codes often do not work when applied to historic and traditional buildings.	A conservation plan will identify distinct forms of intervention applicable to different categories of buildings. These will be based on the condition and quality of each building, and will establish a distinction between restoration, rehabilitation, reconstruction and new construction.
TRAFFIC AND PARKING	In conventional planning, one of the main priorities has always been the creation of new roads, tunnels and overpasses with little attention given to the damage caused, such as demolition, congestion and increased levels of pollution.	The approach to traffic in a conservation plan will be quite different: at the macro scale, it will control access and organize parking around the historic area. Inside the conservation area, it will limit parking and encourage pedestrian movement.

PLANNING COMPONENT	IN CONVENTIONAL PLANNING	IN CONSERVATION PLANNING
INFRASTRUCTURE	Conventional urban plans routinely disregard coordination among the various services and infrastructure networks. These problems are compounded in historically sensitive areas where the installation of networks threatens the stability of buildings and the selection of technological installations, paving materials, public lighting and street furniture is often inappropriate and out of place.	Contrary to this approach, a conservation plan will identify priorities for network improvements and replacements, facilitate coordination among the different providers and ensure safe installation standards and procedures. It will also identify solutions for finishes and materials to be used in public spaces which are in keeping with the character of the historic area.

INSTITUTIONAL AND IMPLEMENTATION ASPECTS

Beyond the technical aspects, a number of institutional and implementation aspects must also be given special attention in conservation planning. From a legal standpoint, several national legislations, in keeping with 19th c. concepts of heritage, place historic areas under the umbrella antiquity acts, originally designed to protect monument or archaeological areas. This form of legislation is ill-equipped to manage effectively living historic areas. A far better solution is to place these zones under the tutelage of conventional planning legis-lation, which should however be re-formulated to respond to the special requirements of historic zones. Such are the cases, for example, of the French Plans de Sauvegarde et Mise en Valeur (PSMV, instituted by the Loi Malraux of 1962), and the Conservation Areas legisla-tion in the UK (Civic Amenities Act of 1967 and later revisions).

Regarding the type of agency most suitable for the management of a conservation area, the presentation noted that the approach that has produced the best results has been that of reinforcing the local government level with the establishment of a specialized conservation and development agency that has full jurisdiction over the historical area, as well as special powers, increased resources and highly trained professional staff. The main advantages of such an “ad hoc” agency -- as opposed to a local planning authority with general responsi-bility for a large geographical area comprising old and new urban sectors -- is that the spe-cialized agency will focus entirely on the historical area and treat it as a single, integrated entity requiring a specialized, yet comprehensive planning approach. This grows out of the fact, already mentioned, that historical urban areas call for policies and planning methods that are different from those applied to new development areas. Additional aspects ex-plored in this section included the organizational framework of an urban conservation agen-cy, participatory planning from public and private interest groups operating in an historic area and an overview of the cycle of periodic monitoring, reviews and fine-tuning of a plan.

SESSION IIIA: KEY VECTORS (1)

LANDSCAPE AS A VECTOR FOR URBAN DESIGN / SOCIAL SPACE

The presentation argued, In reality, that the public and private domains intermix and over-lap continuously. When analysed closely, urban and social space is a continuum consist-ing of public spaces, public buildings, private buildings with public spaces, and private spaces with public spaces. Historic districts in the Muslim World illustrate this case in many instances and in often dramatic settings.

Landscape design has moved from the serene and contemplative to the role of structuring element in large assemblages of urban and non-urban space. Historic urban areas have long benefited from parks as ordering devices. Meanwhile urban spaces have become continuums with their peripheries and the urban/ non-urban divide has grown softer. AKTC has realises the vital role of historic parks and gardens in historic cities and has en-gaged with a number of park sites as key focal points for communities and platforms for sustaining and interpreting cultural heritage.

Urbanism as mainly an extrapolation of architectural models and metaphors is no longer viable or adequate. Bold landscape spaces can set and dominate the scene with archi-tecture taking a supportive role. The Mughal garden designers knew this as did European classical garden designers such as Le Nôtre. In special cases, park complexes take the form of miniature cities: Al Azhar Park (Cairo), Humayun’s Tomb-Sunder Nursery Com-plex (New Delhi), Baghe Babur (Kabul) and Lahore Fort are more than parks and more like precincts of an expansive urban and thus social space full of symbolism and references to wide-reaching and rich traditions.

MONUMENTS AS OPPORTUNITIES FOR CULTURAL AND TOURISM DEVELOPMENT

In a large percentage of the case studies of HCP projects presented, a common denomina-tor is the way in which monuments and their historic settings have been conserved and re-positioned to serve as nodes in the revitalisation of a larger historic district. From al Azhar Park in Cairo, to the Mizingani Seafront, Lahore Walled City initiative, Kabul Old City, and Delhi Nizamuddin Basti projects – to list only the larger examples – monuments have been conserved as anchoring elements of a wider urban redevelopment process, with cultural heritage tourism being a major beneficiary and generator of new micro-enterprises and jobs. Increasingly, important monuments and their historic settings need proper curation and site visitor centres or museums add significantly to the intangible benefits of such sites as well in providing visitors with a sense of elation and knowledge of important aspects of their history.

AREA DEVELOPMENT PLANS / ACTION AREAS

The examples of George Town, Malaysia and historic Cairo were shown to illustrate, respectively, the identification of Area Development Plans with different characters and corresponding, diversified intervention policies within a larger conservation plan, as in the case of George Town; and the detailed work on small action areas with similar characteristics within a neighbourhood area, as in the case of Cairo's Darb al-Ahmar District. In the first case, AKHCP's approach has been that of producing framework plans with diversified policies and physical development proposals depending on the nature of the areas in question, some oriented towards larger public interventions, others targeting a fine-grained combination of private initiatives and limited public investments. In the second case, a number of city blocks in Darb al-Ahmar became the object of detailed plans followed by private funds and matching grants investments aimed at the rehabilitation of individual structures and small-scale open spaces. This latter methodological approach has been consistently followed by AKHCP as a demonstration of the positive results that can be obtained in declining and poorly maintained historic areas through the concentration of sustained, long-term investment in the rehabilitation of the physical fabric.

OPEN SPACE PLANNING FOR COMMUNITY INTERACTION

The presentation included the illustration of a diversified group of open space improvement cases, ranging from small public gardens, streetscapes, back alleys, pocket public squares and seafront developments undertaken over the years by the AKHCP (Cairo, Penang, Zanzibar and others). These are presented and perceived as initiatives essential to upgrade the quality of the public realm and encourage the permanence of residents in neglected and poorly funded neighborhood areas. Work on these projects starts with a detailed assessment of conditions and identification of an open space vocabulary consistent with the nature and quality of these areas, followed by social surveys and public consultations aimed at understanding local preferences and aspirations. Plans are then produced on the basis of the information gathered and further reviewed with residents and local officials prior to implementation. The most successful examples are those in which community participation and expert advice are integrated into well-harmonised and appealing results, which then become opportunities for community interaction and increased frequentation of previously deserted and scarcely appreciated public open areas.

SESSION IIIB: KEY VECTORS (2)

HOUSING UPGRADING TO BOOST RESIDENTIAL USE IN HISTORIC AREAS

Both neglect and commercial transformation in historic areas have had the effect of discouraging the presence of residents, who are gradually forced to abandon their traditional neighborhoods, thus depriving these valuable areas of the life and economic base that are essential to sustain living communities over the long-term. Even worse are the conditions in areas affected by war and internecine conflicts, such as in the cases of Mostar and Old Aleppo. These negative trends can be observed in many of the heritage cities where AKHCP has worked and continues to operate. Investment in housing rehabilitation, either direct through pilot demonstration projects, or indirect, taking advantage of donor commitment and support for larger conservation areas, has been one of the hallmarks of the AKHCP's presence in dilapidated historic areas.

The presentation focused on the examples of Darb al-Ahmar in Cairo and Lahore Walled City, both implemented through external funds made available respectively by the Swiss Development Fund and the World Bank, as well as residents' matching contributions through a revolving loan mechanism. These examples illustrate the laborious negotiations necessary to gain the confidence of the residents and advance the complex rehabilitation process. They include launching the information campaign, sorting out resident applications, completing social, technical and financial investigations, finalising the technical and financial packages prior to implementation, signing contracts, relocating the residents to temporary accommodations, implementing the rehabilitation works, delivering the completed houses to the residents and starting the loan repayment process. In spite of such complexities, however, the cases of Cairo and Lahore also illustrate the very positive results that can be obtained at the end of the process by the significant improvements of housing conditions, overall upgrading of the traditional urban environment and stabilization of the original resident population in the existing neighborhoods. This formula could be successfully adopted and extended to rescue the problematic social and environmental conditions found today in many struggling traditional urban settings still occupied by their old time residents.

CULTURAL VISITATION CIRCUITS AS ECONOMIC GENERATORS

In the case of Cairo and Lahore, housing rehabilitation went hand in hand with improvements in infrastructure, street paving and commercial frontages, particularly in relation to circuits of special relevance for the establishment of cultural visitation itineraries connecting major landmarks and restored monuments. These types of intervention are extremely valuable in re-activating the economic viability of marginal areas, often left out of the mainstream developments that have occurred in more fashionable and highly-frequented tourist areas, such as the Khan al-Kalili in Cairo. The inherent risk in these cases

is avoiding that these improved areas become over-commercialised and tourist-oriented. Such unwanted outcomes can be at least partially mitigated by policies that strive to support and provide incentives to keep the original mix of functions, oriented principally toward the local market. A special case illustrated was the establishment of a cultural itinerary along the ramparts of the historic Ayyubid wall of Cairo as the opportunity to deepen the public appreciation of a forgotten and long-buried monument and its reinvention as part of a larger urban rehabilitation programme.

SITE INTERPRETATION CENTRES AS CULTURAL AND EDUCATIONAL FACILITIES

Although AKHCP does not consider museum development and the establishment of visitor centres its principal mission, there are cases in which its direct engagement in this type of projects appears necessary to complement the implementation of larger area plans surrounding significant landmarks. These facilities not only provide opportunities for high-quality educational experiences and increase public awareness about the significance of the sites, but also contribute to revenue generation through the development of local and international tourism. The presentation focused on two AKHCP’s initiatives, one under implementation in India, the Humayun’s Tomb Site Museum, and the other currently being planned for the establishment of a museum and interpretation centre in Lahore Fort in Pakistan. In both cases, these proposed facilities are located in UNESCO World Heritage Sites. The presentation illustrated the effort made to minimize the visual and volumetric impact of these proposed facilities on their respective sites as most of the exhibit and visitor spaces are to be built below ground level.

VOCATIONAL TRAINING AS EMPLOYMENT GENERATORS

Traditional construction skills have survived for hundreds of years, passed down from generation to generation of craftsmen and builders with continuity. Since the second half of the last century, however, these skills have declined or disappeared in almost every part of the world following the radical transformation of the building industry and the introduction of new, formerly unknown materials. As a result, the preservation of the historic built environment is generally threatened and impaired. One of the greatest challenges in restoring old structures today is in fact the lack of competent builders capable of handling traditional construction tasks. For this reason, out of necessity, but also concern about the importance of generating employment opportunities through its projects, AKHCP has established on-the-job training in all of its sites. These learning opportunities promote awareness of traditional methods and materials among stakeholders, increase the knowledge base and demand for traditional skills and materials, generate a demand

for traditional building skills courses and training opportunities for contractors and craftspeople, and promote apprenticeships to ensure that incentives are in place for young, unemployed people to take on profitable careers in traditional construction industries. The presentation showed examples of the masonry, conservation and carpentry training programmes established in Cairo, Mopti and Penang. Training is also provided for young professionals interested in developing knowledge and skills in building restoration.

CONCLUDING REMARKS

HCP’s presentation included information on the larger AKDN use of benchmarks, the long-term perspective, capacity building, project agreements with the local authorities and stakeholders to create the necessary enabling conditions for projects of an important scope and duration to succeed. While urban redevelopment in historic districts and in a multicultural setting can take many valuable directions, AKTC has presented examples of its approach, methodology and projects to share experiences and lessons learned. It is believed that development projects within such communities share the same goal of sustaining and nurturing the local communities while helping them to tap their cultural heritage for their own benefit and for the benefit of wider humanity.

“O TEU LUXO É O NOSSO DESPEJO”
ATIVISMO, DIREITO À HABITAÇÃO E ANTI-GENTRIFICAÇÃO
NUMA CIDADE TURÍSTICA: O CASO DE LISBOA

Guya Accornero



Portugal encontra-se numa tempestade perfeita para a habitação, devida à interseção de processos globais (como a crise, a gentrificação e a turistificação) com políticas nacionais viradas a atrair investidores e residentes estrangeiros, como os golden visa, ou a as vantagens fiscais nas reformas dos cidadãos europeus (Quintela 2014). Além disso, muitos portugueses ainda estão a sofrer os efeitos longos da crise e das medidas de austeridade, entre as quais a reforma da lei das rendas (NRAU) em 2012. A parcial inversão da austeridade por parte do governo socialista não tem melhorado a situação neste sector. Pelo contrário, umas das razões subjacentes à boa performance económica portuguesa dos últimos anos têm contribuído a piorá-la, como no caso do turismo crescente.

No contexto do ciclo de protesto mundial entre 2008 e 2013, emergiram novos atores do conflito, especialmente no Sul da Europa, que contribuíram para salientar os problemas da casa e da gentrificação, assim como, mais recentemente, o anti-turismo (Colomb and Novy 2017). Foi este o caso, por exemplo, da espanhola Plataforma de Afectados por la Hipoteca (PAH) ou do Movimento Grego de Solidariedade. Em Portugal também, as relativamente novas organizações pelo direito à habitação (como Habita) se reforçaram ao longo do ciclo de protesto 2010-2013, a mais intensa estação de conflito social em Portugal depois do PREC.

Os movimentos de moradores foram cruciais durante a revolução, mas este novo ativismo fortemente caracterizado pelo contexto da gentrificação é algo novo na cidade e no país, e deve ser também entendido não apenas como uma resposta aos problemas ligados à casa, mas também como o resultado das mudanças (por exemplo, envelhecimento, migração, mobilidade urbana) que estão a redefinir as identidades urbanas.

O papel de alguns gentrificadores nos novos movimentos anti-gentrificação não foi objeto de muitos estudos, com exceção dos casos de Paris e Nova Iorque. De fato, estas investigações mostram que estes atores urbanos nem sempre têm mais recursos económicos com respeito aos anteriores moradores, mas frequentemente têm mais recursos de mobilização. Muitos deles estão agora na linha de frente na luta contra as dinâmicas mais recentes de gentrificação, que parecem mais conduzidas por grandes

empresas de investimento de que por indivíduos que ocupam as suas próprias casas, como foi no início do processo.

Em Portugal, estes novos atores, assim como a associação Habita, têm desenvolvido um papel essencial em salientar os problemas da casa e da gentrificação na arena pública e reforçar a sua relevância no discurso e agenda política, também pressionando as autoridades, especialmente no caso da câmara de Lisboa, a adotar medidas especiais de proteção dos moradores em situações de risco durante os anos da crise e da austeridade. Para entender o papel e a identidade destes atores do conflito é oportuno adotar uma abordagem mais relacional da gentrificação, que tenha em conta dos processos contraditórios por ela desencadeados. Assim, se olharmos para o papel dos gentrificadores na luta para o direito à cidade vemos que gentrificadores e gentificados não se encontram sempre onde os procuramos e se é verdade que este processo provoca exclusão e deslocação, ele também se adapta aos bairros e os moradores o influenciam. Portanto a gentrificação não pode ser vista apenas como um mecanismo de exclusão, pois em baixo das relações de dominação novas formas sociais e novas redes podem emergir.

APRESENTAÇÃO

JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR

Mónica Gomes, Ricardo Dias, Ricardo Tomaz



Sendo a Mouraria, uma das zonas mais populacionais da Freguesia de SMM (+/- 4500 habitantes) achámos por bem começar a apresentação pelo início, ou seja, a partir de 2012, ano que começamos a fazer um trabalho Participativo no seu Desenvolvimento Comunitário. Nesse ano e indo ao encontro do antigo Presidente da CML e atual Primeiro-Ministro, Dr António Costa, a intervenção urbana de que a Mouraria foi objeto, através da realização de um programa de desenvolvimento comunitário, deveria incidir não só sobre o Património material (Edificado e Espaço Publico), mas também e sobretudo sobre seu Património Imaterial (os seus habitantes, comunidades, visitantes e tradições). Como para nós este Património Imaterial (as pessoas) são o objetivo mais importante para o desempenho das nossas funções, em que tentamos atingir uma diminuição dos fenómenos de exclusão e pobreza, a melhoria da qualidade de vida, a abertura do território à cidade e a inclusão social na sociedade passou a ser a nossa luta diária. Este Desenvolvimento Comunitário, teve como finalidade a melhoria das condições de vida na comunidade, tomando em linha de conta as suas especificações e recursos, e permitindo a sua ampla participação no processo de mudança, privilegiando a capacitação das instituições e da população local. Mas para que isso pudesse acontecer, como Preocupação Chave, foi necessário realizar-se uma análise SWOT, e posteriormente elaborar um Plano de Ação.

FORÇAS

- Área com boa dimensão
- População com diversidade cultural e social
- Território no centro de Lisboa e com facilidade de acesso
- Forte identidade histórica
- Boa rede de transportes

FRAQUEZAS

- Grupos em risco ou em situação de pobreza ou exclusão social,

- Baixos índices de qualidade de vida,
- Existência em territórios desta freguesia níveis de insegurança acima do comum e jovens a viver no limiar da lei
- Uma perceção generalizada de insegurança,
- Pessoas em situação de prostituição, toxicodependência e sem abrigo,
- População envelhecida,
- Forte presença de comunidades imigrantes e itinerantes (mais 29 países),
- Trafico de estupefacientes,
- Um certo fechamento face ao exterior,
- Degradação urbana do espaço publico,
- Insucesso e abandono escolar
- Problemáticas associadas a ausência de documentação
- Desemprego,
- Dificuldade em encontrar o 1º Emprego,
- Baixo nível escolaridade,
- Desinteresse dos jovens pela escola
- Ausência de respostas de Emprego e Formação,
- Ausência de serviços de proximidade com respostas dirigidas aos grupos sociais mais vulneráveis,
- Má imagem para o exterior,
- Estigma (este pode ser limitador para os habitantes da Mouraria em relação às Empresas, Investidores e Visitantes)

OPORTUNIDADES

- Prioridade territorial de atuação por parte de algumas entidades Publicas e/ou Privadas
- Aumento do Turismo em Lisboa
- Ganhos decorrentes de uma maior articulação entre os Agentes Sociais Locais
- Criação do Gabinete de Apoio na área da Empregabilidade, Formação Profissional, Empreendedorismo

AMEAÇAS

Crise Económica e Financeira

Especulação Imobiliária que poderia provocar o aumento do preço das Habitações e das Rendas, empurrando os habitantes e os comerciantes para fora da freguesia

Uma das ameaças fortes é a possibilidade de deixarem de existir “nacionais” a viver no bairro

Desperdício” de capital humano: risco de perda de competências e desvalorização de qualificações que não estão a ser “utilizadas” no mercado de trabalho (e respetivo impacto ao nível da futura competitividade económica);

Impacto negativo na autoestima, autoconfiança e nas futuras perspetivas dos jovens;

Aumento do Risco de vulnerabilidade e exclusão social: representando a exclusão do mercado de trabalho uma das principais formas de exclusão nas sociedades atuais.

Não esquecendo as outras, Este plano de Ação teria como cariz prioritário o combate às Fraquezas e Ameaças através da criação de um espaço de atendimento, recolha, tratamento e divulgação de informação sobre as áreas chave do Emprego, Formação Profissional, Estágios, Voluntariado, Programas de Inserção / Qualificação, Aconselhamento Jurídico e Empreendedorismo, e também no sentido de apelar á melhor articulação e co- operação entre os diferentes stakeholders, quer fossem de carácter Público ou Privados, de forma a assegurar uma resposta intersectorial e concertada.

De 2012 a 2018, num universo de 1400 habitantes recenseados inscritos no nosso Gabinete, na promoção do Emprego, facilitamos a (re) inserção socio profissional de mais de 1000 Jovens e Pessoas adultas em Situação de Desemprego, Subemprego, emprego precário ou Informal.

ASPETOS IMPORTANTES E DIFERENCIADORES

(Papel do Técnico – Linguagem Social e Empresarial) – Social não numa abordagem no âmbito da responsabilidade social, mas sim podemos ser uma mais valia e criar riqueza e valor acrescentado.

- Direitos e deveres dos participantes,
- Combate ao estigma,
- Motivação e capacitação, realização do CV, soft-skills
- Estratégia proximidade (Famílias),
- Papel do Mediador Comunitário Nuno Franco

Na Formação / Qualificação Escolar e Profissional, promoveu-se o desenvolvimento de ações de apoio à comunidade para mais de 200 formandos, designadamente, formações

de Dupla Certificação, Curta Duração, Informação/formação/educação para a Cidadania, Autoestima da população (Individual e Coletiva), Marca Pessoal, etc.

CURSO TURISMO – MEDIADORES

Job Pass – 15 formandos – 1 mês sala e 2 em estágio – Empresas recrutar sobre 3 níveis - avaliação Curricular / Entrevista e contexto trabalho ,

Curso Geriatria (Prostitutas),

IEFP – Curso Rececionista Hotel

UFCD´s e Curta Duração (temos uma equipa multidisciplinar conseguimos fazer estas formações na área Gestão Conflitos – Literacia Financeira, entre outras)

Na área do Empreendedorismo, para as mais de 100 pessoas apoiadas, a criação de um espaço empreendedor foi muito importante de forma a permitir aos potenciais empreendedores, reunir informação e obter acompanhamento, bem como conseguirem ter um local físico para trabalhar, numa 1º fase de lançamento do negócio, fora o espaço físico, conseguimos Revitalizar o Tecido empresarial Local, Áreas Restauração, Comércio, Artesanato, Turismo, Saúde, Carpintaria, etc...

(António da Ginjinha, City of All, Sr João, My Santo António, Rua com Histórias (Biblioteca Itinerante), Eunice Nepalanga entre outros

Na Rede de Pares conseguiu-se criar e manter uma relação muito estreita com mais de 50 entidades publico / privadas / associações / ipss, etc para que as soluções dos problemas fossem mais céleres evitando a duplicação de esforços.

(IEFP, SCML, CML etc...)

Atualmente, podemos afirmar que o balanço é extremamente positivo, tendo mesmo superado todas as nossas expectativas, isto porque, a maioria dos problemas identificados no início do processo foram superados, a nível da Empregabilidade, Formação e Empreendedorismo.

PORQUE?

DEVIDO:

Aumento do número de negócios criados

Diminuição Desemprego

Aumento Nível Escolaridade

Erradicação do estigma no seio empresarial

Aumento das respostas formativas

Aumento número das ofertas emprego (aqui até posso confidenciar que neste momento tenho dificuldades em dar resposta ás ofertas que tenho em carteira, devido á falta de candidatos)

E também porque, hoje acabamos por ser uma referência na cidade (Boca á Boca e procu-

ra diária por parte de desempregados recenseados noutras freguesias)

E acreditamos que este sucesso advém da forma ou tratamento diferenciador com que abordamos os problemas.

No entanto ainda temos um longo caminho pela frente, enquanto continuarmos a ser uma Sociedade do Ter em vez do Ser, o que fazer quando a Mouraria, SMM ou até a cidade de Lisboa se tornar num género de Parque Temático, ficando a Identidade, Historia e a Memoria cativos da lógica do consumo e os habitantes ficarem apenas como figurantes para turista ver.

GENTRIFICAÇÃO, TURISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DA HABITAÇÃO EM LISBOA

Luís Mendes



Consagrado há décadas como direito constitucional no nosso país, mas sempre desprezado pela maior parte das forças políticas e governamentais, o direito à habitação está, novamente, e pelo menos desde as eleições autárquicas do ano passado, na agenda política nacional e local. Desde o pós-crise capitalista 2008-2009 temos assistido ao reforço de um urbanismo neoliberal (a que alguns apelidam de urbanismo austeritário) que tem estimulado a competitividade económica das cidades, reativado o mercado de habitação, promovido o turismo urbano; ao mesmo tempo que alguns alertam para os riscos sociais e para o dark side inerentes a uma recuperação económica muito concentrada no turismo e no imobiliário, mormente, os despejos, a gentrificação – buzzword no último ano – e a turistificação.

A cidade de Lisboa sempre foi muito resiliente à gentrificação, até porque esta se fazia de uma forma marginal e muito embrionária, com a inclusão de alguns e poucos novos moradores gentrifiers nos bairros históricos, que reabilitavam as casas por si, sem intervenção de promotores imobiliários de grande envergadura e ocupavam espaço devolutos, vazios de gente, portanto, não gerando desalojamento.

Mas, actualmente, a gentrificação tornou-se madura e afigura-se com contornos mais agressivos, o que implica desalojamento dos mais vulneráveis e em risco social e uma perspectiva da habitação esvaziada da noção de direito, para ganhar o estatuto de mero ativo financeiro para atração e reprodução de investimento estrangeiro.

Tendo-se sobretudo a cidade de Lisboa tornado num destino de procura internacional do imobiliário, a subida dos preços acompanha os rendimentos médios dessa procura que são muito elevados comparativamente aos nacionais e excluem o português médio da possibilidade de aquisição de habitação em Lisboa. Portanto, a questão já não é apenas a do desalojamento direto, que implica expulsão das pessoas das suas casas e bairros, negando-lhes o direito à habitação e ao lugar, mas é também uma questão de desalojamento indireto, porque se está a impedir ou a negar o acesso dos grupos mais vulneráveis a esse lugar, ao mesmo tempo que se abre o caminho para permitir que os grupos mais favorecidos o possam fazer.

Focando-nos em Lisboa, é inegável que a cidade está a viver um pico de projecção inter-

nacional enquanto destino turístico, ao mesmo tempo que o seu mercado de habitação adquire formatos de activo financeiro e atrai dinâmicas globais de procura e de investimento estrangeiro. Este processo foi alavancado por programas governamentais e pela viragem neoliberal na política urbana, que fomentaram a atração de uma elite transnacional e favoreceram a financeirização do imobiliário e a reestruturação urbana na capital portuguesa. Assiste-se agora a uma gentrificação turística, mediante a transformação dos bairros populares e históricos da cidade centro em locais de consumo e turismo, pela expansão da função de recreação, lazer ou alojamento turístico / arrendamento de curta duração que começa a substituir gradualmente as funções tradicionais da habitação para uso permanente, arrendamento a longo prazo e o comércio local tradicional de proximidade, agravando tendências de desalojamento e segregação residencial. Os bairros são esvaziados da sua população original ou impede-se a população de baixo estatuto socio-económico de aceder à habitação nessas áreas, colocando em risco a sustentabilidade social do centro histórico, à medida que parecem perder o tecido social e económico que lhe conferia identidade, memória, enfim, a dita “autenticidade” de que se fala tanto e não se chega a um consenso sobre o que é, mas que, justamente, constitui o recurso turístico. A relação entre o turismo e a cidade não é de modo algum recente. No entanto, hoje em dia o turismo urbano está em plena expansão devido a um urbanismo de mercado, a uma sociedade de consumo cada vez mais profusa, à globalização dos investimentos imobiliários e à internacionalização mundial dos sistemas financeiros que reconhecem as mais-valias retiradas do novo impulso económico criado pelos investimentos em regeneração urbana, apoiados por políticas urbanas e de governança local. Isso acompanha as mudanças nas motivações para a procura do turismo urbano e os importantes investimentos feitos na preservação do património construído e na promoção de ambientes cosmopolitas, especialmente nos bairros históricos dos centros das cidades.

O turismo urbano nas suas diversas modalidades tem conhecido grande expansão no início do século XXI, mas o excesso turístico enquanto fenómeno massificador nas grandes cidades portuguesas de Lisboa e Porto é um fenómeno recente. O boom turístico que dá vida nova e cria novos negócios em Lisboa, também está a aumentar as tensões latentes

e gerar novos problemas e desafios urbanos e fiscais. Em nome do turismo, realiza-se a reabilitação de prédios desocupados, mas as rendas aumentam exponencialmente, multiplicando as expulsões de moradores vulneráveis e encerramentos de lojas históricas, isto é, desalojamentos residenciais e comerciais. Por outro lado, graças ao turismo, muitos portugueses são lançados no negócio de arrendamento de quartos, muitos jovens desempregados dão os primeiros passos no mercado de trabalho, mas isso nem sempre significa empregos com direitos e rendimentos acima da média, ainda que as receitas do turismo tenham contribuído para a recuperação económica do País e da cidade, durante e após a crise capitalista. O turismo urbano pode também ser um motor de regeneração urbana para a preservação do património arquitectónico, a reabilitação de edifícios em estado avançado de degradação e contribuir para a criação de emprego. Mas a ausência aparente de qualquer estratégia de planeamento e avaliação do seu impacto, juntamente com o quase inexistente processo de regulação, tem consequências nefastas.

A gentrificação em Lisboa encontra-se hoje crescentemente associada a um fenómeno de turistificação, em virtude da expansão do Alojamento Local (AL), já que este segmento do alojamento turístico desvia parte da oferta de habitações para uso turístico, especialmente nos bairros históricos e diminui a oferta de habitação acessível, influenciando a subida dos preços de habitação para arrendamento e para aquisição própria. E embora esta seja uma causa de gentrificação diagnosticada em múltiplos estudos e relatórios por cidades de todo o mundo, sugeria que elevássemos a crítica à gentrificação para outro patamar de reflexão que não se resumisse à diabolização e demonização do AL, do turismo ou do turista e dos seus impactos na cidade.

Parece existir um consenso científico e social que considera que a expansão do turismo no centro histórico da cidade de Lisboa reside na conjugação de vários elementos decisivos. Primeiro, o recurso a plataformas online como o Booking.com, Airbnb, Windu, Homeaway, etc que permitem uma hiperescolha, bastante individualizada se pensarmos nas estadias organizadas via internet. Segundo, o contínuo embaratecimento da mobilidade internacional, nomeadamente através das companhias aéreas low cost. Terceiro, a tendência a nível global de aumento da procura por estabelecimentos turísticos alternativos (como é o AL), localizados em bairros típicos, conferindo maior autenticidade urbana e uma experiência local na estadia, indo de encontro ao desejo de cosmopolitismo do turista/visitante personificando objectivos de distinção social, que só a qualidade urbana da estadia e alojamento no centro histórico pode emprestar. Quarto, a falta de oferta hoteleira no centro histórico da cidade, onde, por outro lado, havia um elevado número de edifícios devolutos e em avançado estado de degradação. Quinto, a percepção comprovada de rentabilidades mais elevadas no alojamento turístico de curta du-

ração que no arrendamento de longo prazo. Sexto, o investimento de milhões de euros em campanhas publicitárias que afirmam internacionalmente Lisboa como cidade europeia predileta para o city-break, reforçando a ideia de cidade enquanto lugar cosmopolita, rico em património e dinâmico, sobretudo para jovens criativos de aspiração boémia e investidores imobiliários. Daí também a conquista de diversos prémios turísticos a nível internacional. Sétimo, o aumento inesperado do turismo em Portugal deriva em grande parte do declínio da procura turística, por questões de segurança internacional, em vários países árabes, típicos destinos turísticos – Egipto, Tunísia, Marrocos.

O AL tem ganho popularidade especialmente nos últimos anos, tendo-se tornado uma oferta alternativa face à oferta hoteleira convencional e massiva. Principalmente para férias e city-breaks, o AL oferece muitas vezes uma localização mais central – junto ao centro histórico onde existe uma carência de oferta hoteleira – e uma estadia mais autêntica e informal, dando ainda a possibilidade de acomodar toda a família ou grupos de amigos a preços bastante competitivos. Estes apartamentos têm surgido no mercado individualmente ou em edifícios totalmente dedicados a este fim, podendo ser geridos por operadores profissionais ou pelos seus proprietários, como acontece com a plataforma Airbnb, não se restringindo já à mera economia de partilha, com quartos em casas partilhadas com o próprio proprietário, mas funcionando em moldes de micro capitalismo rentista, com Alojamento Local praticado em casas inteiras, sendo este o regime de ocupação que domina já mais de 75% do mercado em Lisboa.

Uma consulta ao site www.airdna.co (plataforma que monitoriza a evolução do airbnb em várias cidades do mundo) permite concluir que em julho de 2018, em Lisboa, existem registados mais de 14 000 anúncios na plataforma Airbnb e que este número tem crescido exponencialmente a uma taxa média de variação anual de 42%, desde pelo menos 2010. O formato de AL tem vindo a expandir-se, daí ser natural que o número de ofertas deste tipo de alojamento tenha mais do que quadruplicado desde 2014, com uma expressão territorial muito intensa (ver figura). Isto significa que a oferta passou dos cerca de 13 mil estabelecimentos em 2014 para mais de 55 mil espaços, a nível nacional. Este tipo de alojamento já concentra 1/3 do total nacional das dormidas e está próximo disso no caso do número de hóspedes.

Num estudo desenvolvido em novembro de 2016 pela Nova School of Business and Economics e pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa para a Associação de Hotelaria de Portugal, conclui-se que, do ponto de vista económico, o aumento da procura de imóveis para AL gera uma pressão para o aumento dos preços do imobiliário, caso não seja acompanhado por um aumento da oferta. Tem ainda um efeito de reafectação de propriedades do mercado do arrendamento tradicional para o mercado de AL. O modelo

econométrico gerado apontou para um aumento dos preços das rendas no valor de 13,2% e de 30,5% nos preços de venda de imóveis em áreas onde o AL detém uma percentagem maior de fogos, como é o caso das freguesias da Misericórdia e Santa Maria Maior, onde o AL registado na plataforma Airbnb atinge em média os 20% (1/5) do total dos alojamentos clássicos existentes.

É certo que o AL, de short-rental para turistas, tem sido um dos responsáveis pela subida dos preços das rendas e das habitações no centro da cidade, agravando as condições de acesso à habitação, contudo não podemos esquecer que esta subida recente e galopante dos preços da habitação já não só nas áreas centrais mais nobres, mas também nas peri-centrais, resulta em grande e maior medida da enorme procura de imóveis para aquisição por parte de uma elite estrangeira com grande capacidade financeira e atraída pelo regime fiscal dos Residentes Não Habituais, pela lei dos Vistos Gold (Golden Visa) e incentivados pela política de isenção fiscal de que beneficiaram os Fundos de Investimento Imobiliário. Estes três programas do Governo transato incentivaram a acumulação de capital imobiliário à custa da financeirização progressiva do parque habitacional lisboeta.

Portanto, em rigor, a gentrificação em Lisboa, na sua fase actual, é produto de um mercado de habitação e de arrendamento que conhece fortes distorções, num esforço de responder à procura imobiliária de uma elite transnacional, como oportunidade lucrativa de especulação imobiliária e reprodução do capital investido, num contexto de capitalismo neoliberal financeirizado. Por conseguinte, no caso de Lisboa, a conjuntura explicativa não se resume à turistificação, mas prende-se com um conjunto mais lato e estrutural. Foi a viragem neoliberal dos sucessivos pacotes legislativos para uma reabilitação urbana mais pró-mercado (desde a criação das sociedades de reabilitação urbana em 2004), os programas Golden Visa e Residentes Não Habituais, a nova lei de arrendamento urbano (NRAU ou lei dos despejos como é conhecida), o novo regime fiscal dos Fundos de Investimento Imobiliário, a nova lei do alojamento local, a liberalização do uso do solo urbano aquando da recente revisão do PDM da cidade, bem como a disponibilidade de um imenso parque habitacional devoluto e acumulador de um grande rent gap, juntamente com o forte crescimento da procura turística na cidade, que geraram uma “tempestade perfeita” que introduziu mudanças significativas no mercado residencial, passando este de uma pausa abrupta para um alto nível de procura de forma muito rápida, com a oferta agora a começar a ficar aquém de satisfação daquela. Esta situação levou a um rápido esgotamento do stock residencial novo e de boa qualidade que estava disponível, localizado principalmente no centro histórico da cidade, mas não apenas no segmento residencial de luxo. Despertou igualmente o interesse de muitos promotores imobiliários nacionais e internacionais, levando a uma remodelação de edifícios nos bairros históricos de Lisboa,

com vista ao desenvolvimento e expansão do alojamento turístico mas também de novos produtos habitacionais dirigidos a novas procuras residenciais por estrangeiros, sobretudo, para segunda residência.

O Novo Regime de Arrendamento, promulgado em 2012, imposto pela Troika e subordinado aos interesses da propriedade, veio, como é sabido, liberalizar ainda mais o arrendamento, aumentar o poder dos senhorios, atualizar excessivamente as rendas e facilitar os despejos, levando à expulsão de muitos habitantes e ao encerramento de atividades económicas, sociais e culturais.

O Regime Fiscal para Residentes Não Habituais e os Vistos Gold, por sua vez, contribuíram significativamente para a intensificação da especulação imobiliária. O primeiro é destinado a cidadãos europeus comunitários com capacidade económica elevada. O segundo é destinado a cidadãos de outros países e autoriza-lhes residência para exercerem atividades de investimento, nomeadamente a transferência de capitais, criação de emprego e compra de imóveis. Em ambos os casos beneficia os cidadãos estrangeiros com grandes reduções e mesmo isenções de impostos, introduzindo desigualdade entre estes beneficiados pelas promoções e saldos fiscais e os residentes permanentes, portugueses ou estrangeiros, que não têm quaisquer benefícios fiscais.

Nos últimos 6 anos, os preços da habitação para arrendamento aumentaram entre 13% e 36%, e para aquisição subiram até 46%, consoante as áreas da cidade, de que resulta, estima-se, uma taxa de esforço com a habitação situada entre 40% e 60% do rendimento familiar, quando os padrões comuns aconselham uma taxa de esforço até 30%. Na capital, desde 2013, por exemplo, a freguesia de Santa Maria Maior perdeu quase dois mil habitantes. Isto dá mais de um habitante por dia, nos 4 anos que vão de 2013 a 2017.

O despovoamento não é um fenómeno recente no centro histórico de Lisboa, sendo que os registos estatísticos do INE indicam que esta sangria demográfica se iniciou nos anos 40 do século XX, onde residiam 160 mil habitantes, residem agora 40 mil. Este processo durante o século passado relacionou-se sobretudo com a expansão da suburbanização e consequente formação da Área Metropolitana de Lisboa. O último recenseamento populacional de 2011 não capta a perda populacional nos últimos anos agravada pelos despejos da nova lei das rendas de 2012 nem o impacto do AL e do investimento estrangeiro no mercado de habitação local. O número de desalojamentos recentes no centro histórico de Lisboa é desconhecido, até pela falta de estudos diagnóstico que comprovem o que me parece ser uma evidência clara, mas invisível aos olhos da opinião pública e sociedade civil. Todavia, várias associações falam no conhecimento de centenas de casos nos últimos anos, sobretudo nas freguesias centrais de Santa Maria Maior, Misericórdia e São Vicente, o que num universo de residentes de alguns milhares é bastante significativo,

tratando-se, ainda para mais, de populações vulneráveis e em risco social.

Perante um cenário de rendas cada vez mais altas, aliado ao facto de os salários serem baixos para a maioria dos portugueses, o número de despejos disparou. De acordo com os últimos dados do Banco Nacional de Arrendamento (BNA), os despejos duplicaram desde 2013 e, em média, são despejadas por dia cerca de 5,5 famílias, em todo o país. Segundo os dados do Ministério da Justiça, o número de pessoas despejadas em 2016 foi 91,7% superior ao número contabilizado três anos antes, o que pode sugerir evidência das dinâmicas descritas. Nesta matéria, este fenómeno continua a ser um buraco negro em Lisboa. As Juntas de Freguesia, com a ajuda de recursos técnicos, humanos e financeiros da Câmara Municipal, podiam avançar com um cadastro de levantamento aproximado do número de desalojados, bem como dos edifícios devolutos, com apoio das redes de vizinhança.

A nossa tese é que a emergência e o recente desenvolvimento extraordinário do setor do imobiliário de luxo em Lisboa – manifestação mais visível na paisagem urbana do processo de super-gentrificação – tem de ser compreendido num contexto de governança urbana neoliberal, promotora de estímulos ao mercado e à iniciativa privada, mas também nas geografias neoliberais dos fluxos transnacionais de capitais à escala global que comandam, hoje mais do que nunca, os destinos das microgeografias de (des)investimento e reinvestimento no parque imobiliário. E é este o principal factor estrutural que explica a financeirização do stock imobiliário lisboeta, o seu sobreaquecimento, e, por conseguinte, a gentrificação, a facilitação dos despejos e consequente agravamento da segregação residencial e expulsão das pessoas da cidade.

Portanto, o espaço urbano, analisado a partir do processo de produção e de realização de mais-valia, do ponto de vista do capitalismo, entra no processo de reprodução do capital como meio de produção sob a forma de capital fixo. Assim entendida, a cidade é condição material para a produção e circulação, para gerar mais valias através da criação e realização de valor. Deste modo, a diferenciação dos usos será a manifestação espacial da divisão técnica e social do trabalho, num determinado momento histórico, ou seja, encontra-se vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço, que nesta última fase é financeirizada. De motor de crescimento desde a Revolução Industrial, pelo menos, a cidade tornou-se um espaço organizado para o (re)investimento de capital.

O processo de financeirização está intimamente ligado às políticas neoliberais de privatização e alienação de património, recursos e actividades de domínio público, à abolição de controlos de capitais, mas sobretudo à desregulamentação e descompartimentação dos

mercados financeiros à escala global, facilitada pela interconexão em tempo real devido ao desenvolvimento extraordinário das telecomunicações e dos transportes, o que permite, precisamente, a revolução na mobilidade geográfica do capital. As medidas de liberalização e de desregulamentação dos fins de 1970 e inícios de 1980 deram nascimento ao sistema de finança mundializado tal como o conhecemos hoje. Elas puseram fim ao controlo dos movimentos de capitais com o estrangeiro (saídas e entradas), abrindo assim os sistemas financeiros nacionais ao exterior, conduzindo à formação de um espaço financeiro mundial, que não suprimiu os sistemas financeiros nacionais, apenas os integrou num conjunto mais vasto. Desde então, a economia mundial evolui num sistema monetário e financeiro de crescente liberdade no tocante à circulação de capitais e à determinação das relações cambiais, permitindo uma internacionalização dos mercados e uma globalização dos financiamentos a todos os níveis e, especialmente, ao nível da habitação e do imobiliário.

O movimento de desregulamentação foi igualmente acompanhado pela criação de numerosas novas formas de aplicação de liquidez financeira (novos produtos financeiros) à medida que a remoção das regulamentações e controlos nacionais anteriores abriu caminho para as “inovações financeiras”.

Para o capital portador de juros em busca de fluxos estáveis de rendimento, não há melhor investimento que os serviços públicos privatizados, como os sistemas de previdência e da saúde, pois tal como os domicílios com acesso a gás, a electricidade, a internet e telecomunicações, são “consumidores cativos”, fontes de ganhos regulares e seguros. Os serviços públicos, agora privatizados, são activos tanto mais atractivos quanto mais o Estado tenha neles realizado, com impostos da colectividade e da maioria social, elevados investimentos que assegurarão rendimentos sem necessidade de renovação durante longos anos. Este é, aliás, um dos princípios da socialização dos custos e privatização dos lucros inerente à crise capitalista 2008-2009, também presente quando perante a insolvência de vários Bancos, o Estado se vê compelido a neles injectar milhões de euros coletados à massa contributiva assalariada, que passa a suportar os riscos suportados pelas Bolsas financeiras e entidades bancárias contraídos no grande jogo do “capitalismo de casino”.

A finança e o seu pesado lastro de consequências estão indissociavelmente ligados à sobrevalorização patrimonial do imobiliário e do fundiário e à instituição da liquidez que lhe proporciona umas das suas bases mais fortes. O solo urbano não é uma mercadoria no sentido corrente do termo. É uma forma fictícia de capital que deriva das expectativas de aluguéis futuros, o que estimula o negócio do crédito hipotecário de alto risco, alimentado pelo mito da aquisição de casa própria para todos e o arquivamento de hipotecas

“tóxicas” em obrigações e acções de assunção de dívida altamente valorizadas a serem vendidas a investidores crédulos. Por isso David Harvey fala das raízes urbanas da crise capitalista, pois não existem hoje dúvidas de que os altos e baixos do mercado imobiliário estão imbricadamente ligados aos fluxos financeiros especulativos, sendo que se revestem de sucessos e fracassos com consequências directas para a macroeconomia em geral. Quanto maior a proporção dos mercados imobiliários no PIB, mais significativa a conexão entre financiamento e investimento no ambiente construído se tornará numa fonte potencial de crise financeira. A urbanização e a produção do espaço – já Harvey o fundamenta e estuda há 40 anos – tem sido um meio fundamental para a absorção de excedentes de capital e de trabalho ao longo de toda a história do capitalismo. Mas é também um campo de enorme importância em que se dá a produção de valor e mais-valia, mediante o engajamento combinado e promíscuo do nexó Estado-Finanças.

A produção do espaço e o (re)desenvolvimento urbano são uma actividade claramente especulativa no longo prazo, pois corre sempre o risco de replicar, muito mais tarde e a maior escala, as mesmas condições de sobreacumulação que, de início, tentou atenuar. A financeirização, conceito cunhado pela economia política para designar a mais importante transformação estrutural do capitalismo desde a crise da década de 1970, designa, assim, a crescente influência destes mercados financeiros (dos seus actores, processos e produtos) na actividade geral do tecido social e económico, a todas as escalas, desde o indivíduo e da sua família, às empresas, às economias nacionais até às geografias neoliberais dos investimentos locais e transnacionais. Veja-se, por exemplo, que para acompanhar o esforço de hiperconsumo, em detrimento da poupança, as famílias recorrem cada vez mais ao crédito, tanto para os bens de consumo como para a aquisição de habitação. Uma consequência genérica desta linha de evolução é o endividamento das empresas e das famílias que cresceu consideravelmente e representa uma das características dominantes das nossas economias e sociedades.

A propriedade imobiliária em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro. A crença de que os mercados podem regular a alocação do solo urbano e da habitação como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros internacionais experimentais e “criativos” vinculados ao financiamento do parque habitacional, levou as políticas públicas das economias de capitalismo avançado a abandonar os conceitos de habitação como um bem social e um direito constitucional, enquanto direito humano básico. Simultaneamente, investidores que procuram a obtenção do Golden Visa, viram neste mercado uma oportunidade para obter rendimento nos seus activos imobiliários. Com toda esta dinâmica, actualmente podemos assistir a um grande dinamismo na reabili-

tação de edifícios das áreas nobres da cidade, o que contribuí para o aumento contínuo da oferta de AL como de produtos imobiliários de luxo, verdadeiramente subsidiado por uma crescente financeirização do mercado de habitação, mas ao mesmo tempo desalojando a população mais pobre.

A elite da riqueza transnacional é um grupo de pessoas que têm a sua origem numa localidade, mas investem as suas riquezas transnacionalmente, de acordo com fluxos de capital transfronteiriços, e fazendo uso de reescalonamento nas geografias neoliberais do investimento financeiro. Ou se já, eles focalizam a atenção na intercessão entre as suas oportunidades de investimento e as redes legais e as condições produzidas pelas políticas fiscais de atracção de investimentos estrangeiros, ao invés de empreendedores imobiliários, associações de habitação ou investidores institucionais, a que o grande capital imobiliário recorria tradicionalmente.

Lisboa, como Nova Iorque e Londres, novamente, e numa escala diferente, registou este processo acelerado de financeirização no mercado de habitação e no setor do imobiliário em geral. Lisboa continua a ser um destino prioritário para investir em imóveis e está a recuperar de uma crise económica, a partir da revitalização do mercado imobiliário. Há muitos lugares atraentes para investir em Lisboa, preços baixos para o sector imobiliário, tornando-a particularmente atraente para os investidores, acompanhado de bons produtos com alta qualidade. Lisboa tem vindo a ser reconhecida como um centro turístico internacional e um centro de crescimento para start-ups, ao mesmo tempo que o programa Golden Visa é reconhecido como uma oportunidade cada vez mais relevante, tendo em conta a complexa conjuntura internacional. Portugal tem activos imobiliários de elevada qualidade, a um preço internacionalmente muito competitivo, excelentes infraestruturas, um clima ameno, segurança e um ambiente social único, caracterizado pela ordem e paz social que coloca o país no top 3 dos países mais seguros mundialmente. Além de muitas outras atracções tradicionais, os preços residenciais de Lisboa correspondem a dois terços de Madrid, um terço de Berlim e um décimo de Londres. Mesmo os preços Prime são mais favoráveis em comparação com outras cidades europeias.

Estas amenidades da cidade, juntamente com a forma como o mercado imobiliário e o seu segmento de profissionais são organizados, a acrescentar ainda o funcionamento do quadro legal e fiscal reestruturado durante o período de austeridade, (re)produzem a função imobiliária como um activo específico de Classe, que dirige o “ajuste espacial” do capital, como estudado por David Harvey, num contexto de crise capitalista, como a que tivemos em 2008-2009.

Para sobreviver e multiplicar-se às suas crises, o Capital tem que construir um espaço fixo (produzir “paisagem” e “cidade”) necessário para o seu próprio funcionamento num

certo ponto de sua história, apenas para destruir esse espaço (destruição criativa e desvalorizar grande parte do capital investido) a fim de dar lugar a uma nova “fixação espacial” (abertura para novas frentes de acumulação em novos espaços e territórios) num ponto posterior da sua evolução. Foi necessário que o parque imobiliário no centro histórico se desvalorizasse significativamente nas últimas décadas, pelo desinvestimento e avançado estado de degradação e má conservação, para que agora surja como oportunidade de negócio e reprodução do capital imobiliário.

A história do desenvolvimento capitalista, sobretudo na sua geografia, demonstra como este precisa superar constantemente o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital fixo na produção de ambiente construído e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação. As forças desta transformação urbana recente não são só globais, são, na verdade, glocais porque articulam as condições atractivas do local com interesses que são globais e transnacionais.

MANIFESTO ANTIGENTRIFICAÇÃO REDUX*

Luís Mendes**



RESUMO

O presente artigo apresenta-se como um manifesto contra a gentrificação da cidade contemporânea. Fundamentando-se no paradigma da geografia marxista, o manifesto expõe a gentrificação como processo de injustiça e desigualdade espacial, que aprofunda a segregação residencial e a divisão social do espaço urbano, respondendo aos interesses dos movimentos cíclicos de capital e do Estado Capitalista, reforçados no âmbito do pós-crise capitalista 2008-2009. Termina com um conjunto dialético de postulados e respetivas medidas alternativas que pretendem mitigar e combater os efeitos da gentrificação turística em Lisboa.

PALAVRAS-CHAVE: GENTRIFICAÇÃO; TURISMO; LISBOA.

O espaço urbano não é imutável. Tal como o sistema económico e social, ele transforma-se, pelo que as suas estruturas materiais e a organização mudam de feição. O sistema produtivo resulta da articulação dos elementos de produção, consumo, circulação ou distribuição e gestão. Todos estes elementos estão relacionados entre si e modelam o espaço, não só porque se realizam mediante estruturas localizadas, mas também pelas relações que mantêm, e que se articulam no espaço geográfico. Assim, as modificações na produção e na apropriação do espaço urbano estão sempre associadas às dinâmicas globais da economia, isto é, ao modo de produção capitalista subjacente, funcionando, em simultâneo, como uma forma de expressão espacial destas (talvez a mais importante e visível) e, também, como um dos meios que possibilitam a sua sustentação. Portanto, o espaço não é uma entidade neutra, vazia de conteúdo social. Cada sociedade produz os seus espaços, determina os seus ritmos de vida, modos de apropriação, expressando a sua função social, pelas formas através das quais o ser humano se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. É o princípio do espaço como categoria social real, o espaço-resultado, construído e em construção, o espaço real como demarcação de práticas sociais precisas, realidade que não prescinde, em hipótese alguma, da vitalidade histórica que lhe é impressa por uma sociedade concreta. O espaço é grandemente definido pela divisão espacial do trabalho como produto direto da morfologia social hier-

arquizada e diferenciada, e cuja reprodução encontra-se vinculada ao carácter social e histórico do capitalismo na produção do espaço (Lefebvre, 2000; Santos, 1982, 1988, 1994, 1996, 2005; Carlos 1992, 1994, 2015; Rolnik, 2015). Os processos de desenvolvimento da cidade ou urbanização são a manifestação espacial do processo de acumulação de capital. De motor de crescimento, a cidade tornou-se um espaço organizado para o (re)investimento de capital, em função de ciclos de valorização e desvalorização constantes. As contradições experimentadas no espaço construído são reproduzidas, em parte, devido aos passos dados para converter o capital financeiro no elo mediador entre o processo de urbanização (em todos os seus aspectos, inclusive a edificação de ambientes construídos) e as necessidades ditadas pela dinâmica subjacente do capitalismo. Também na gentrificação como processo de (re)desenvolvimento urbano, o capital imobiliário procura uma estratégia para se expandir não só para dar resposta às necessidades de realização e descobrir novas frentes urbanas de mercado, mas também para satisfazer as exigências das fases seguintes do ciclo de acumulação. Portanto, as fronteiras da gentrificação colam-se às fronteiras da expansão / reestruturação capitalista, gerando uma capitalização e uma mercantilização de todos os objetos espaciais no ambiente urbano. Por definição, a gentrificação designa o movimento de chegada de grupos de estatuto socioeconómico mais elevado, geralmente jovens e de classe média, a áreas centrais desvalorizadas e abandonadas da cidade. O efeito é que essas áreas se tornam social, económica e ambientalmente valorizadas, sofrendo um processo de filtering up. É um processo de mudança socioespacial, em que a reabilitação de imóveis residenciais situados em bairros da classe trabalhadora ou de génese popular/tradicional atrai a fixação de novos moradores relativamente endinheirados, levando ao desalojamento de ex-residentes que não podem mais pagar o aumento dos custos de habitação que acompanham a regeneração. Por conseguinte, é um processo pelo qual os bairros pobres e de classe trabalhadora na cidade centro são requalificados, através da entrada de fluxos de capital privado e de proprietários e inquilinos da classe média e média-alta (Smith, 1996). Na verdade, a partir do paradigma da geografia marxista, percebemos que se trata de um

processo de emburguesamento de bairros históricos, ou seja, uma acentuação da conotação residencial alto-burguesa. A gentrificação trata-se sempre de um fenômeno de substituição social classista e de reapropriação pela burguesia – e da própria e respectiva ideologia neoliberal e ordem simbólica subjacente – dos espaços de habitat populares das áreas antigas centrais. Tal processo implica quase sempre a expulsão dos antigos residentes, logo desalojamento e segregação residencial, culminando com um aprofundamento da divisão social do espaço urbano.

A gentrificação no espaço urbano intervém na produção e na organização do trabalho produtivo e da economia; ao mesmo tempo em que determina as relações de produção, é também, simultaneamente, produtora e produto, suporte das relações sociais e, portanto, tem um papel importante no processo de reprodução geral da sociedade capitalista. Tem-se, com efeito, uma produção espacial que se manifesta sob as formas de apropriação, utilização e ocupação de uma dada área, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho e que, no seio do processo capitalista, produz uma morfologia espacial “fragmentada” e hierarquizada, contribuindo para um aprofundamento da divisão social do espaço urbano e da segregação residencial.

A gentrificação é uma questão ideológica, política e é o processo de mudança urbana que melhor materializa a luta de classes no palco da cidade na contemporaneidade. As relações socioespaciais estruturadas pela gentrificação são reguladas pelas estruturas capitalistas, de forma a reforçar e reproduzir a riqueza e o poder da classe dominante, por via da acumulação por despossessão, expropriação, desalojamento e expulsão da classe dominada. Mediada pela dialética entre os movimentos cíclicos de capital e a produção de ambiente construído, a gentrificação turística em Lisboa tem sido privilegiada como estratégia política de revitalização urbana de Estado Capitalista, alicerçando-se no argumentário neoliberal e no ideário do urbanismo austeritário que legitimam a hegemonia do turismo enquanto panaceia no contexto de pós-crise capitalista. A nossa tese é que a emergência e o recente desenvolvimento extraordinário do setor do imobiliário de luxo em Lisboa, também de apartamentos e outros alojamentos turísticos – manifestação mais visível na paisagem urbana do processo de gentrificação – tem de ser compreendido num contexto de governança urbana neoliberal, promotora de estímulos ao mercado e à iniciativa privada e de erosão do Estado Social e das suas políticas públicas de habitação, mas também nas geografias neoliberais dos fluxos transnacionais de capitais à escala global que comandam, hoje mais do que nunca, os destinos das microgeografias de (des)investimento e reinvestimento no parque imobiliário do espaço intra-urbano, responsáveis pelo esvaziamento da habitação como direito e sua transformação em mero ativo financeiro (Mendes, 2017).

Como diz David Harvey mais recentemente (2010, 2012, 2014), o capital esforça-se para

produzir a paisagem geográfica favorável à sua própria reprodução e evolução posterior. A paisagem geográfica do capitalismo é, contudo, tornada perpetuamente instável por várias pressões técnicas, econômicas, sociais e políticas que operam no mundo em oscilações imensamente variáveis. O capital deve, necessariamente, adaptar-se a esse mundo em constante evolução. Mas o capital também tem um papel fundamental na formação do mundo. A forma como a paisagem evolui e se organiza afeta a acumulação de capital, mas também as contradições do capital e do capitalismo manifestam-se no espaço, no lugar e no tempo. A maneira independente em que a paisagem geográfica evolui desempenha um papel fundamental na formação da crise capitalista. Sem um desenvolvimento geográfico desigual e suas contradições, o capital teria ossificado há muito tempo e caído em desordem. Este é um meio fundamental pelo qual o capital reinventa-se periodicamente. O capital deve ser capaz de resistir ao choque da destruição do velho e estar pronto para construir uma nova paisagem geográfica sobre as suas cinzas. Os excedentes de capital e de trabalho devem estar disponíveis para este fim. Intencionalmente, o capital, por sua própria natureza, perpetuamente cria tais excedentes, muitas vezes sob a forma de desemprego em massa do trabalho e uma sobre-acumulação de capital. A absorção desses excedentes por meio da expansão geográfica e da reorganização espacial, nomeadamente pela reestruturação urbana, ajuda a resolver o problema dos excedentes que não dispõem de oportunidades lucrativas de reprodução. A urbanização e o desenvolvimento regional tornam-se esferas autônomas da atividade capitalista, exigindo grandes investimentos (normalmente financiados pela dívida) que levam muitos anos para amadurecer. As crises são essenciais à reprodução do capitalismo. É no curso da crise que as instabilidades do capitalismo são confrontadas, remodeladas e reestruturadas para criar uma nova versão do que o capitalismo é e pode ser. E isto através do espaço urbano que, por via da gentrificação enquanto estratégia de um urbanismo crescentemente neoliberal, afigura-se como meio e condição essencial para uma geografia (de reprodução) do capitalismo financeirizado transnacional.

Estando o diagnóstico feito (ver Mendes, 2016a, 2016b; AAVV, 2016), o problema da gentrificação pelo turismo pelo qual a cidade de Lisboa tem vindo a passar requer a tomada urgente de medidas integradas e a diferentes escalas, níveis e setores (turismo, habitação, comércio, equipamentos coletivos e infraestruturas etc.), que se executadas de forma avulsa ou individualmente nunca resolverão verdadeiramente o problema, se não entendidas e aplicadas de modo holístico. Contudo, subjacente a todas elas estão dois princípios fundamentais (Estado e Movimentos Sociais Urbanos) que aprofundam a aliança da democracia representativa com a democracia participativa, no contributo para a resolução do problema, promovendo a estabilização do mercado de habitação acessível

nos bairros da cidade, num espectro de medidas e recomendações políticas que oscilam entre o reativo e o preventivo (ver Figura 1). Primeiro, o de que precisamos de um Estado mais eficaz, com capacidades para a concepção, implementação e avaliação de políticas públicas de habitação e turismo. Neste campo, é necessário reforçar o poder municipal local como agente regulador do desenvolvimento turístico na cidade. Não basta ter uma missão clara, estratégias e objetivos ou financiamento adequados. As capacidades do Estado (capacidade técnico-burocrática e administrativa, a capacidade jurídica, a capacidade de infraestrutura e capacidade fiscal) são necessárias para mobilização políticas de regulação para produzir uma cidade da maioria e do coletivo.

Segundo princípio: dinamização dos movimentos sociais urbanos de defesa do direito à habitação e à cidade que se aliam à luta dos residentes do centro histórico (associações locais de moradores, ativistas, associações de inquilinos, comissões de moradores, colectividades/associações culturais ou desportivas de bairro etc.), sempre numa lógica autogestionária e de auto-organização. Estes movimentos devem articular-se com outros de narrativa contrahegemônica e de resistência e combate à ofensiva neoliberal que assola o espaço urbano e que, à semelhança do que se está a passar em todo o mundo, crescentemente percebem as potencialidades e eficácias do trabalho em rede e da pluri-escalaridade das lutas. Só assim estes movimentos podem ganhar e alargar a sua base institucional em articulação com os poderes públicos e a democracia representativa.

As medidas que se seguem são particularmente importantes para manter e fixar a população nos/dos bairros do centro histórico de Lisboa, uma das cidades europeias com a mais baixa densidade populacional.



Assim, propomos 3 níveis de atuação, do mais geral para o mais particular:

1. Inovação crítica na concepção e implementação de processos locais de regeneração urbana.

1.1. Dar continuidade a uma política de reabilitação urbana pelas pessoas e para as pessoas que valorize o direito à habitação, em detrimento de grandes e espetaculares intervenções de renovação e restauro para alienação de patrimônio público e sua venda ao desbarato em benefício do capital e investimento estrangeiros (Tosics, 2015).

1.2. Promover o uso temporário de edifícios e espaços públicos, numa perspectiva coletiva e comum, em detrimento de uma lógica de mercado e meramente privada. Incentivar os projectos de reabilitação de baixo custo com base num planeamento urbano de proximidade.

1.3. Estimular a participação de vários atores públicos, moradores, ONGs e / sociedade civil do sector privado, bem como stakeholders nos processos de regeneração urbana, doravante a uma escala local de maior proximidade.

2. Princípios, políticas e práticas para impedir o desalojamento e a expulsão.

2.1. Proteções de base para os moradores mais vulneráveis, de forma a: i) manter as pessoas nas suas casas mediante pressões do potencial uso turístico, prevenindo o desalojamento forçado levado a cabo por promotores e investidores do mercado imobiliário; ii) garantir que os novos recursos da habitação a preços acessíveis são disponibilizados para aqueles que mais deles precisam; e iii) garantir medidas de compensação para apoio dos moradores afectados, sempre que o desalojamento ocorra.

2.2. Produção e preservação de habitação a preços acessíveis. O stock de habitação a preços acessíveis deve ser estendido para incluir qualquer habitação propriedade pública ou privada que seja acessível para famílias com rendimento abaixo de 80 por cento do salário mínimo, por exemplo.

2.3. Estabilização da população e das comunidades existentes. A fim de evitar o rápido aumento do preço do imobiliário e o desalojamento resultantes do súbito afluxo de investimento em bairros historicamente desinvestidos, a cidade deve mover-se em direção a uma abordagem de desenvolvimento equilibrado, que envolva investimento contínuo e regular para manutenção e conservação da habitação, mas também do comércio local, entre outros equipamentos e infraestruturas dos bairros, recursos vitais da comunidade. Estas medidas devem aplicar-se em todos os bairros, mas especialmente naqueles cuja população afeita um rendimento baixo ou moderado, e que apresentem uma história de desinvestimento (Just Cause, 2015; Gratz, 2015; Gallaher, 2016).

2.4. Promover abordagens baseadas no não-mercado para habitação e desenvolvimento comunitário. A influência negativa da especulação ou de qualquer outra forma de geração de lucro fácil baseada na propriedade e desprovida de investimento na comunidade local deve ser ativamente desencorajada. Tal requer implementar políticas para penalizar todo e qualquer investimento especulativo, a fim de reduzir a quantidade de propriedade transacionável que possa catalisar aumentos dos preços da habitação e desalojamento.

2.5. Planeamento como um processo participativo. Promover a participação cívica e associações de base local. Se os projetos e planos forem projetados para beneficiar os moradores existentes com base nas suas necessidades e prioridades, o risco do desalojamento ou de outras consequências nefastas para a comunidade existente são menos prováveis de ocorrer. A fim de assegurar que o desenvolvimento baseia-se realmente nas necessidades dos residentes existentes, os processos de planeamento e desenvolvimento comunitário devem não só envolver a participação de moradores das comunidades afetadas, mas também de todos os atores públicos e privados de base territorial do bairro (Just Cause, 2015; Bradley, 2014; London Tenants Federation et. al., 2014; Rodrigues & Silva, 2015).

2.6. Promover a aplicação e generalização do princípio dos fundos de terras comunitárias (community land trusts), cooperativas sem fins lucrativos que desenvolvem e administram empregos acessíveis, espaços verdes comunitários, edifícios cívicos, espaços comerciais e outras amenidades da comunidade em nome de um bem comum e coletivo. Estes fundos de terras comunitárias equilibram as necessidades dos indivíduos para acessar à propriedade e manter a segurança da posse com a necessidade de uma comunidade de manter acessibilidade, diversidade econômica e acesso local aos serviços essenciais, capitalizando diferentes oportunidades em benefício das comunidades locais através da metodologia de preparação social e aprendizagem coletiva. Esta metodologia de intervenção, no início do processo de delimitação das propriedades comunitárias, traz uma mais valia para as comunidades locais, através da criação de parcerias entre a comunidade e investidores, geração de rendimento e uma perspectiva de desenvolvimento comunitário baseada numa agenda da comunidade. A preparação social é uma abordagem usada pelos fundos de terras comunitárias sobretudo nos países do Sul Global, para a capacitação e consciencialização de comunidades e partes interessadas (Públicas, Privadas e Organizações da Sociedade Civil) para uso, aproveitamento e gestão ambiental, social e economicamente sustentável da propriedade e de outros recursos da comunidade. Esta abordagem de aprendizagem coletiva integra o uso de métodos e ferramentas participativas para estimular a participação e a apropriação das comunidades, lideranças locais, dos atores de desenvolvimento e investidores nos processos de desenvolvimento

local, com recurso ao uso e ao aproveitamento da propriedade e outros recursos da comunidade, mas sempre numa perspectiva de autogestão endógena (Cabannes et al., 2010; Nel-lo, 2015; Sousa Santos, 2017).

3. Tomada de medidas e iniciativas concretas para assegurar o “direito à habitação”, em detrimento da “gentrificação pelo turismo”

3.1. Não permitir, em nenhuma circunstância, processos de despejo em que não estejam devidamente asseguradas alternativas dignas ou meios de subsistência suficientes, devendo forçosamente analisar-se a situação familiar e encontrar-se os meios adequados para o apoio às famílias em caso de incapacidade financeira para manter a habitação (Habita, 2012, 2016).

3.2. Combater a especulação imobiliária e promover um mercado social de arrendamento, unidades de renda social controlada na cidade centro:

a) O município, que dispõe de um vasto património imobiliário em toda a cidade, deve requalificá-lo e mobilizá-lo para uso afeto de bolsas de arrendamento a custos controlados, regulando o mercado imobiliário, limitando os custos do arrendamento residencial tradicional, garantindo uma oferta habitacional a preços acessíveis, sobretudo para os mais vulneráveis. Tudo isto na linha do projecto já existente da criação de bolsas territoriais – conjuntos de fogos municipais todos localizados numa mesma área ou bairro, aos quais se podem candidatar os interessados em residir nessa zona da cidade, no âmbito do Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal, mas privilegiando o realojamento local dos moradores expulsos ou alvo de desalojamento, todavia, oriundos do bairro em questão. **b)** Intensificar a reabilitação urbana de propriedades/edifícios de propriedade municipal ou estatal para uso como residência temporária para populações vulneráveis ou entretanto desalojadas, que permitisse a criação da dita bolsa de arrendamento a custos controlados, instituindo, paralelamente, incentivos aos particulares (incluindo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Instituições Particulares de Solidariedade Social, ambas detentoras, a par da Câmara Municipal de Lisboa (CML), de elevada parcela do parque edificado da cidade) que queiram participar neste projeto, colocando património seu na referida bolsa. **c)** Criar um regime especial de tributação do parque imobiliário destinado ao arrendamento habitacional clássico a preços controlados, promovendo fiscalmente este segmento de acesso à habitação a custos acessíveis; portanto, reduzir ou mesmo isentar de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) os fogos quando efetivamente arrendados segundo o conceito de “renda acessível”.

d) No âmbito fiscal, deve ter-se o objetivo de aliviar os encargos sobre a propriedade arrendada, pressionando o valor das rendas para montantes compatíveis com o rendimento

das famílias e das atividades económicas, culturais e sociais, e com uma taxa de esforço que não deve, em caso algum, ultrapassar os 30% desse rendimento.

e) Urge também, neste sentido, estancar a concessão a privados e a alienação do património imobiliário municipal que perverte a aplicação de uma política de planeamento urbano justa, do bem comum e por uma cidade inclusiva, a favor da mercantilização, especulação e financeirização do espaço urbano; grande parte dos ativos imobiliários municipais e estatais que têm vindo a ser alienados é de imóveis classificados e de terrenos de elevado valor estratégico e urbanístico, que podiam ser preservados para a prossecução de uma futura política urbana alternativa, pela coesão social e justiça espacial.

f) Obrigar à colocação, no mercado, dos fogos devolutos, penalizando de forma eficaz o abandono dos alojamentos com fins especulativos, aprofundando o princípio da função social da propriedade, obrigando à comprovação do exercício da posse da mesma, ou seja, do uso efetivo da função a que se destina – e distinto da mera comprovação de posse pelo proprietário através de demonstração de título de propriedade –, para contributo do desenvolvimento económico e social da comunidade (Sousa Santos, 2017).

g) Averiguar a possibilidade de exercício de “direito de preferência” da CML que, nos termos da lei, tem preferência na aquisição de alguns imóveis, atentando à sua localização na cidade ou a algum ônus na anterior fase de aquisição. Assim, antes de alienar um imóvel que se encontre nestas condições, o proprietário deverá solicitar à CML que se pronuncie quanto ao eventual interesse de exercer o direito de preferência na alienação que a lei lhe confere. Através deste direito, a CML tem a possibilidade de chamar a si o negócio imobiliário, desde que se disponha a contratar, em substituição do terceiro, nas mesmas condições em que este o faria, em relação a edifícios que se considerem nucleares para a organização de dinâmicas urbanas locais susceptíveis de contribuir para a efetivação do direito à habitação e que se localizem em Áreas de Reabilitação Urbana devidamente delimitadas. Estas Áreas de Reabilitação Urbana contemplam, atualmente, uma extensa área do território do concelho de Lisboa e tem um impacto direto na atuação da CML, nomeadamente, na sujeição da decisão da Câmara de exercer o direito de preferência sobre imóveis nesta área.

3.3. Reassumir a política fiscal municipal enquanto importante instrumento de regulação do mercado imobiliário: **a)** O poder municipal deve criar sanções, incluindo impostos e taxas, para o desenvolvimento ou actividade de investimento que se concentra na geração de lucro sem benefícios para os residentes existentes; **b)** Ativação de instrumentos fiscais para estimular a reabilitação urbana para uso residencial permanente; **c)** Adotar o “licenciamento zero” apenas para projetos de reabilitação para uso exclusivamente residencial;

d) Agravar o IMI no caso da reabilitação urbana ser empreendida para o desenvolvimento de projetos de turismo, minimizando o IRS (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares), o IRC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas) e o IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado); e **e)** Agilizar o desbloqueio das casas vazias, com penalização fiscal dos proprietários que as mantenham desabitadas e devolutas e penalizar o investimento especulativo, criando novos impostos de propriedade que agravem punições sobre os espaços desocupados. A existência de edifícios ou frações devolutos acarreta o não aproveitamento da sua função social e produtiva, o que constitui um fator lesivo do interesse público, na medida em que diminui a oferta de fogos, espaços comerciais ou de serviços e solo disponível. Esta situação pode aumentar artificialmente os preços e estimular a especulação imobiliária, dificultando o acesso à habitação, prejudicando o desenvolvimento das atividades económicas e promovendo a insegurança, o despoamento e o declínio urbano.

3.4. Apelar a uma maior articulação da CML com a plataforma e organização Airbnb (plataforma de home sharing que tem tido uma importante contribuição para a economia da cidade, na criação de emprego e geradora de receitas como complemento do orçamento familiar, mas que tem sido, igualmente, responsável por muita da turistificação registada), no sentido de uma crescente regulação, responsabilidade e sustentabilidade no setor do alojamento local para turismo, que vá para além da simples cobrança da Taxa Turística e do Alojamento Local Responsável.

3.5. Fomentar estudos de diagnóstico, com o apoio e principal interesse da CML, que monitorizem evoluções na oferta turística no setor do imobiliário no centro histórico e que estudem a viabilidade de aplicação de índices de capacidade de carga turística por seção/quarteirão de bairro para o alojamento turístico.

3.6. Sensibilizar as associações de moradores e as assembleias de condôminos para se implicarem em formas de compromisso coletivo e consenso democrático que faça depender a criação de apartamentos para acomodação/ alojamento turístico de autorização do condomínio: por exemplo, pode propor-se um aumento do custo do condomínio para quem tem apartamentos arrendados a turistas, já que um maior fluxo de pessoas aumenta o uso das partes comuns dos edifícios, agravando as externalidades negativas – agravamento do valor do condomínio aplicável às frações de alojamento local em virtude da maior intensidade de uso, conforme previsto no número 2 do artigo 1424.º do Código Civil; pode acrescer-se de obrigatoriedade a adesão do proprietário de alojamento local a um seguro multiriscos para cobertura de possíveis danos causados pelos respectivos turistas;

3.7. Propor um referendo à população dos bairros históricos sobre propostas de regulamentação de propriedades para alojamentos turísticos, dando cumprimento à Lei

Orgânica 4/2000, de 24 de Agosto, que prevê a realização de referendo de âmbito local em matérias de relevante interesse local que devam ser decididas pelos órgãos autárquicos municipais ou de freguesia e que se integrem nas suas competências, quer exclusivas quer partilhadas com o Estado Central (Bingre, 2016).

3.8. Revisão da Lei do Alojamento Local, Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de Agosto, que aprova o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local, bem como do Decreto-Lei n.º 63/2015, de 23 de Abril, que introduz alterações ao primeiro; no sentido da Lei ser mais restritiva e reguladora do alojamento local, à semelhança de outras cidades (Ex: Barcelona, Paris, Berlim, Nova Iorque, Londres, São Francisco), limitando a proliferação desmedida dos alojamentos locais e hostels, diferenciando alojamentos coletivos de particulares, mas também estabelecendo limites claros de licenciamento a cada requerente, ao número de estabelecimentos licenciados em cada prédio mediante percentagem das frações urbanas em cada um deles, entre outras.

3.9. Reduzir o diferencial de ganhos obtidos entre o arrendamento turístico e o arrendamento residencial, revendo profundamente o regime jurídico do alojamento local (Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto) de modo a sujeitar esta categoria de estabelecimentos a regras de segurança, higiene e conforto tão exigentes quanto aquelas impostas aos empreendimentos hoteleiros e afins. Tal medida reduziria a margem de lucro do alojamento local, tornando-o mais próximo dos níveis de rentabilidade de hotéis e não tão vantajoso relativamente ao arrendamento residencial (Bingre, 2016); Aproximação das condições fiscais aplicáveis ao alojamento local e ao arrendamento de longa duração, permitindo alargamento da base de receitas para o fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística, previsto na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio).

3.10. Aproximação das condições fiscais aplicáveis ao alojamento local e ao arrendamento de longa duração, permitindo alargamento da base de receitas para o fundo municipal de sustentabilidade ambiental e urbanística, previsto na Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio).

3.11. O Município deve recuperar, nas suas plenas competências como agente de planeamento urbano, a possibilidade de decidir sobre limitações de licenciamento de estabelecimentos de alojamento local, já que a figura do licenciamento para uso residencial encontra-se subvertida no caso desta atividade, pois a fruição do alojamento não é a de clássica residência ou arrendamento a longo prazo, mas de alojamento turístico short rental (arrendamento de curto prazo).

3.12. Aplicar uma política de uso do solo que preveja usos mistos (residencial, comercial, serviços, turismo, indústria compatível, equipamentos colectivos) de forma equilibrada

à escala do município, bairro e quarteirão; aplicação de um sistema de quotas (1/3 habitação, 1/3 comércio, serviços, turismo, 1/3 equipamentos coletivos) (CML, 2011) que garanta um mix funcional (atendendo à especificidade da área urbana em causa) essencial à manutenção da vida social e económica do centro histórico, à sua coesão, apropriação diferenciada e resiliência, ao invés da tendência de monofuncionalidade e hiperespecialização económica no setor turístico que descaracteriza os bairros históricos e torna o tecido social e económico da cidade mais vulnerável à volatilidade da procura turística internacional ou a uma crise no setor.

3.13. Reforçar as Juntas de Freguesia (JF) como instituições e coletivos de poder local: **a)** Transferência urgente, por parte da CML para as JF, das matérias relacionadas com o licenciamento da emissão de ruído; **b)** JF podem fomentar serviços locais de aconselhamento integrado (jurídico, social, económico) para apoio a famílias ou indivíduos em situação de perda iminente ou já consumada da sua habitação, desenvolvendo, para o efeito, campanhas de sensibilização da população, dos inquilinos e das comunidades para não estabelecerem acordos com os proprietários ou senhorios sem se informarem previamente com advogados ou outro tipo de técnicos jurídicos, por exemplo, da Associação de Inquilinos de Lisboa; **c)** JF devem fazer levantamento cadastral das propriedades (nomeadamente das da CML) que estão devolutas ou desocupadas e fazer pressão junto ao Município para que se encetem processos de reabilitação urbana atendendo às necessidades das comunidades locais mais vulneráveis;

3.14. Rever a nova lei do arrendamento urbano, a fim de salvaguardar os direitos de habitação dos inquilinos (de acordo com o previsto no Programa do Governo da Cidade de Lisboa para 2013-2017), no sentido de alargar os períodos de transição para o Novo Regime de Arrendamento Urbano, relativamente aos contratos em que os Senhorios tomarão essa iniciativa, com a lei de 2012, um reforço da proteção dos arrendatários quanto à realização de obras de remodelação ou restauro profundos dos prédios arrendados, através de um aumento substancial dos requisitos a que tais obras ficam sujeitas, por um lado, e com a duplicação do valor da indemnização devida aos arrendatários que vejam os seus contratos de aluguer terminados para a realização de tais obras; e a criação de um novo regime de proteção para os arrendatários (não habitacionais) que sejam estabelecimentos e entidades de interesse histórico e cultural ou social, do ponto de vista local, tais como, por exemplo, associações desportivas e culturais, coletivos vários, lojas tradicionais de caráter histórico; ponderar soluções concernentes à dinamização da oferta de habitação para arrendamento prevendo a contratualização entre o setor público e o setor privado de bolsas de locados destinados ao arrendamento com rendas acessíveis.

3.15. Reter na cidade, e sobretudo nas comunidades mais afetadas pela turistificação,

uma parte significativa das mais-valias económicas, criando canais de redistribuição dos benefícios/receitas geradas pelo turismo nos bairros (por exemplo das resultantes da aplicação da Taxa Turística), orientando-as, de forma transparente, para projetos sociais na comunidade e no seu tecido associativo, e não apenas para reforço de infraestruturas de apoio à oferta turística (Mendes, 2016a).

3.16. Dotar as autarquias e o Estado de meios eficazes de combate à especulação imobiliária e à corrupção urbanística, simplificando e tornando mais transparente a legislação nos domínios do planeamento e urbanismo, e tornando os municípios menos dependentes do licenciamento para se financiarem (o que implica rever, em médio/longo prazo, a lei das finanças locais) (Habita, 2012).

* Este artigo resume a intervenção do autor no debate “Quem vai poder morar em Lisboa? Da gentrificação e do turismo à subida no preço da habitação: causas, consequências e propostas”, realizado no dia 6 de Junho de 2016, na Trienal de Arquitectura de Lisboa.
** Geógrafo. Professor Convidado do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território e Investigador Permanente no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. E-mail: luis.mendes@campus.ul.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA VV. “Quem vai poder morar em Lisboa? Da gentrificação e do turismo à subida no preço da habitação: causas, consequências e propostas”. Trienal de Arquitectura de Lisboa, Lisboa, 2016.

BINGRE, Pedro. “A segunda gentrificação de Lisboa”, Dossier 256 “Turismo: cidade e gentrificação”. Esquerda.Net., 2016.

BRADLEY, Quintin. The Tenants’ Movement: Resident Involvement, Community Action and the Contentious Politics of Housing. Londres: Routledge, 2014.

CABANNES, Yves; YAFAL, Silvia & JOHNSON, Cassidy. Como los Pobladores Enfrentan los Desalojos. Londres: Development Planning Unit, University College London, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Cidade. São Paulo: Editora Contexto, 1992. . A (Re) Produção do Espaço Urbano. São Paulo: EDUSP, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Crise Urbana. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

CML. Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina. Lisboa, 2011.

GALLAHER, Carolyn. The Politics of Staying Put. Filadélfia: Temple University Press, 2016.

GRATZ, Roberta. We’re Still Here Ya Bastards. How the People of New Orleans Rebuild their City. Nova Iorque: Nation Books, 2015.

HABITA. Carta Aberta pelo Direito à Habitação. Lisboa, 2012. . Situação de Emergência

Habitacional: Proposta de Medidas. Lisboa, 2016.

HARVEY, David. The Enigma of Capital and the Crisis of Capitalism. Oxford, Oxford University Press, 2010. . Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution. Londres: Verso, 2012.

. Seventeen Contradictions and the End of Capitalism. Oxford: Oxford University Press, 2014.

JUST CAUSE. Development without Displacement: Resisting Gentrification in the Bay Area. São Francisco, 2015.

LEFEBVRE, Henri. La Production de l'Espace. Paris : Anthropos, 2000 [1974].

LONDON TENANTS FEDERATION; LEES, Loretta; JUST SPACE; SOUTHWARK NOTES ARCHIVE GROUP outhwark Notes Archive Group. Staying Put. An Anti-Gentrification Handbook for Council Estates in London. Londres: Calverts, 2014.

MENDES, Luís. “Tourism gentrification: touristification as Lisbon’s new urban frontier of gentrification”, Master Class Tourism Gentrification and City Making, Stadslab e Academia Cidadã, Lisboa, 16 de Abril, 2016a.

. “Gentrificação: palavra suja do urbanismo austeritário”, Dossier 256 “Turismo: cidade e gentrificação”. Esquerda.Net, 2016b. . “Gentrificação, financeirização e produção capitalista do espaço urbano”. Cadernos Poder Local, 40 (155), pp. 56-86, 2017.

MOSKOWITZ, Peter. How to Kill a City: Gentrification, Inequality and the Fight for the Neighborhood. Nova Iorque: Nation Books, 2017.

NEL-LO, Oriol. La Ciudad en Movimiento. Crisis Social y Respuesta Ciudadana. Madrid: Díaz & Pons Editores, 2015.

RODRIGUES, Fernando & SILVA, Manuel. Cidade, Habitação e Participação: O processo SAAL na Ilha da Bela Vista 1974/1976. Porto: Edições Afrontamento, 2015.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. Pensando o Espaço do Homem. São Paulo: Hucitec, 1982. . Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Hucitec, 1988. . Técnica, Espaço, Tempo. São Paulo: Hucitec, 1994. . A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996. . Da Totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2005.

SMITH, Neil. The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City. Londres: Routledge, 1996.

SOUSA SANTOS, Boaventura. As Bifurcações da Ordem: Revolução, Cidade, Campo e Indignação. Coimbra: Almedina, 2017.

TOSICS, Ivan. Less money, more innovation. Regeneration of deprived residential areas since the crisis. Urbanact, 2015.

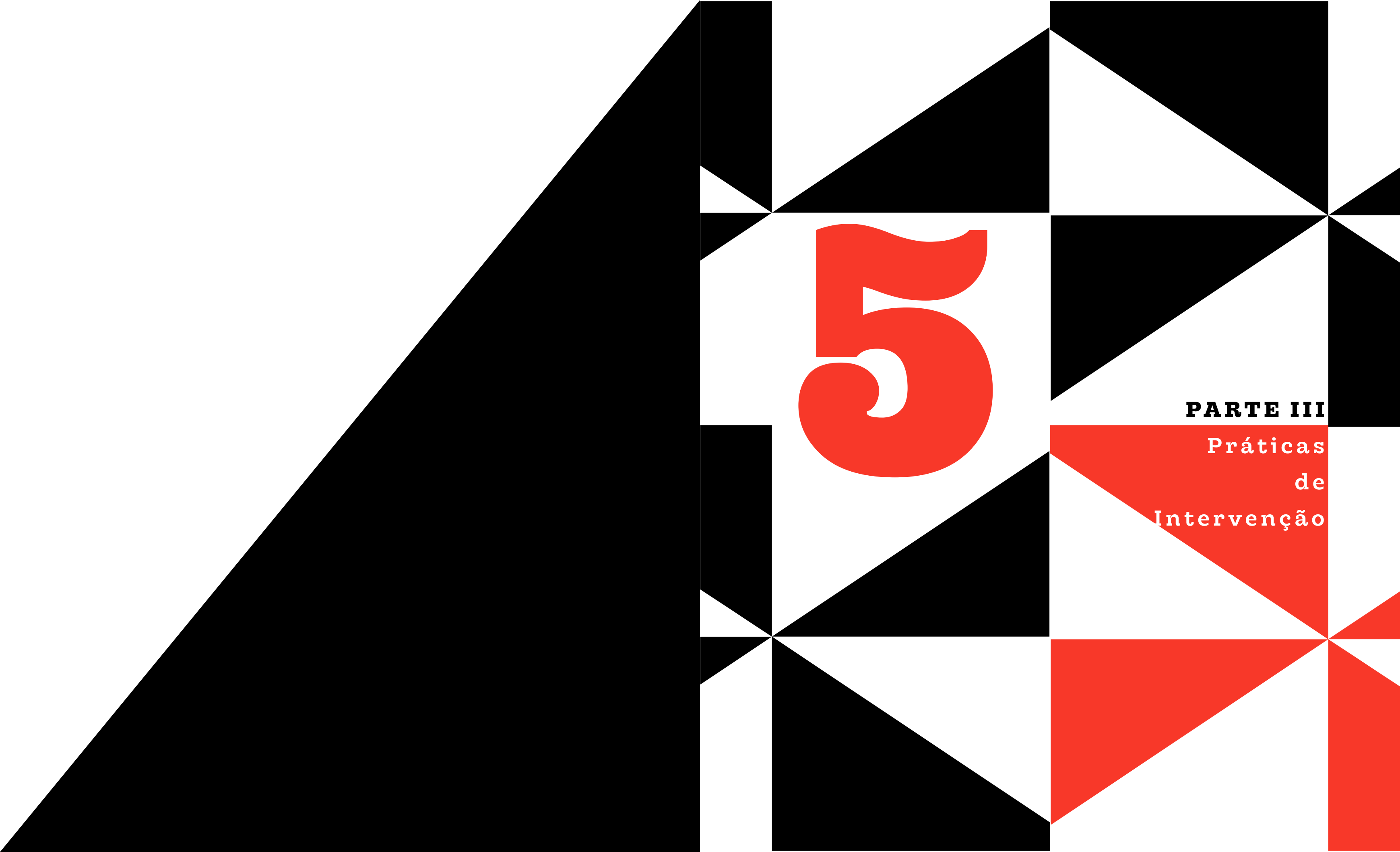
AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DO ENVOLVIMENTO DO CIDADÃO NAS POLÍTICAS URBANAS

Roberto Falanga | ICS-ULisboa



Nas últimas décadas, a promoção à escala global de processos participativos com a sociedade civil tem proporcionado novos inputs e novas ferramentas de governação. Como salientado por Sherry Arnstein, contudo, convidar a cidadania à participação não implica necessariamente cumprir objetivos de redistribuição équa e justa de recursos. A autora refere como, em muitos casos, os processos participativos podem ser usados para abordar de forma superficial ou até manipulatória assuntos essenciais para o bem comum. Considerando a multiplicação de processos participativos em diversas áreas de intervenção na esfera pública, assim como de abordagens mais ou menos inclusivas, modelos robustos e eficazes de monitorização e avaliação podem desempenhar um papel essencial e revelador. Todavia, surpreende que não apenas a prática como também a produção científica sobre este tópico tenha sido extremamente limitada se comparada com toda a atenção prestada aos aspetos mais técnicos da participação. Perante esta desproporção, algumas organizações transnacionais e internacionais que têm vindo a promover e, em alguns casos, financiar processos participativos no mundo juntamente das entidades públicas prepostas à sua implementação, manifestam uma certa preocupação. Como referido pela OECD em 2005 “The striking imbalance between the amount of time, money and energy invested in engaging civil society in public decision making and the amount of attention they pay to evaluating the effectiveness and impact of such efforts”. O debate em torno dos modelos de monitorização e avaliação dos processos participativos parte do pressuposto de que será necessário equipar os próprios processos de ferramentas úteis e possivelmente transferíveis de julgamento em torno da sua eficácia. A possibilidade de replicar modelos é, de facto, um dos pontos mais complexos e controversos neste debate, uma vez que os processos participativos reivindicam, de uma forma geral, natureza quase exclusivamente contextual. Isto é, na maioria dos casos quem propõe a implementação de abordagens participativas refere a oportunidade de montar desenhos institucionais coerentes apenas com as necessidades do contexto. Se por um lado esta é uma perspetiva legítima, por outro será importante fundamentar os processos participativos com princípios e mecanismos transversais a outras práticas, possibilitando assim que haja forma de investigar comparativamente as mais diversas condições que

explicam sucessos e insucessos. Como apontado por Rowe and Frewer “Without typologies of mechanisms and contexts, and an attempt by researchers to adequately define the exercise(s) they are evaluating against these, little progress will be made in establishing a theory of ‘what works best when’”. Uma revisão da literatura internacional sobre o tópico, apresentada e discutida por Falanga em 2018, visa esclarecer algumas das questões emergentes deste debate. Primeiro, qualquer modelo de avaliação deve ser capaz de dizer exatamente o que se define por sucesso. Apesar de esta parecer uma questão básica ou até banal, um processo participativo pode ser eficaz de forma muito diversa e conforme a experiência de múltiplos atores. Segundo, e consequentemente à definição do sucesso, qualquer modelo de avaliação deve estabelecer quais os critérios que serão utilizados na apreciação qualitativa e quantitativa do contexto de implementação, assim como dos procedimentos adotados e dos resultados alcançados. Em todo o caso, será oportuno ter em conta tanto o aspeto mais normativo do processo participativo, como por exemplo o fortalecimento de valores democráticos, como o seu aspeto instrumental e, portanto, a sua capacidade de resolver determinados problemas complexos e proporcionar soluções partilhadas e satisfatórias. Por esta razão, um modelo de monitorização e avaliação que se pretenda robusto e confiável deverá escolher os métodos mais adequados para a recolha e análise de dados tanto qualitativos como quantitativos. Por fim, cabe realçar que a monitorização e avaliação dos processos participativos, assim como de processos que de forma mais abrangente visam definir e realizar medidas de cariz público, poderão operacionalizar metodologias participativas. Como referido por Murray, a participação dos atores poderá ter uma expressão mais ou menos significativa no planeamento e realização de monitorização e avaliação.



5

PARTE III

Práticas
de
Intervenção

VULNERABILIDADES E COESÃO SOCIAL

NA CIDADE DE LISBOA

RESUMO

Américo Nave e Rita Pereira Marques *



A presente comunicação abre com a missão e visão da CRESCER cujo foco é ir ao encontro da pessoa em situação de vulnerabilidade de acordo com a filosofia da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD). Entende-se por “pessoas em situação vulnerável” aquelas que se encontram excluídas das estruturas sociais e de saúde, não usufruindo em pleno dos seus direitos enquanto cidadãs. Apresentam-se, na maioria das vezes, numa situação psicológica, emocional e física muito fragilizada.

Definiu-se, assim, a população alvo da CRESCER: pessoas que consomem substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, pessoas que consomem álcool, trabalhadores do sexo, pessoas em situação de sem abrigo, requerentes de asilo, refugiados e migrantes.

Partindo de uma reportagem fotográfica, percorreu-se o lugar da cidade para a CRESCER como um lugar de vulnerabilidade, apresentando uma outra face para além da realidade glamorosa da cidade. Cidade de ruínas, cidade de lixo, cidade de consumos, lugares onde as casas são construídas com bocados destruídos de outras casas. Lugares onde a CRESCER chega através das suas equipas técnicas de rua.

Em oposição à cultura da normalidade, na qual os serviços estão estruturados para promover e potenciar a exclusão, colocando condições ao acesso a um alojamento digno, ao rendimento digno e aos cuidados de saúde adequados, a CRESCER defende a necessidade de se pensar e implementar estratégias verdadeiramente inclusivas nos territórios. Consideramos fulcral a adequação das respostas às necessidades individuais apuradas no terreno, cabendo aos decisores políticos a implementação de estratégias inovadoras que promovam um real impacto na coesão social e na inclusão, como é o caso da metodologia Housing First para situações de vulnerabilidade crónica.

Abordou-se ainda a inclusão como fenómeno multidimensional (inclusão física, inclusão psicológica e inclusão social), bem como os fatores inclusivos que sustentam o paradigma do modelo do Housing First (acesso aos recursos da comunidade, desenvolvimento de redes sociais, participação cívica, participação em atividades promotoras do vínculo à comunidade local, habitação permanente e individualizada, bairros estáveis /fixos). É importante relacionarmo-nos com os públicos mais vulneráveis e ouvi-los, de forma

a valorizar as suas capacidades, compreender as suas motivações e objetivos de vida e ajudá-los a alcançar esses mesmos objetivos, sem juízos de valor ou morais. Metodologias, como o Housing First, que se centram nas pessoas em detrimento dos problemas, têm obtido melhores resultados a longo prazo, tanto na estabilidade das pessoas, como na melhoria das suas condições de vida, a nível físico e psicológico. Os períodos de vivência em situação de vulnerabilidade, mesmo que extremos e prolongados, não impedem as pessoas de viverem em habitações dignas, individuais e nos centros das cidades. Estas metodologias de intervenção para a inclusão têm demonstrado ser as respostas mais potenciadoras para a recuperação e melhoria da sua qualidade de vida das pessoas acompanhadas. Esta recuperação, que abrange várias dimensões da vida do indivíduo, deve ser definida pelo próprio e não pelos técnicos ou outros agentes que o acompanharão nesse percurso.

Tendo por base a defesa da inclusão da vulnerabilidade na cidade, apresentou-se o Projeto É UMA CASA, Lisboa Housing First. Partiu-se das suas origens e do diagnóstico de 2012 no âmbito do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria (PDCM), que identificou, no território, situações de extrema vulnerabilidade física e psicológica, tráfico e consumo de substâncias ilícitas a céu aberto e consumos abusivos de álcool. A questão essencial era a de que estas pessoas se encontravam numa situação crónica de sem abrigo, não aderiam às estruturas de apoio social e de saúde existentes, não aderiam a projetos ou programas terapêuticos, já tinham integrado múltiplas respostas de abrigo e/ou tratamento sem qualquer sucesso e portanto necessitavam de um novo modelo de intervenção, adequado às suas necessidades, que se propôs ser o Housing First. O modelo Housing First defende a atribuição imediata de uma habitação individual como pilar base da recuperação, a par de uma intervenção técnica especializada e individualizada onde os beneficiários são parceiros na definição do seu projeto pessoal. Partindo de uma relação de confiança criada com o beneficiário ainda em contexto de rua, o Housing First assegura, após a integração no projeto, um apoio regular e continuado por parte de uma equipa técnica especializada. Ao longo deste apoio é definido, em conjunto com o beneficiário,

um projeto pessoal com vista ao empowerment, autonomia e recuperação, respeitando sempre as suas necessidades e ritmos. Esta intervenção especializada é realizada por parte de um gestor de caso que acompanha e apoia o beneficiário em múltiplas dimensões, desde o acesso aos recursos da comunidade, aos serviços de saúde e sociais da sua área de residência, o apoio psicológico e social, bem como o apoio na adaptação e gestão da casa.

Foram apresentados alguns dados descritivos dos beneficiários do Projeto É UMA CASA, Lisboa Housing First entre 2013 e 2018 no que diz respeito ao número total de beneficiários integrados (51 beneficiários - 43 homens e 8 mulheres); à média de anos de rua (15 anos de rua, sendo a mais baixa 3 anos e a mais alta 47 anos de rua) e à média de idades das pessoas acompanhadas, que é de 51 anos.

Apresentaram-se também dados quantitativos relevantes que sublinham a eficácia e o impacto desta metodologia de intervenção, nomeadamente o facto de 89% dos beneficiários não terem voltado à situação de sem abrigo, observar-se um aumento significativo da qualidade de vida e valorização pessoal, bem como uma redução significativa do uso de substâncias psicoativas. De destacar que, dos 39 beneficiários atualmente integrados no projeto É UMA CASA, antes da sua entrada 31 beneficiários possuíam situações de comorbilidade física/psíquica; 26 tinham consumos de álcool; 16 tinham consumos de substâncias psicoativas (heróina e cocaína) e 15 não tinham qualquer acesso a cuidados de saúde. Para além disso, 25 encontravam-se sem qualquer acesso a apoios sociais regulares e sem fonte de rendimento estruturado; 24 encontravam-se sem documentos de identificação e 30 sem contato com rede de suporte familiar. Após a entrada no projeto, 38 apresentaram uma redução significativa dos consumos de substâncias psicoativas; 32 aderiram a medicação; 34 foram inscritos no centro de saúde da área de residência; 35 acederam a consultas de especialidade e 9 integraram programas de substituição opiácea. De sublinhar também que 2 beneficiários integraram mercado de trabalho.

Por último, apresentaram-se outros lugares da cidade de forma a sustentar o imperativo e a necessidade das salas de consumo assistido. Através de um relato fotográfico, apresentou-se a existência atual de contextos de consumo a céu aberto sem quaisquer condições de higiene e habitabilidade.

Em suma, foi defendido que as pessoas em situação de vulnerabilidade são o maestro da nossa intervenção e que as respostas existentes devem partir de um conhecimento aprofundado do terreno e respeitar as necessidades e realidades individuais.

*** Associação CRESCER**

A MOURARIA – OBSERVAR, AVALIAR, AGIR: UM PROJETO PARTICIPATIVO

ASSOCIAÇÃO RENOVAR A MOURARIA

PROJECTOS COMUNITÁRIOS

PROBLEMAS E TOMADAS DE DECISÕES NA MOURARIA

Inês Andrade *



A Mouraria é um bairro de encruzilhadas. Mais de 50 nacionalidades habitam e trabalham num território onde confluem culturas, religiões, jovens e menos jovens, tradições populares como as marchas e os santos populares ou as celebrações das comunidades migrantes que nas últimas décadas partilham as suas tradições com a vivência quotidiana de um bairro em profunda mudança.

Nos últimos dez anos, a Mouraria atravessou um forte processo de transformação. A Associação Renovar a Mouraria (ARM) foi criada em Março de 2008 com o objectivo de revitalizar este território, votado ao esquecimento por parte dos poderes públicos. Um bairro degradado social, cultural e urbanisticamente, ostracizado, e com um estigma negativo que fazia deste território central da cidade um local repleto de barreiras físicas e imaginárias que impediam qualquer cidadão de se aventurar na sua descoberta.

Em finais de 2007 foi criado um movimento de cidadania com o objectivo de inverter esta situação e que teve uma grande expressão mediática, que despoletou na criação da ARM. A Câmara Municipal de Lisboa (CML) demonstrou interesse em promover um projecto de intervenção de requalificação do território, focado nas dimensões do espaço público, da criação de infraestruturas chave e na junção com projectos de promoção da cultura local. Dentro deste programa de Parcerias Para a Regeneração Urbana, co-financiado pelo QREN, foram desencadeadas as primeiras intervenções efectivas que deram origem à transformação do território.

Esta dinâmica de intervenção gerou uma motivação da sociedade civil para colaborar de forma efectiva com as transformações em curso, coincidindo com a implementação do Orçamento Participativo (OP) da CML e que, por força dessa dinâmica cívica, levou a que a Mouraria fosse vencedora de um OP que deu origem ao Programa de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria (PDCM). Neste programa, coordenado pelo então criado GABIP Mouraria, participaram cerca de 40 organizações com áreas de intervenção diferenciada e que procuravam responder às necessidades sociais identificadas.

Pode afirmar-se que estes foram os momentos chave para o processo de regeneração da Mouraria: um forte trabalho em rede, uma sociedade civil fortalecida e uma vontade comum de transformar a Mouraria num bairro com mais oportunidades, melhor qualidade de vida e mais inclusão das comunidades vulneráveis.

A ARM começou por desenvolver projectos em espaço público e em espaços de parceiros, por falta de espaço próprio, dinamizando visitas guiadas ao bairro com o intuito de mostrar o seu riquíssimo património material e humano e procurando desmistificar o estigma negativo associado. Estas visitas, juntamente com as Rondas Pelas Tasquinhas e Restaurantes, acompanhadas com música, procuravam ainda responder à enfraquecida situação financeira do comércio local, por força do fechamento do território.

Paralelamente, a ARM criou o Rosa Maria, um jornal comunitário para dar a conhecer o bairro e potenciar a literacia e participação cívica. Foi também criado o áudio-livro Há Fado na Mouraria que resultou de um concurso com letras inéditas sobre a Mouraria e que propunha o regresso da vivência do fado ao bairro que o viu nascer.

O trabalho da ARM ganha novo fôlego com a reabilitação de um edifício devoluto, em parceria com o Atelier de Arquitectura Artéria, e apoiado pelo programa BipZip, da CML, e por uma série de doadores de materiais para a reabilitação do que viria a ser a Mouradia-Casa Comunitária da Mouraria, inaugurada a 8 de Dezembro de 2012.

Desde então, a Mouradia acolhe uma série de projectos centrados em 3 eixos centrais: -Desenvolvimento Social e Comunitário, com alfabetização e ensino de português a imigrantes e refugiados, o apoio ao estudo a crianças e jovens locais e o desenvolvimento de actividades não formais ao longo do ano e nas férias escolares, o apoio jurídico centrado nos processos de regularização das comunidades migrantes e refugiadas, em apoio laboral e, mais recentemente, nas problemáticas ligas à habitação.

-Desenvolvimento Local, com a promoção do comércio local, a formação de guias e desenvolvimento de visitas guiadas feitas pelas comunidades migrantes, e a Rota das Tas-

quinhas e Restaurantes da Mouraria.

-Dinamização Cultural e Artística, com o Arraial de Santo António, o Palco Planisfério, as Visitas Cantadas com Fado, a Orquestra Batucaria, e uma intensa programação cultural associada ao bar/restaurante que encerrou em 2018.

Por força das transformações sofridas pelo território, tendo ficado no mapa da especulação imobiliária e da pressão turística, fomentando a desertificação da população e fragilização de laços comunitários, a ARM introduziu de forma mais intensificada 3 novos eixos de acção:

-Activismo na área dos direitos humanos, nomeadamente na defesa dos direitos fundamentais das comunidades mais vulneráveis, bem como na questão da habitação, da turistificação e da especulação imobiliária.

-Educação Para o Desenvolvimento, com um vasto trabalho desenvolvido nas escolas do território, com universidades e comunidades de investigação sedimentadas numa vasta rede de parcerias nacionais e internacionais.

-Intervenção Ambiental, com a implementação do Arraial Sustentável e do Projecto Mouraria Composta, com uma rede de compostagem comunitária e uma Loja-Oficina.

A ARM tem actualmente o Estatuto de Organização de Utilidade Pública e de ONGD e trabalha em parceria com centenas de organizações da sociedade civil de todo o mundo.

Hoje, a Mouraria atravessa um momento complexo cuja problemática central está na falta de habitação, nos despejos, na introdução de fundos imobiliários focados na habitação de luxo, esvaziando-se dos seus habitantes tradicionais e recebendo novos moradores de classes altas que não manifestam desejo de efectivar um entrosamento com a comunidade local e de promover impacto positivo com a envolvente.

A Mouraria tem sido objecto de estudo em todo o mundo por representar uma boa prática de requalificação social e dinâmica da sociedade civil. É apresentada como um exemplo de como o desenvolvimento local pode ser influenciador ao nível de boas práticas globais.

Para além do trabalho desenvolvido pela ARM no apoio diário à comunidade, importa continuar a fomentar o questionamento sobre o nosso papel transformador enquanto cidadãos e enquanto forças colectivas da economia não lucrativa que se posicionam activamente na construção de uma cidade mais inclusiva e sustentável e que se questionam permanentemente sobre qual o nosso lugar na cidade.

*** Associação Renovar a Mouraria**

A OBRA SOCIAL DAS IRMÃS OBLATAS DO SANTISSIMO REDENTOR (OSIO)

Carla Fernandes e Catarina Alves *



A Obra Social das Irmãs Oblatas (OSIO) é uma instituição de referência na intervenção com Mulheres que exercem prostituição e/ou são vitimas de tráfico de seres humanos, para fins de exploração sexual, tanto a nível internacional, como na cidade de Lisboa. Tem como principal missão favorecer o desenvolvimento integrado e a autonomia das mulheres, contribuindo para a sua realização pessoal, integração social e laboral, assim como trabalhar para a sensibilização e transformação social, denunciando situações de injustiça que afectam as mulheres. A Congregação foi fundada em 1864, em Espanha, encontrando-se presente em 15 países, em Portugal (Lisboa) desde 1987. Ao longo dos 31 anos de intervenção tem-se estabelecido uma relação privilegiada de proximidade e confiança com as Mulheres que permite responder às suas necessidades específicas, assim como acompanhar todo o seu processo de integração. O trabalho desenvolvido tem sido potencializado pela rede de parcerias existentes. No que se refere às valências disponibilizadas a considerar:

CENTRO DE ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO À MULHER DAS IRMÃS OBLATAS

É uma comunidade de Inserção na modalidade de atendimento/acompanhamento que tem como objectivo promover a inclusão social de mulheres em contexto de prostituição. Neste espaço são proporcionados apoios em diversas áreas: Acolhimento; Apoio Emprego; Apoio Jurídico; Apoio Psicológico; Apoio Social; Banco Alimentar; Promoção de Competências e Voluntariado.

EQUIPAS DE RUA

Intervenção de 1ª linha destinada a manter o contacto com as Mulheres que se prostituem na rua, no sentido de construir uma relação de proximidade e confiança. Actualmente a Equipa desloca-se a 7 zonas da cidade de Lisboa, em horário diurno e nocturno e também se desloca a apartamentos. A OSIO em 2010 participa no Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria, através dos Eixos (Saúde e Cidadania; Emprego e Empreendedorismo). Desta participação destacam-se como:

FACTORES DE SUCESSO

- Aumento de instituições sociais/ projectos de apoio a actuar na zona;

- Sentimento de ligação/pertença comunitária;
- Maior articulação Interinstitucional;
- Optimização de recursos;
- Existência de recursos financeiros e logísticos direccionados;
- Maior e melhor visibilidade da Mouraria enquanto potência de crescimento e de foco de interesse a diferentes níveis;

No entanto os desafios à Intervenção com as Mulheres e neste território mantêm-se:

- Encerramento de pensões nas áreas circundantes, levou a que muitas mulheres se desloquem para a zona do Martim Moniz; Não há alternativas habitacionais que ofereçam condições satisfatórias, em Lisboa;
- A dificuldade ao nível habitacional » agravamento da situação económica de muitas mulheres, sendo a prostituição, em algumas situações, uma forma de complementar o rendimento obtido por outra situação profissional ou como principal fonte de rendimento; Precaridade laboral, que promove a consequente procura de alternativas laborais para obtenção de recursos financeiros;
- Aumento das situações com necessidades básicas;
- Aumento das situações de utentes sob consumos, não assumidos, sem aceitarem intervenção neste âmbito;
- Aumento de utentes dependentes dos serviços, sem organizarem acções futuras a longo prazo estruturadas ou planeadas no tempo;
- Dificuldades dos Imigrantes (no que respeita à regularização da documentação; acesso aos serviços; empregabilidade; barreira linguística; questões culturais);
- Apoiar as Mulheres para uma maior participação cívica na comunidade enquanto cidadãos;
- Promover conhecimento sobre a temática da Prostituição de forma a diminuir o estigma e a discriminação.

CONTACTOS

Rua Antero de Quental, N.º 6 A 1150-043 Lisboa

2ª a 5ª | 9.00 – 13.00/14.00 – 18.00 horas, 6ª | 9.00 – 14.00 horas

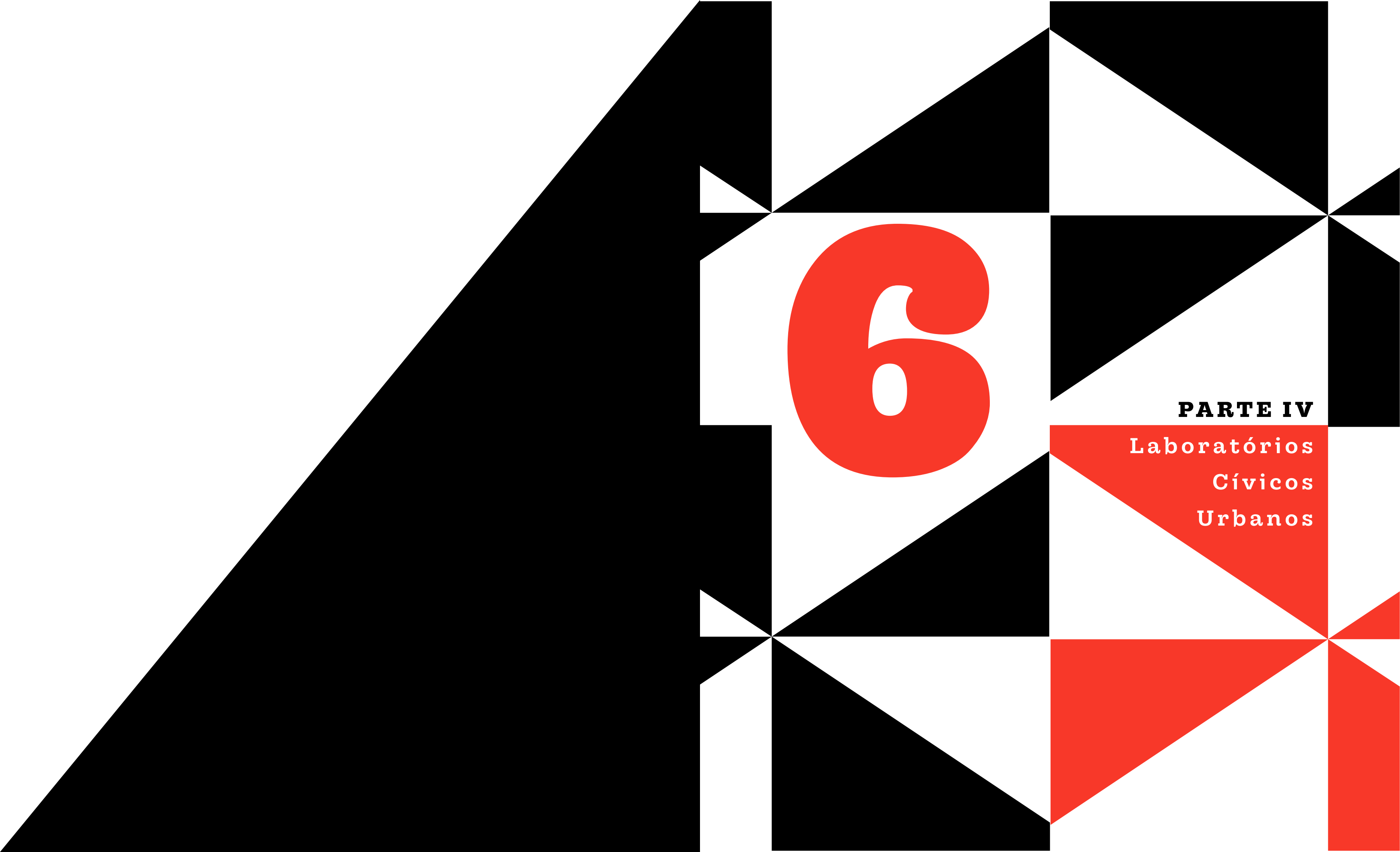
218 880 192 | centrocaomio@sapo.pt

<https://www.oblatasportugal.pt/pt>

www.facebook.com/oblatasportugal

www.instagram.com/oblatasportugal/

* Obra social das irmãs oblatas Do santissimo redentor



6

PARTE IV

Laboratórios
Cívicos
Urbanos

LABORATÓRIO CÍVICO

O LUGAR NAS IMAGENS

Luís Rocha e Tânia Araújo (Movimento de Expressão Fotográfica)



No estudo documental “O Lugar das Imagens”, construído em suporte fotográfico, procuramos contribuir para a compreensão de determinada comunidade, focando-o nas simbologias que contribuem para a aplicabilidade da teoria da representação social. É através do processo da criação de momentos visuais, representativos de uma identidade, na forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado e posteriormente através da análise das imagens obtidas, que obtemos um conjunto iconográfico de teor identitário onde encontramos a representação da especificidade de uma comunidade existente e presente.

Sendo estas representações resultantes da interação social, comuns a um determinado grupo de indivíduos, verificamos que a comunidade não apresenta dificuldade em expressar-se através de uma representação fotográfica, e acreditamos que a fotografia, usada como ferramenta, é potencialmente útil na expressão da representação social.

A produção de fichas interpretativas onde elencamos os aspetos associados a um sentimento de continuidade e de pertença, assentes num processo de trabalho criado no âmbito da participação das imagens no discurso identitário, permitem a construção do conhecimento compartilhado.



Como este laboratório o Movimento de Expressão Fotográfica – MEF pretendeu alcançar um estudo de um lugar através da representação em imagens da comunidade da Mouraria contribuindo para a identificação de uma identidade.

Através da análise das imagens produzidas, tivemos o objetivo de criar um conjunto iconográfico de teor identitário onde os participantes captassem imagens que representassem uma especificidade de uma comunidade existente e presente.

Finalizamos a representação da comunidade experienciada com a produção de narrativas associadas a um sentimento de continuidade e de pertença, assentes num processo de trabalho criado no âmbito da participação das imagens no discurso identitário.

A ideia dos projectos fotográficos partiu da interrogação “ Que Lugar é Este?” onde cada

participante tinha que construir uma narrativa final com 5 imagens a partir do tem: a identidade, que podia ser abordada através de:

- Retrato - posado ou de circunstância, integrado no espaço, individual, de grupo;
- Território - espaços comuns, ocupação, mutação e transformação, património histórico;
- Quotidiano - fotografia de ação, ambiente de colectividades, fotografia de rua, locais de lazer;
- Novas identidades - desenvolvimento local, aculturação, novas ocupações.

A metodologia de trabalho foi cada participante escolher como pretendia captar o seu tema fotográfico e a partir daí ir para o terreno investigar qual dos temas ia documentar através de imagem e texto.

O processo foi ir para o terreno a documentar, a Mouraria e através de um primeiro levantamento fotográfico, discutir e editar as imagens de forma a descobrir a ideia do projecto. A partir daí voltar ao terreno para fotografar o tema e a narrativa final.

O processo de trabalho correu bem, pois cada participante escolheu o seu tema fotográfico de acordo com a sua visão pessoal. No final foram apresentados 9 projetos de 9 participantes no laboratório.

As actividades do laboratório passaram por dar uma primeira abordagem sobre o tema a fotografar e como podiam fotografar estética e tecnicamente. Depois fomos para o terreno para a prática fotográfica onde numa primeira fase surgiram as ideais a fotografar. Depois foram discutidos os projectos em conjunto e a partir daí foram desenvolvidas as narrativas fotográficas finais.

A apresentação final dos projectos foi em forma de exposição, onde cada autor apresentou em média 5 fotografias e uma reflexão sobre a ideia do seu trabalho.

As ideias que surgiram dos 9 projetos foram abordadas de diferentes formas: retratos e histórias de novos negócios na Mouraria, o contraste arquitectónico entre as novas e velhas construções, o retrato do quotidiano do dia-a-dia dos habitantes da mouraria, às fachadas que estão voltadas para o exterior com diferentes línguas todas misturadas,

um muro construído no meio da Praça do Martim Moniz que simbolicamente mostra uma nova construção, alteração, às placas de venda de imóveis, que demonstram uma realidade que acontece em Lisboa, ao movimento de pessoas que sobe e desce a rua dos eléctricos, os pequenos símbolos que ainda prevalecem no bairro e que ainda mantem a nossa identidade, até aos símbolos gráficos nas paredes, toldos e montras que identificam uma mistura de identidade local.

O laboratório “O Lugar das Imagens”, dirigido por Luís Rocha e Tânia Araújo do MEF, pretendeu que cada participante desenvolve-se o seu estilo pessoal através de um levantamento documental fotográfico com uma reflexão daquilo que cada um interpretou do território identitário do bairro da Mouraria.

Foram expostas e apresentadas 9 narrativas documentais, com um total de 47 imagens fotográficas, num total de 30h de trabalho.







LABORATÓRIO CÍVICO

O LUGAR NAS PALAVRAS

Sofia Neuparth (c.e.m.) e Jorge Barreto Xavier



Escrever escrevendo, caminhar caminhando, escutar escutando
Práticas de estarcom pessoas e lugares da cidade de Lisboa, Mouraria
Pensar cidade, como aliás pensar em geral, tem estado recorrentemente conectado com retirar o exercício do pensamento da experiência de ser corpo-pensante, recolher a um lugar desprovido de acontecimento e, assim, minguido de inesperado, e articular um jogo de acções que deslocam, emparelham e reorganizam reflexões anteriormente pensadas e registadas deixando passar entre elas qualquer coisa que possa vir a alimentar futuros veios de reflexão sem que o experienciar da experiência seja praticado.
Este encontro convida a uma prática imersiva de pensar-fazer que parte da experi- enciação da cidade numa escala humana e acessível ao cidadão-qualquer.
Libertando a produção de escrita de uma afirmação de sentido e de um julgamento con- stante, recuperamos a fisicalidade da elasticidade tênsil entre a caneta e o papel, entre o pé e a calçada, entre o eu e o outro.
Propomos DEMORAR estando em escrita, em escuta, numa presença atenta não pre- datória. Uma presença que não investe em apropriar-se do acontecimento ou impor-lhe determinadas características que possam parecer-nos mais adequadas.
Propomos um estarcom a cidade que não pretende reclamar formas e que se dedica a fluir com os próprios fluxos da cidade, sem pressa.
É por demais evidente que cada umaum de nós está acostumado a atravessar as ruas, praças, recantos com um objectivo claro de “chegar lá”, de “ir aqui”, de “encontrar algo”. Nestas práticas de estarcom pessoas e lugares da cidade o “estar” e o “com” são a pais- agem a convite.
Cada dia alongamos o tempo na praça de São Domingos, abrimos um lanche com a Amália do Beco da Amendoeira, escorremos desde o Largo da Graça ao Martim Moniz, percor- remos num andar lento toda a rua da Mouraria, cantamos junto ao café do João e da Alice na rua do Benfornoso...
Cada dia juntamos para ler aleatoriamente os escritos do encontro anterior e deixamo- los poisar lado a lado como se, a cada reagrupamento, esses textos nos contassem outras histórias.

Cada dia deixamos as imagens fotográficas que vão aparecendo nas caminhadas e poi- sios, partilhar os seus sussurros.
Cada dia nos convidamos a re-começar o encontro com o desconhecido sem a máscara do cidadão que representa determinada configuração socio-política (artista, doutor, in- vestigador, cientista, activista...).

Cada dia estamos com a chuva, com a ternura, com a alegria, com o vento, com o sol, com a violência, com o absurdo que a cidade destapa a quem DEMORA.
Camadas de existência que só aparecem ao sentir de quem sente.
A documentação gerada e acarinhada diariamente é partilhada com quem vem ao encon- tro dessa partilha, numa fase final do laboratório, e a forma de apresentação dessa docu- mentação é a que se fizer pertinente a partir da atmosfera criada ao longo do tempo e da própria fisicalidade que a partilha vai tomando diariamente.
Cada escrito ou imagem devolve à cidade a experiência deste laboratório sem a inscrição da autoria de cada documento.



O homem adormeceu em pé frente ao par de romenas que pedem encolhidas á porta da igreja de carne. este outro faz uma volta perfeita sobre si próprio e desaparece na tasca sacristia.
agora um lençol desce sobre os corpos. o céu pincelado de rosa vai tomando o lugar do ouro que a tarde trazia. cada som, cada paisagem se envolve de uma membrana de recol- himento, cada momento se contorna de luz e silêncio...o caos, a co-existência de veloci- dades, de linguagens, de desejos, de vivências, continua... tudo parece deslizar, o chão da praça que há pouco era liso agora ondula, aparece a transparência, o coração aquece o peito esfriado pelo vento desta chegada da noite. a oliveira dança freneticamente. deva- gar, as africanas recolhem os amendoins e cajú e noz cola. o largo prepara-se para ser outro enquanto todo o dia foi uma multidão de outros.
ajuntados no banco da tolerância um friso de gente que vive na rua deixa ressoar gestos

especiais, enquanto o outro recolhe os livros que tinha espalhados para venda. ele apalpa-lhe o rabo ela gargalha desdentada, o outro levanta a garrafa e grita contra a injustiça e três homens aninhados uns nos outros sacodem os ombros. parece que um ritmo brilhante percorre o largo. agora mais uma revoada de candeeiros a acender a luz lentamente. os olhos viajam pelo estreitar da rua que atravessa já a praça da figueira.

Largo São Domingos,
lugar multicultural,
Lugar falado,
lugar de troca e venda,
Lugar de movimento, de passagem e observação,
Lugar de sentar e conversar
Lugar de silêncio, mas sobretudo de barulho, de conversas
Lugar de memórias
Lugar de tolerância com outro

Largo de São Domingos,: Lisboa da tolerância(?), as línguas, as vidas, o passar o tempo e do tempo; diferentes formas de vida
o Ouro a ginginha (“é património” ouvido na rua)
o som da praça, ritmo, o contraste “ feels like home”
(prime suites na praça)
tesouro da baixa , SHIADU (alojamento)
Sensações:..
Adoro passear sozinha em lisboa, ver, ouvir, cheirar,
o que senti hoje :
- não estou habituada a estar, costume passar, ir de passagem..
- contraste, cidade em alteração, convivência das diferenças, o turismo, a manutenção dos hábitos dos que se sentam na praça a passar o tempo e os que aproveitam o turismo como forma de rendimento..
- não gosto de escrever gosto de absorver..sentir, tal como nas viagens não gosto de fotografar.. prefiro ver (o que fica na memória)

“Onde andam os maridos das ciganas?
Porque é que tive medo de dançar ao ouvir a música africana de que tanto gosto?”

-”Deslocações de paredes humanas”

-” O encontro do outro é sempre a meio caminho”

Casa da prosperidade:

Nos interstícios ajardinados entre a praça e o passeio contíguo à estrada, escondem-se as saídas das condutas de ventilação do metro, onde as almas cansadas procuram o conforto térmico resultante do ar viciado que procura escapar dos túneis. (Inverno, Martim Moniz)

Da calçada do Garcia ao Rossio todas as crianças são loucas, uma ferida no coletivo retorno, com a teoria das três idades.

Fogo na casa de Deus, 1959. Ainda assim continua sendo um dos mais belos templos da capital.

Aos que procuram palavras e aos que semeiam, a Mouraria chama por vós.

Na igreja de S. Domingos o eco das ave-marias contrasta com o som da calculadora da banca das velas, enquanto um cartaz reclama de forma gratuita e confidencial estar preparado para escutar os sofrimentos, temores e angustias de todos, afim de proporcionar alívio, conforto e bem-estar.

Por fim o silêncio, só em taxas as velas renderam 25,73€ neste dia.

Ocre S. Domingos, afinal ainda se julgam políticos em praça pública.

-”Tu vais ver as fotos que eu tirei, as fotos que eu tirei tu vais ver!”

-”epá, não mijes aí, vai lá para o outro lado”

-”Vou-te dar uma lambada que até te viro a cabeça para o lado do cu!”

-”No hotel, até para acender as luzes é preciso um cartão”

-”O que vale é que tenho um micro-ondas para aquecer o comer”

-”Eu ontem não dormi nada na praça da...”

Por fim, no palácio da Independência.

Na mouraria canta-se ao ao telefone ...Numa língua que não consigo entender ..

Os velhos andam atrás do sol de banco em banco quando passamos levantam-se e dizem “ainda há tempo e sol lá em cima! Anda!” Diz a Amália, costureira, “Aqui o que quiserem, a Amália cose! Se alguém faz sou eu..”

“...parece que há qualquer coisa que me puxa e vou ficando sempre aqui .. mas quero sair. No n 16 fui criança, menina, mulher, nora, sogra e avó !

Largo de São Domingos e por aí
Políticos! Bandidos! Cambada!

ATM Free Cash
“Feels like home”
E os barcos grandes
Engolem os pequenos
Bum Patabum Patabum BumBum.

Onde está o principal?
Onde está o acessório?
Cola?
Não gosto!

Quantas vezes a luz...

Aqui não vejo

Só Barbearias
Mercearias Manteigarias
Sapatarias Pastelarias
Bacalhoarias Drogarias
E mesmo algumas Casas de Pasto.

Valha-me a Rua do Amparo!

Confirma-se:
Estão a oferecer pizzas
Na Praça da Figueira.

Aqui,
Viajo num tubo obscuro.

Mas há pessoas,
Movem-se,
“Há lugar para todos”.

Claro que podia dizer,
Em minha defesa,

Que sou um recém-nascido.

Mas não sou.

Deus dança e fala-me. Os sinos e os tambores ressoam e fazem eco nas cores, línguas e olhares habituados e habitados.

Trocas e contrastes brutos. Caju e outros cheiros sem nome. Cidades escondidas...mas estou a ouvir. É familiar. Fadistas e manifestantes, vozes zangadas e refilonas.

19 de Janeiro Vos do Operário RDP África Noite de Mandem Sumein de Artista Djali Binto Kauíte da República de Guiné Bissau e Senegal CONVITE A TODAS AS COMUNIDADES Vendem-se Graines de Mil Baramouso.

Contrastes em diálogo. Os que vivem e os que passam. Tudo se move. Há um ritmo. Canto-o baixinho que a calçada pode ouvir.

Quero falar contigo, convosco, ouvir-te a alma. Ouço tantos sons, negócios que se fazem entre a tradição...entre as pessoas. Chapéus de chuva com bengala, pizza Alif Kebab, o barateiro de São Domingos, Rossio Boutique Hotel. Siga pela direita!

Invisíveis. As traseiras. Traseiras do som onde se vêem o pessoal dos restaurantes, a parte confusa das cozinhas, os carros estacionados, o lixo na rua. É o sítio das beatas...e ainda assim o azul pintado mistura-se no céu. São 6. Tocam os sinos? Fica o silêncio e os sons, agora todos juntos, ecoam na minha cabeça.

1506 – 2006
Em memória
Dos milhares de Judeus vítimas
Da intolerância e do
Fanatismo religioso
Assassinados no massacre
Iniciado a 19 de abril de 1506
Neste largo
Lisboa, Cidade da Tolerância
Igreja São Domingos
App para acender uma vela= canola
Igreja linda
Loja com História
Coxear ao ritmo da música
Crescente →no hemisfério norte a lua é mentirosa

Roasted chestnuts

Hot and good

Package

KAMSWAPP

Há Lugar para Todos ???

“Graças e Louvores se deem a todo momento / Ao Santíssimo e Digníssimo Sacramento”

Céu azul

Tempo frio

Ginjinha

Castanhas

Estrangeiros residentes

Lembrança do massacre na cidade da Tolerância

O teatro, a fonte, monumentos

Frio, frio, frio

Pobres à porta do templo

Missa, Cristo, velas

Haverá compaixão?

No meio do Largo reparo num grupo de pessoas na varanda do Teatro Dona Maria. Aguardo pelo momento em que as badaladas do relógio vão avisar-me das horas. Faço o exercício de evitar tirar o smartphone do bolso espero apenas. E enquanto espero penso no tempo e nas transformações que opera no curso da humanidade.

Ali mesmo, onde em tempos funcionou um Tribunal da Inquisição, palco de condenação, tortura e morte de seres humanos por medo e preconceito, é hoje um palco de teatro, cultura e arte. Entro à procura de um símbolo de tudo isto que me ocorre enquanto tenho de “fazer tempo”. Na livraria do teatro vejo um saco de merchandising que diz: “Há Lugar para Todos”. Lá fora o relógio toca 6 vezes. O tempo, força transformadora.

.....

As paredes da igreja como feridas cicatrizadas pelo tempo e que só o monumento no meio do largo traz à memória: o massacre de judeus em 1506.

.....

Um roupão azul turquesa pendurado numa janela. Um letreiro de alojamento local no cimo do edifício: “Feels Like Home”.

.....

Para mim: “luxo” dos dias de hoje - ficar numa praça a olhar quem passa. Pergunto: e para quem passa o dia numa praça a olhar os outros, qual será o luxo?

Senhor carteiro, cá não mora ninguém.

Só as Marias Biju’s, uma pipoca, um felino, uma queridíssima senhora que faz mágicas com as mãos, algumas fotografias simpáticas do primeiro piso, alguns senhores atentos e desconfiados de esquina, e uns tantos transeuntes sorrateiros que andam às pressas a fugir do frio.

Afinal, Senhor Carteiro, cá mora tanta gente.

Será que eles sabem onde pisam? Será que a Farmácia mente ao informar que fazem 12 graus?

- Aposto que sim.

Aposto que aquela parede implora por uma projeção e aposto que estes vazios imploram por confluências amorosas.

Os mesmos vazios da vida curiosa, bonita, aberta, bêbada e noturna.

domingo é domingo, tudo se passa mais devagar, mais crianças de mãos dadas com os pais, mais cães e gatos e os velhotes nos bancos com uma calma mais domingueira embora o banco e o corpo curvado seja o mesmo da semana toda.

atravessando os vigias na boca do beco da amendoeira passo a casa com a janela partida que diz ao carteiro para não deixar nada porque não mora ali ninguém e já se ouve a máquina de costura da amália. aproveitei para fazer uns arranjos, diz o sorriso aberto, num abraço de olhar azul. vá de fatos para as marchas, vá de guarda roupa para teatro, vá de fotografias da neta e quintal com patos e galos e coelhos e cães e laranjeiras e ar-ruda e uma amendoeira, claro. a pipoca-cadela entra por entre as conversas e o chá com bolachas. a roupa a secar voa furiosa entre a parede de cá e a parede de lá. a vizinha ana desce o saco pela corda da janela para subir a máquina que nos tira o retrato. um elevador à antiga. uma selva de folhas minúsculas detalhadamente recortadas serpenteia por entre as pedras. estamos sentados no chão frio e húmido, uma luz linda do final da tarde. muita ternura no ar mesmo no epicentro do tráfico de droga...à volta já o antónio abriu a ginginha e abraço a peixeira que passa toda janota sem escamas na camisa.

já na rua da mouraria ainda trago o coração lambido do lanchinho familiar. caminho devagar lado a lado com o marcos e a regina, o andré orbita não muito longe, outros mais afastados. convidamo-nos a demorar lentamente deixando aparecer essas outras lisboas que vivem escondidas para quem tem pressa. detalhes. micro respirações.

santinhos e água de fátima e sofia biju e a igreja da saúde desenhada na calçada e a rua a inclinar para o lado do fígado e cada pedra a acompanhar as rugas do chão e o som surdo do prédio emparedado e os copos de vinho empoeirados e esquecidos na varanda tranca-

da, e os olhos a espreguiçarem-se quando a rua se alarga e desagua no mar que é a praça.

as pinups de bikini sorriem coloridas e querem que eu compre bronzeador com este frio. ainda há um momento ouvi o sino das nove e já a romena atravessa a praceta para pegar ao trabalho sentada na entrada da igreja. a manteigaria silva diz que está aqui desde 1890, ao lado da bacalhoaria. uma tira tímida de sol contorna o toldo.

do outro lado da igreja, na barros de queirós, a ginginha rubi é dos únicos estabelecimentos abertos antes das 10, também a loja estranha que vende botões doirados e chapéus de almirantes com a senhora atarefada a dizer que dantes tudo abria mais cedo e que assim é que devia ser.. o outro limpa os porta moedas com um espanador cor de laranja berrante.

as colunas escorrem pele do fogo que as queimou. ao meu lado uma mulher pesada atira-se de joelhos para o genuflexório. as filas de 8 cadeiras de madeira com almofadas vermelhas têm essa tira almofadada soldada atrás delas para se atirarem a rezar. podem deixar o chapéu no gancho da cadeira da frente. imagino que lá ao fundo quem se sente nas cadeiras da frente não se possa ajoelhar e tenha que guarda o chapéu no colo. mas não vou lá ver, deve estar a começar mais uma missa.

Uns são novos, outros são velhos. Outros estão em reabilitação e outros recusam ser transformados. Alguns já não sabem quem são. Por vezes o novo reflecte o velho como um espelho e o velho encolhe-se envergonhado. Mas nem todos são assim. Há velhos orgulhosos, com rugas, rachas e canos furados mas esses ninguém lhes toca! Metem medo. Depois há uns que são um pouco de tudo: novos, velhos, curados e doentes. Afunilamos, do grande ao pequeno. Rua João das Regras. Ah! Como se houvessem regras nesta rua! Coitado do João que ficou sem regras.

BAM! É pornográfico. Uma facada aqui no meio, e as lágrimas escorrem pelas escadinhas da saúde, em lamento.

“O fado era o seu bairro e a Mouraria a sua casa.” Grande Fernando Maurício!

Presidência descentralizada! Sim Senhor!

Na esquina...”Olha que o doce, passou para o Terreirinho!” sussurra um vigia para o outro.

Ah mas aqui são as mais bonitas, mais orgulhosas, entre o musgo, jardins autênticos suspensos na parede gasta, são as mais belas da cidade e sabem-no!

“Segue, segue! Isto aqui não é para parar!” diz o que esta no beco.

A conversa continua e a vizinha gosta de dar aos dentes...”Isto é bairrista”. Domingo à tarde está tudo sem horas. Há entre os que vivem, os que passam e trabalham uma paz.

São as tréguas do domingo entre paredes e ruelas.

“Sr. Carteiro não ponha aqui nada que não mora aqui ninguém.”

Respondem as paredes: “A rua nunca vai morrer!”

Os copos ficaram pousados, esquecidos a fazer companhia a um velha garrafa. Agora já só têm água suja e folhas velhas em cima de um ar condicionado enorme que ocupa todo o espaço da varandinha e que deve ter deixado de pingar na mesma altura que o vinho.

Orações para todos os fins! São José com defeito por sete euros e meio. Consultas de

Tarôt! Água de Fátima por um euro e vinte. Olho de boi contra inveja e mau-olhado.

Chegamos à casa das chaves. É património, é memória. Ainda bem que que há arte para nos lembrar, nem que seja por um bocadinho. Acorda Lisboa! Estás fechada à chave...já nem há chave e a arte enferrujou.

PAM, TUM TUM TUM TUM entra a polícia, bastão na mão é uma demonstração de força. A calçada treme.

Troco um ‘boa tarde’ com uma senhora que cruza o meu olhar. Desdentada, de lenço na cabeça carrega um carrinho e toda uma vida às costas.

Cruzamos-nos. Encontramos-nos. Juice Bar Concept Store Healthy Meals.

Passos, skates, canta alguém em casa. Trim, tum, tum, tum, tum bate, martela a parede.

Reza.

Cada macaco no seu galho. E os turistas lá estão pendurados no elevador. Eu é que não sei a que galho me agarrar, se da Justa se da Injusta.

Junho e Julho 1954...a parede, prestes as ser remodelada dá a notícia! “Pela resistência dos portugueses”

“AVISO| WARNING Venda de louro fazendo-o passar por droga. Polícia, polícia, polícia.”

Ainda bem que a Polícia avisa, não vá uma pessoa fumar um charro de louro!

Nesta manhã fria cada um tem onde ir. Uns andam apressados, para apanhar as horas, outros sentam-se no banco com o qual têm encontro marcado. Bom dia. Bom diiiiiaaa. Bom diáá. Os rectângulos de cartolina protegem do frio os habitantes dos bancos de São Domingos. Rotinas. Mais um dia. O que será que fizeram antes de chegarem? Acordaram a que horas? O que comeste ao pequeno almoço? Ou não tomas pequeno almoço? Escolheste a roupa ontem ou hoje? O que fazes quando acordas? O que pensas?

Agora todos se encontram, incluindo eu que já tenho o rabo gelado por não ter trazido cartão.

Na Igreja de São Domingos a queimada escuta-se. Há pedintes na rua e ajoelhados na Igreja. “Só Tu dás paz. Só Tu dás amor” diz a mulher em voz alta gesticulando uma revista dobrada ao meio a apontar para o altar, como quem fala com um velho amigo na tasca.

Fala com a convicção dos loucos.
chsssssiuuuuchchsssiuu psssiuuu ssiiuuu ppsssiuu tchchchchiuichiu rezam as velhas
baixinho. As Igreja ardeu e arde. As velhas circulam. Entra o Padre e todos se levantam.

Que diria a morfopsicologia disto que vejo?
O documentário Entre Nous da Pauliana Valente Pimentel, mesmo aqui ao lado, no Inten-
dente, mostra a beleza no feio, mas aqui os rostos são crus... pesados e disformes. Porque
é que a pobreza tem rosto?

Amendoeira em flor
A minha vida é um triângulo.
Menina, Mulher, Mãe.
E nos gestos repetidos
Pousa a alegria de os abandonar.
Mas todos esses gestos não vão embora.
Regresso-lhes
Como se deles não pudesse partir.
Guardo as cadelas
Guardo as gatas
Guardo as pombas.
O meu triângulo
É conjugado no feminino.
Sou uma parideira
De sílabas
Tecidas em pano cru
Penduradas sobre paredes horizontais
Deitadas em chãos verticais.
As paredes
Do meu triângulo em flor.
Há árvores que brotam
Daqui
Com cheiro a terra
E disposição matreira.

É assim
Nesta minha maneira

Que se trama
No centro de um círculo angular
A agitada história
De uma contadeira
Que não tem nada
Para contar.

A Drogaria. Os cartazes da drogaria. O ar antigo. A sensação de abrigo.
O número 38, entre o 20 e o 24, uma loja ainda fechada em saldos, com vitrines de Centro
Cultural, um espaço apetecível para eventos.
Na Casa da Prosperidade, bebe-se um ar palaciano que permite relaxar neste espaço de
estranheza; na televisão, uma telenovela chinesa. Mais ou menos em frente, no terceiro
andar, os segredos illuminati de Lisboa; segredos que se contam não são a verdade, em
que é que querem que nós acreditemos?

Onde andaré o povo hebreu?
Um balcão à antiga, uma balança à antiga, uma loja de sementes; quem plantará nesta
cidade?
Gabinete de Escuta na Paróquia... um grupo de pessoas poderá juntar-se e criar um gabi-
nete de escuta? Teríamos certamente coisas para dizer uns aos outros, é isso uma ami-
zade, mas porque é que não se entra a pés juntos, porque é que há degraus?

3-3-3-2-2-3-4-3 janelas por andar
5-5-4-5-6-6-4-4 pisos
Não há padrão. Desamparado entre a saudável massagem aos pés chinesa e um edifício
Amparo, não descubro o código para o volume que se esconde por trás do quarteirão. Não
o sinto aqui tão perto, mas já o vi ao longe, órfão de entradas onde órfãos entravam para
seguir um código de conduta. Não há falta de criptografia nesta cidade. 28|26 na mesma
porta, erro ou pista? Afinal é só uma loja em remodelação, sob a alçada de qualquer có-
digo legal, aumentando o volume de correio neste código postal.
Portas pregadas a paredes, portas a substituir paredes. Há bolsos para carregar chaves e
mãos para as rodar mas é preciso comprar o código para entrar.

Esta não é a Lisboa da roupa na janela, foi de férias para algum lado ser cosmopolita
com certeza. Aqui come-se gelado italiano sob arbustos portugueses a enfeitar o telhado
tipicamente falido. Aqui um quarteirão para trespasse é trespasado por uma casa da

sorte e apenas 6 janelas – três de um lado, três do outro, em oposição diagonal e artificial – onde havia uma antiga casa do bacalhau e talvez de um qualquer Sr. Bacalhau. Aqui ainda mora uma Casa Havaneza Lynchiana, e uma Casa Portuguesa Indiana numa ruela plurimetal, pluricultural, mas sempre sujeita ao unipessoal. E o metal oxida e pintam por cima: Illuminati Tour Lisbon (nem consigo), uma House of Cork, tal como se chamaria uma série política em Portugal (não sou de conspirações, mas...), Boutique Hotel (se calhar decidia-se entre loja ou alojamento antes de escolher o nome), meio corredor de take-away take-street take-home (doesn’t feel like home). Place branding: à volta da igreja fascinante porque ardeu, não era mal pensado expandir o conceito.

Aquela coisa a que chamam movimento (Martim Moniz)
Quanto andei para aqui chegar!
Queria tanto uma torrada e uma meia de leite...num café, daqueles que são café, poder falar de futebol e das gordas do dia, pãozinho torrado, manteiga a escorrer, um pouco de açúcar.
Andei Andei Andei.
E rua após rua, praça após praça, recuerdos, glamours, fancies, olá!
Buracos urbanos é o que são estes novos monos, meus amigos e minhas amigas!
Buracos negros que sugam a cidade, só deixando ruas nuas, maltratadas, violadas, apesar de vestidas com belos trapos e luzes.
Quero sentar-me no Rossio, na Praça da Figueira, no Martim Moniz, com torrada, manteiga, café, açúcar.
Mas os buracos negros avançam na minha direção, cheios de gravidade, sem torrada, manteiga, café, açúcar.
E eu ando, ando, ando.
Corro corro corro...
Quanto andei para daqui partir!
Centro Comercial da Mouraria
Entrei. Aqui, é o Império do Poliéster!
Casacos, calças, camisas, sobretudos, camisolas, pullovers, cuecas, soutiens, camisas de noite, pijamas e tudo o mais!
Os chineses sentam-se à porta das lojas a ver filmes nos telemóveis e a comer em pequenas mesas quadradas. Os indianos e os bangla juntam-se à volta do barzinho do piso menos um. Os ciganos partilham conversas e os africanos partiram para parte incerta. Os brancos onde estão? Alguns turistas alemães a fazer compras e talvez atrás das portas

fechadas do quarto andar alguns agentes comerciais.
Cheira a especiarias e a roupa armazenada.
Há paz aqui, neste bazar policromado. Viva a paz.

Ruas, ruas, ruas, o que são estas ruas que nos levam desde do Largo de São Domingos até à Praça do Martim Moniz.
Rua de Barros Queirós, Travessa Nova de São Domingos, ruas de passagem, de silêncio, ruas onde o lixo dos restaurantes se vai acumulando e alguns empregados dos mesmos e de hotéis, estão em pausa depois do almoço.
Voltamos ao Largo de São Domingos, ao interior da igreja, onde se reza ou se descansa do passeio. Na porta hoje só está uma mulher a pedir; o sem-abrigo não está, mas as suas coisas continuam lá, como todos os dias! Onde estará este homem?
Saindo da Igreja e voltando ao largo, onde hoje se vende velharias, roupas, tenta-se fazer dinheiro, conversa-se, sussurra-se, observa-se quem passa.

Domingo, dia de descanso da maioria da população, a cidade parece diferente, mais calma. Nas ruas alguns turistas, mas à uma coisa que não muda, seja domingo, ou outro dia de semana, a paragem do elétrico 28 no Martim Moniz, sempre cheia!
Nas escadinhas da saúde turistas param para fotografar estas novas escadas rolantes da cidade.
Continuamos a percorrer a rua da Mouraria e entramos numa rua estreita, a rua do Capelão, lugar silencioso, a barbearia com cortes 5 euros está fechada. Nas paredes imagens do fado. Fado esse que nos leva ao Largo da Severa, alguns turistas param para ler os cartazes das casas de fado.
FADO! FADO! Esse que até hoje ainda não escutamos nestas ruas da Mouraria.
Beco da Amendoeira - Porta 30 - Amália
Atrás desta porta trapos, agulhas e uma cadela, a Pipoca. Amália fala sobre as peças de roupa que já fez, desde as da marcha, até ao casaco que está pendurado e que pediram para fazer apenas com uma fotografia do que queriam.
“Querem costurar o quê? Amália cose!”

Oh Senhores! Mas será que não sabem que gostamos de Lisboa torta? A mulher lisboeta quer-se com uma boa barriga da perna de tanto subir e descer as colinas.
...
Gostamos de subir e descer, de subir e parar a meio para falar com a vizinha. Aqui só mesmo apressadamente entre dois lances de escadas que sobem precipitadamente. Mas

os velhotes lá vão divertidos a fazer malabarismos para acertar no degrau que vai fugindo lá para cima.

...

O senhor Viegas é de Goa e anda a Toa! No café da esquina a Nossa Senhora de Fátima está confortavelmente instalada ao pé do Ganesha.

...

Incenso para determinação coragem e força. Iravilha branca. Cheiros, pessoas, um chá para dois, caixas, caixas, caixas. Cores! Tudo conversa.

...

A dança causa olhares de intriga. “Oh Vitor Hugo anda cá!! “Heinnnn” “Anda cááááá” “Heinnn” São donos do lugar.

...

Está vedado. Não comunicamos. Todos se sentam de frente para uma parede branca...a praça ainda é deles e será sempre deles. Uma folha estremece e dança com o vento. Uma mulher dança com o corrimão das escadinhas. Há vida e essa ninguém a pode tirar porque também não foi alguém que a deu.

...

“A habitação não é negócio!” Al Salam Alaikum

Pelas nossas casas, pelas nossas vidas, lutamos. A senhora de pijama e roupão azul bebé, com a mola no cabelo observa pendurada na varanda. Ave rara. Há pessoas invisíveis no andaime. Luso confiança Filial 1! Square View Properties devlopment capital: cem anos a construir e regenerar o património!...Pensamento quadrado. Passo por um café-corredor tão escuro que apenas se adivinham umas pessoas a beber e a novela lá ao fundo. Não é claro.

Há um lado conservador em mim. Quais os limites da aceitação? Será tudo possível? Os portugueses de Lisboa já não são portugueses, são outra coisa. Defendo que devemos ter fronteiras abertas e ser em pangeia não pátria mas nação, mas para isso é necessário conservar a identidade. Colocou-se mais facilmente em causa a identidade do que o novo e diferente, de repente nada se põe em causa do que chega e o que existia nunca mais voltará. É preciso conservar o nosso para estarmos devidamente preparados para o novo, porque conservar o nosso implica união e só com a união é que podemos abraçar o estrangeiro sem que ele nos engula a nós. Estar preso como que apegado é condição de progresso, pois é na luta e nas cedências ao lutar que nos movemos.

Saio do metro, e o cheiro a caril e especiarias enche imediatamente o meu nariz...e apesar

de serem 10 da manhã, seria capaz de provar, só um bocadinho...

Ouvem-se vozes e conversas na rua da mouraria, uns apressados para as lojas ou compras da manhã, turistas que tentam fotografar a escultura da guitarra da Severa mas que não conseguem porque uma camionete de recolha de papel estacionou lá em frente.. Passam os turistas de bicicleta, e passam mulheres carregadíssimas de sacos de plástico pretos enormes que parecem poder transportar tudo lá dentro!

Ouvem-se as gaivotas a anunciar chuva e o som das obras intermitente num edifício.

Passa por mim a Paula ao telefone que estranha e fica algo surpreendida por me ver ali sentada, mas pára e vem dar-me um beijo,seguindo depois apressada.

Roupa, caixotes, fatos de princesas e tigresas, lantejoulas, cores, lingerie, homens, mulheres, cheiros;

advogada Drª Kebler trata de vistos gold e vistos de residência

contabilistas e agências de viagens

Cheiro intenso da loja, perco-me no meio das especiarias, um casal procura o chacuti, mas o senhor diz “ Não há”, só Sarapatel ou Cheque Cheque..e hena preta? pergunta uma senhora, não temos! agora só essa cor, mas fica bem.

Noutra mercearia diz-se, não volto cá porque não me quer dar um saco! entretanto passo por uma loja de sapatos de tacão alto, enorme, amarelos, vermelhos, de lantejoulas e um não mais acabar de cores e feitios mas sempre de tacão, perco-me a imaginar quem os usará...

Desço um andar e percorro um corredor onde já se prepara o almoço, um prato com cabeças de peixe, sal e limão..enquanto passa por mim a Sofia mais acelerada mas que eu só me apercebo depois da sua presença, ninguém me vê, ninguém olha para mim.. todos fora das lojas, homens e mulheres sentados, a jogar ou ver o telemóvel, alguns conversam (mais as mulheres)

Passando pelas Escadinhas da Saúde, vejo a paragem do 28 onde os turistas se apertam para ver se cabe mais um, a policia apita aos tuc-tucs que não podem estar ali, subo as escadas rolantes até meio e passo pela Regina que está sentada ao pé do nº 8, sorriso doce, olhar contemplativo

no final das escadas rolantes há mais escadas.. que não rolam, estou na rua do Marquês de Ponte de Lima, uma velhinha desce com dificuldade e agarrada ao corrimão. Há roupa estendida numa sacada, mas sem molas, e meias pousadas no algeroz... esperemos que não venha vento ...

Sento-me na praça do Martim Moniz, há uma pessoa sem abrigo ao pé de mim, de vez em quando move-se mas pouco, percebo que está a dormir, mas ninguém olha, ninguém vê, como se fosse invisível, ou fizesse parte da paisagem

estou num local de passagem , mas alguns sentam-se e parecem fazer parte da paisagem, tal como as tendas sujas e esfarrapadas e as luzes de natal que ainda ali estão meio perdidas entre as obras

Percorrendo a Rua do Bem Formoso com o Jorge apercebo-me de algumas alterações, lojas onde nunca entrei e onde quero voltar, prédios em obras para usos que não sabemos mais tarde há animação na rua, canta-se o fado do Chico e da Ritinha à porta do café do Sr. João, e a nossa alma também fica mais quente..

Subo as escadas rolantes na companhia de alguém que me pergunta se por ali vai chegar à Feira da Ladra. Quer lá ir comprar um telemóvel porque o seu ficou partiu-se no caminho de Angola para cá. Digo-lhe que sim, que em 15 minutos põe-se lá e ensaio um percurso de esquerdas

e direitas, e nomes avulso - Rua da Amendoeira - Calçada de Santo André - Igreja de São Vicente, ficando a torcer para que chegue ao seu destino. Eu sigo o meu que não é nenhum neste momento e, só por isso, reparo no homem sentado na cabine de uma grua azul que se movimenta a centenas de palmos do chão. O melhor miradouro da cidade. Vista de 360º a partir do centro. Fico a observar a coreografia dos cabos e das roldanas, o bater do aço e do metal, o levantar e baixar dos materiais, a rotação. Sentada num banco da praça sinto-me espectadora de um bailado urbano. Reparo em coisas que nunca reparei. Um poster colado na parte de trás de um sinal de trânsito que diz: “O Norte do Rio é o Mar”. Fico a repetir baixinho. “O Norte do Rio é o Mar”. “O Norte do Rio é o Mar”. Pode até ser mas antes de chegar ao mar os rios correm uns para os outros. E “Dentro de mim faz Sul”. Reparo em coisas que nunca reparei. Reparar: dar atenção, observar. Reparo em coisas que nunca reparei porque agora parei. Vejo a cidade de um modo como nunca tinha visto - ou será, sentido? A cidade latente sob a epiderme. A cidade que respira entre o matraquear das brocas que desventram os edifícios, que se move por entre o grasnar das “gaivotas em terra-tempestade no mar”. A cidade que se suspende no bafo de cigarro de um homem que passa a falar ao telemóvel com voz tensa. A cidade que se anima no cumprimento com um bater de punhos de dois amigos.

E ao lado deles, num muro, dois peixes que alguém pintou e as palavras escritas “Fica Fixe”. “Reparar” também é consertar, renovar, melhorar. E é com o olhar renovado vejo outra vez, lá em cima, o homem que continua a comandar a grua. Apetece-me gritar cá de baixo e perguntar-lhe: “Olhe, desculpe, diga-me lá, consegue ver se aquele senhor que há bocado ia nas Escadinhas da Saúde já chegou à ao Campo de Santa Clara?”. Mais à frente tropeço num degrau onde bem no chão, junto de umas ervas que brotaram do cimento, alguém pintou: “Gentileza Gera Gentileza”. Um Lugar das Palavras à espera de ser encontrado.

A máquina de subida conduz ordeiramente sob o olhar da máquina de observação. As escadas limpas substituem as obras prolongadas, um misto de detritos e uma passagem estreita, escura e evitada. Os corrimãos não são para sentar nem escorregar, a máquina certamente não aprova. Para descer todos os santos ajudam, para subir basta submeter ao olhar anónimo. A obra é cara, não é para estragar. E sempre dá jeito para contar o fluxo e congratularmo-nos por mais uma bem sucedida intervenção sem as chatices da discussão. Que conveniente é gravar e fotografar sem os solavancos do andar. É só deixar a máquina capturar-nos e subir, estender a mão e deixar a nossa máquina capturar a subida, e deixar a máquina capturar-nos a capturar capturados. Que jeito dava outra ali à frente.

manual de estar

ajuntamos na guitarra da severa, a rua da mouraria nesta paisagem é um filme complexo. não há nada que não aconteça, diz que a severa nem cantava o fado, o vitor hugo apalpa as pernas dos gajos musculados e fala sempre numa voz tão alta que perfura todo o possível silêncio, passa a odete anã muito apressada e leva o saco do outro. És sempre uma puta pequena. na esplanada três mulheres gritam que vai chover e que não há direito porque isso deveria ser só às 5 da tarde. o felismino quase adormece no banco da junta, quando se levanta traz os sonhos que a praça martim moniz trazia...era para ser um jardim para podermos estar e conviver mas vai cada vez para mais longe disso...como é possível que nem soubemos de nada a não ser depois de já tudo cheio de tapumes. estou farto desta história toda, já não há mouraria.

pela orla das paredes provisórias há sempre quem se alongue ao sol e espreguice os pés descalços. os corpos continuam a aproximar-se da não praça na esperança da praça praçar.

a chuva que molha todos ou molha parvos vai-me encharcando o cabelo e as folhas brancas do caderno.

a violeta fadista passa para o centro de saúde e acompanho-lhe a passada dolorosa, diz que nunca se queixa mas não pára de se queixar...a pele muito amarela...mas a voz está mais vibrante outra vez, ainda cantarolamos umas canções, parece que hoje é dia de cantarolar. o interior do centro comercial desdobra-se em surpresas até para quem já cá estive a comprar quiabos para a muamba. o cheiro logo à entrada é mais de plásticos e outras desorganicidades mas à medida que caminho vão-me aparecendo outras ondas. inhame, gengibre, vestidos brilhantes, sapatos altíssimos...

na hora do almoço as famílias fazem aparecer mesas de campismo e caixinhas com comida e tudo convive. entre a trama de linguagens, as cores e os preços absurdos, preciso

de um pente e pago 30 cêntimos.
a meio do rolar das escadas rolantes dá-me um desejo forte de saltar fora...já entrar nas escadas não foi fácil...que rolem as escadas que tanto facilitam e suavizam e agilizam...a não ser que entupam e constriñam...do outro lado do baloiço a muralha fernandina sus-surra que também se vai transformar em destino turístico. os corpos que se convidaram a estarcom escrevendo-caminhando-poisando elasticam a entre-escuta perto longe.
já na rua do benformoso o andré estica-se em biquinhos dos pés para brincar com um gatinho que espreita da varanda. assim levantando os olhos ainda vou vendo a rua do benformoso, ou do boi formoso na sua caminhada de deformação em tempo possível, mas se a atenção migrar mais rente ao chão as alterações são em mode de furacão. a cabeça do chafariz já está de volta, embora tenha morado uns tempos no chão do café do joão e da alice. a casa do minho chora e nós dançamos na passadeira, o carro da polícia espera um bocadinho e a regina canta o fado com o senhor manel que mora mesmo aqui ao lado.

Vegetais simpáticos. Sorrisos frescos.
1) O Centro Comercial e um desejo em conhecer a rotina daquelas famílias fora do contexto árduo de trabalho.
A Margem Comercial e uma vontade em conhecer o contexto árduo de trabalho fora daquela rotina familiar.
O Externo Comercial e uma cobiça em conhecer.
Uma casa inteiramente preparada para vos receber. Temos chá e temos filhos. Temos roupas para as noites de gala e para as noites preguiçosas.
Convido-te à festa. Junta-te a nós: celebra e experimenta alguns cachecóis.
Até que fico bem. Sou bonita. Somos lindos.

2) Agridem a fluidez do olhar de toda aquela gente.
Batem, espremem, beliscam e me acordam: é real.
“Viva o Brasil da Regina e Caetano!”
Não quero fumar.

3) Escada. Ria.
Eles são tão rápidos e eu sou tão lenta.
Cada um no seu tempo - mas meu tempo te ultrapassa.
Contraditórios
Contramão
Contra

Inconstantes e fora do compasso, estamos longe.
(sem) medo, (sem) correção e (sem) ajuste.

Fecha-se o espaço, amontoam-se os quiosques a um canto como sucata velha que tem de ser substituída por sucata nova. Os repuxos brotam com mais força que o costume, na esperança que a água apazigue o deserto murado e o barulho silencie o desconforto de uma praça martelada. Ou até para habituar que em breve será proibido jogar. Isto é um conceito, não um recreio. O lixo amontoa-se mas é lixo temporário como quem teima em cá ficar. É hora de limpar. Martelada na concepção e martelada na construção, a sucata velha dará lugar a sucata de qualidade, feita de liga de metal mais valorizada, importada em batelada. Indiferentes e ordeiros, esperam pelo transporte para onde não precisam de ir. São mais que as trotinetes em fila mas os roteiros (ainda) não falam delas. O vale es-corre e divide-se como o olhar evita um hotel que fingimos não existir. A malha da rede é para alargar, peixe miúdo que continue a circular. Os sons da mudança são óbvios e a água não os consegue abafar. Quando o puzzle tem a borda errada, não é com peças marteladas que fica acabado.

Rua da Mouraria, lugar de passagem, de conversa para trocas, ouve-se ruído de fundo. Os Amigos da Severa, uma tasca onde nos perguntam se queremos uma ginginha! É cedo!!!!
Ao fundo da rua, há um lugar onde turistas param, observam, tiram fotografias, são as escadas rolantes da Mouraria. Poucas pessoas utilizam, as primeiras escadas estão funcionar, as segundas estão desligadas.
Voltamos à Guitarra da Severa, o café mesmo ao lado continua com mesmas pessoas sentadas a conversar.
Entramos no centro comercial da Mouraria, é hora de almoço, alguns lojistas, quase todos do oriente, comem em cima de caixas de papelão, no meio das inúmeras coisas que vendem.
Paro e observo. Cheira bem, apetecia-me perguntar se posso experimentar o que estão comer.
Nos pisos inferiores do centro comercial, mal se consegue passar nos corredores, calças, camisolas, casacos, roupões....
Volto novamente ao piso de entrada, desta vez observo novamente a esplanada do café ao lado da guitarra Severa – Pastelaria Capelos, são os mesmos homens sentados, à conversa, a rir.

Passam em fila de bicicleta e capacetes, tocando a campainha para desimpedir o caminho. O tempo é limitado num turismo apressado. Lento puxa o carrinho de sacos pretos e aos quadrados. Não sai da frente, porque havia de se desviar quando a rua é sua para andar, parar, falar. Veio de Goa, está aqui à toa. Casa às costas, turista permanente, as bicicletas querem passar e ele não sai da frente.

Os ícones estáticos, os ícones móveis, o exterior, o interior, ecossistem fechado com caminhos internos. É circundado, nunca atravessado, subido, descido, explorado. É odiado e no entanto existe como uma prisão que só é visitada por infelizes motivos de força maior. Ninguém faz turismo de casas assombradas por pessoas vivas e os fantasmas não costumam fazer negócio.

O Sandro já nem me pede nada, só se ri. Nem sei como não o investigam, nunca vi ninguém mais onnipresente. As solas devem ter tanta Mouraria e Intendente que quando fôr hora de reformar as botas pregaria-as na praça como monumento.

O Castro já não declama Régio nem aqui nem em nenhum lugar. Mas em vez da retirada forçada, quem dera tê-lo ouvido até se cansar.

Começo no Claustro do Convento da Graça. Só cá estou eu e a senhora que faz as limpezas. Estou a ver se encontro alguma Graça. Não me quero separar destas paredes enormes. Elas protegem-me. Ouve-se Chopin na Igreja dando alguma paz aos bancos vazios. Não me deixes. Passa um morto. Faz parte da vida. E a vida é tão bonita e triste ao mesmo tempo. Cá em cima na Senhora do Monte também há encontro marcado. Fala-se de futebol, de política, bebe-se café e vai se andando devagarinho. O som das obras é o pano de fundo para a cusquice das vizinhas. “Ser poeta é ser mais alto”. Lá em baixo os cães passeiam as pessoas. A rola canta. O senhor assa as sardinhas à varanda. Que cheirinho! Afinal não é sardinha, é carapau. O senhor é surdo e eu não percebo nada de peixe! “Devagarinho lá se vai indo” Associação dos Idosos Reformados e Pensionistas do Socorro. Socorro é o que a casa pede. As janelas já estão no chão, partidas. Um homem à porta vigia a rua. De boné na cabeça, dever ter uns 60 anos embora a vida o tenha envelhecido de uns quantos anos a

mais. Tem um casaco de cabedal preto, calças de fato treino que caem nuns sapatos de vela e uma barba velha, preta ou cinzenta, ninguém sabe. Dá indicações ao homem para estacionar. As gaivotas cantam e sobrevoam a rua das olarias. Como é que é possível na mesma rua haver tanto luxo e tanta miséria. Uns têm garagem com portão eléctrico, tudo pintadinho...outros nem janelas têm!

As vizinhas bebem um chiripiti na esplanada. A senhora do café junta-se à conversa, encostada à porta. O senhor Carlos concorda: “a mulher também tem direito a beber” “Pois claro! Então pr’a que é que foi o 25 de Abril!? Antigamente é que as mulheres eram escravas dos homens” diz uma das vizinhas que, já estando nos seus setenta, veio para o bairro aos dezassete aninhos. Coça o ouvido com a chave de casa e diz-me que é sinal de chuva ter comichão na orelha. Já desconfiava que fosse isso. Chega o carro com o regaetton a animar a rua toda. Tudo para para observar...é o filho da dona que lhe guarda o lugar a porta do café com um pilarete do transito. Vem trazer garrafas de água à mãe. A vizinha do lado quer duas sopas para levar, hoje há sopa de hortaliça e feijão, a preferida! Vende REMAX. Vou andando...esta rua é triste. Tem muitas casas mortas e enterradas. A praça da alegria faz companhia e alegre aqui o sítio do José e da Laurinda. Tudo comenta a televisão...o telejornal dá conversa. A D. Laurinda senta-se ao lado dos clientes que já conhece. O Sr. Zé vai falando comigo e faz-me uma festinha nas costas como faria um avô a uma neta. Estou em casa, e claro também comento o telejornal. A freguesa diz que “esta rapaziada anda desassossegada” e conta a notícia até ao último pormenor...sem esquecer de acrescentar que também nem sabe se “aquele indivíduo era negro ou branco” o colega diz logo que “isso não interessa a cor” mas que eles deviam mas é estar sossegados. Todos andam para trás e para a frente pela rua...”se esta rua fosse minha mandava-a ladrilhar” diz a senhora!

Habito Habitas Habita Habitamos Habitais Habitam A grua passa como se fizesse parte do céu. Há pessoas com estilo, estamos a chegar ao intendente. Homens das obras, velhos, uns mais escuros e outros mais claros. Pessoas. “O que fazer?” pergunta o quiosque da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior.

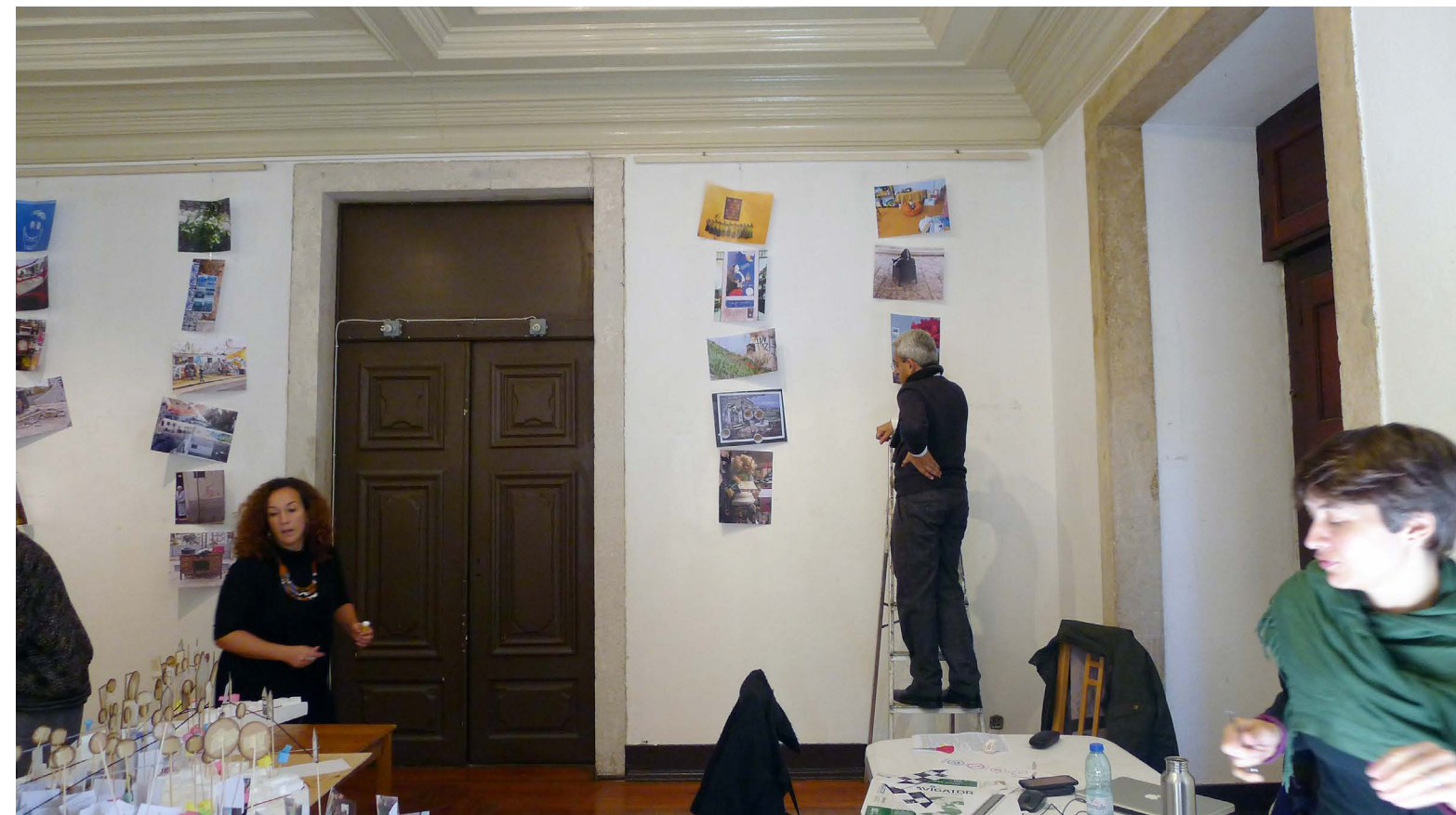
À volta do jardim vejo as traseiras de prédios restaurados de novo e prédios a cair de velhos. Não era mau morar aqui, mas se houver algum negócio aceitável deve ser pior que aqueles três cães a lutar pelo pau, enquanto o que tem a bola está deitado a rir-se. Ao

menos os cães até se cumprimentam.

a escorrer da graça à mouraria
que mania têm as casas, as igrejas, o castelo e todas as construções desta cidade de mudar de lugar, de aparecerem atrás de uma esquina, de espreitarem mesmo ao meu lado, de se envaidecerem à minha frente, de fugirem lá para longe...ao chegar ao miradouro da graça não sei se os olhos choram ou se é mesmo o rio que se aproxima descarado.
pendurada no muro sinto dançarem as dobras como um postal em pop up, a muralha fernandina ri-se alinhada com as escadinhas que às vezes rolam e que não vejo daqui.
desço o caracol da graça, deslizo pelo corrimão, a sombra chega antes de mim à próxima esquina.
passo na casinha com 14 campainhas. lá ao fundo um casal de agarrados faz titanic pelos degraus. lá está o centro de enervação da mouraria com a parede que pergunta para quem??? o jardim está sossegado quase sem cães e sem crianças, quase que se pode passar todo o dia no baloiço ao lado dos homens de amarelo que comem em silêncio antes de voltarem a entrar no barulho ensurdecedor das máquinas.
prédios elegantíssimos e outros que mal se aguentam convivem pintando o céu de absurdo.
vamos escorrendo rumo à mouraria, serpenteando em tentáculos mais perto-mais longe.
suspendo no largo de são domingos, o carrocél deu mais uma voltinha.

Os do Minho já foram, trocados por quaisquer amigos da onça, ou das onças. As tabuletas espalham-se como uma epidemia visível e barulhenta de pedras partidas e corações partidos e gatos perdidos e gatos residentes que do alto vigiam os resistentes. Fogem dos carros apesar da distância, e mesmo aos dedos se mostram reticentes. Mais ao Largo, mais tabuletas a flutuar e brocas a furar os cascos. A reconstrução ainda nem passou o assentamento primário e as fundações já são descartáveis. Não podem restar provas nem vestígios do que existiu, durante demasiado tempo a política faliu e agora a lei é das ruas e não das ruas. As personagens são as mesmas, o cenário muda, numa encenação de vivência em que o final não consta do guião. Os protagonistas escrevem o drama dos figurantes e estes fingem que importam mais que recortes de cartão ou notas de rodapé. O cerco da mouraria aperta e o exército dos costumes metropolitanos não costuma acolher reféns.

“Oh avó, porquê que fazes sempre duas fardas para cada neto?
-Para que nenhum de vós se chateie por gostar mais da farda do outro.”
O silêncio fala... como a Amendoeira que não existe, mas está lá.
A margem das palavras:
“A minha vida é um livro aberto na página errada”;
Na igreja que projeta o seu alçado na calçada;
“Ela ri-se assim, com os olhos”;
“Nessa qualidade da presença”.
“Vencemos o desejo de aprender na Universidade e nas nossas vidas”?!
“Eu moro num prédio com cinco andares e não conheço ninguém!”
Tectónica social: “emburguesimento“, a habitação na crise perfeita.
Eu despejo
Tu despejas
Ele despeja...
Coisas que se retroalimentam na cidade emancipatória.
A porta da Mouraria ainda lá se encontra junto à igreja da saúde.
Note-se que ali finda o encanto dela, a Mouraria.
Fachadas tortuosas e balanços de varandas, camas-quentes e portas giratórias.
“O teu luxo é o nosso despejo!”







LABORATÓRIO CÍVICO

LABORATÓRIO ESPAÇO FÍSICO



Atelier Artéria – Humanizing Architecture, Arquitetas Ana Jara e Lucinda Correia; António Brito Guterres, Aga Khan Portugal; e Alexandra Paio, ISCTE-IUL

Laboratório Cívico Urbano - O lugar no Espaço Físico - teve como objetivo geral proporcionar aos seus participantes um contexto de reflexão crítica global e local sobre as estratégias e mecanismos de regeneração do espaço público urbano tendo como caso de estudo o Bairro da Mouraria. Promoveram-se diferentes metodologias de intervenção, dotando os participantes de ferramentas aplicáveis em diferentes contextos e escalas, e integrando diferentes atores locais. O foco foi expandir as competências dos participantes como futuros agentes participativos junto das autoridades locais através do domínio de técnicas que viabilizem a identidade, a diversidade e a pluralidade no desenho do espaço público. Associando-se a esta problemática o papel cada vez maior da tecnologia móvel na sociedade contemporânea, foi lançado um desafio, mais específico aos participantes, testar lógicas que permitam gerar uma aplicação móvel para o desenvolvimento local do Bairro da Mouraria, uma ferramenta transversal para a mobilização do potencial dos recursos locais, numa ótica participativa, alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030 da ONU. Um modelo sustentável que constrói a melhoria das condições de vida da população mediante a participação ativa da comunidade.

A metodologia adotada no laboratório cívico urbano assentou num conjunto de etapas e ferramentas operacionais para desenhar cidade. As palestras proferidas pelo Atelier Artéria introduziram as questões do laboratório. A primeira, expos os vários trabalhos realizados pelo atelier no Bairro da Mouraria. A segunda, apresentação de metodologias de intervenção para observar, avaliar e agir (figura 1).

Com um esforço coletivo e participativo de retratar e reconhecer a identidade da Mouraria, o António Brito Guterres lança o primeiro repto a duetos de participantes, uma experiência interativa híbrida, ao mesmo tempo física e virtual, de observação exploratória do bairro. A utilização dos dispositivos móveis – smatphones - e a aplicação ‘mytracks’ serviram para, em tempo real, registar trajetos e partilhar fotografias geolocalizadas. Dados de matriz quantitativa e qualitativa que foram transferidos para a maquete do Bairro da Mouraria, à escala 1:400, modelada e produzida no Vitruvius FABLAB –IUL (figura 2).

Com base neste mapeamento coletivo, foi, numa segunda fase, promovido um olhar crítico sobre os registos e diversas vivências individuais e coletivas. Cada grupo recebeu um toolkit para reflexão colaborativa em torno de quatro tópicos: mobilidade (verde), economia (amarelo), cultura (azul) e sociedade (encarnado) (figura 3). Cada grupo teve que identificar na maquete para cada tópico: (1) hotspots (esferas); problemas (cubos); soluções (pioneses) e recursos (cogumelos). Cada aluno, teve hipótese de apresentar 4 propostas por cada tópico. A discussão final permitiu o cruzamento de informação e aferição de caminhos para as propostas a realizar na etapa seguinte (figura 4 e figura 5).

A construção de propostas para a Mouraria realizou-se nos dias seguintes com visitas ao bairro, apresentações intermédias e reflexões em grupo (figura 6). Neste contexto, surgiram três propostas: (1) Alegrete – grupo: Álvaro Queiroz Fernandes; Carolina Cardoso; Raquel Gameiro Lopes; (2) S.A.L.A.O._HUB Associativo – grupo: Maria Margarida Reis e Silva e Sílvia Félix; (3) SO.ANDO – grupo: Alexandra Athayde Fonseca, Sara Belém e Laura Pomesano.

O projeto Alegrete surgiu no âmbito do reconhecimento de uma forte identidade rural associada a mecanismos de abastecimento local de alimentos frescos de auto-produção como meio de subsistência e contributo para a redução da pobreza urbana. O nome surge da observação de vasos de plantas ornamentais, medicinais ou hortícolas que decoram parapeitos de janelas e ruas do bairro, denominados de alegretes.

O aumento da consciência ambiental do século XXI, tem incentivado a produção alimentar nas cidades como uma estratégia urbana para a redução de consumos energéticos e aumento da biodiversidade concorrendo para o aumento da resiliência das populações. O Alegrete estabeleceu como metas fomentar a inclusão social, as relações sociais e intergeracionais e, assim, consolidar o sentimento de pertença e sentido de lugar das várias comunidades. O grupo estruturou um conjunto de atividades específicas que poderiam fortalecer a base económica das famílias e tornar o bairro eco-sustentável, como por exemplo: Open Quintal; Chá da Avó Severa; feira de troca de sementes; cozinha comunitária saudável (figura 7). O incentivo à participação da população multigeracional, enquanto prática urbana comunitária, auxiliaria o surgimento de movimentos e mercados de agricultores urbanos, possibilitando a edificação de um ecossistema local.

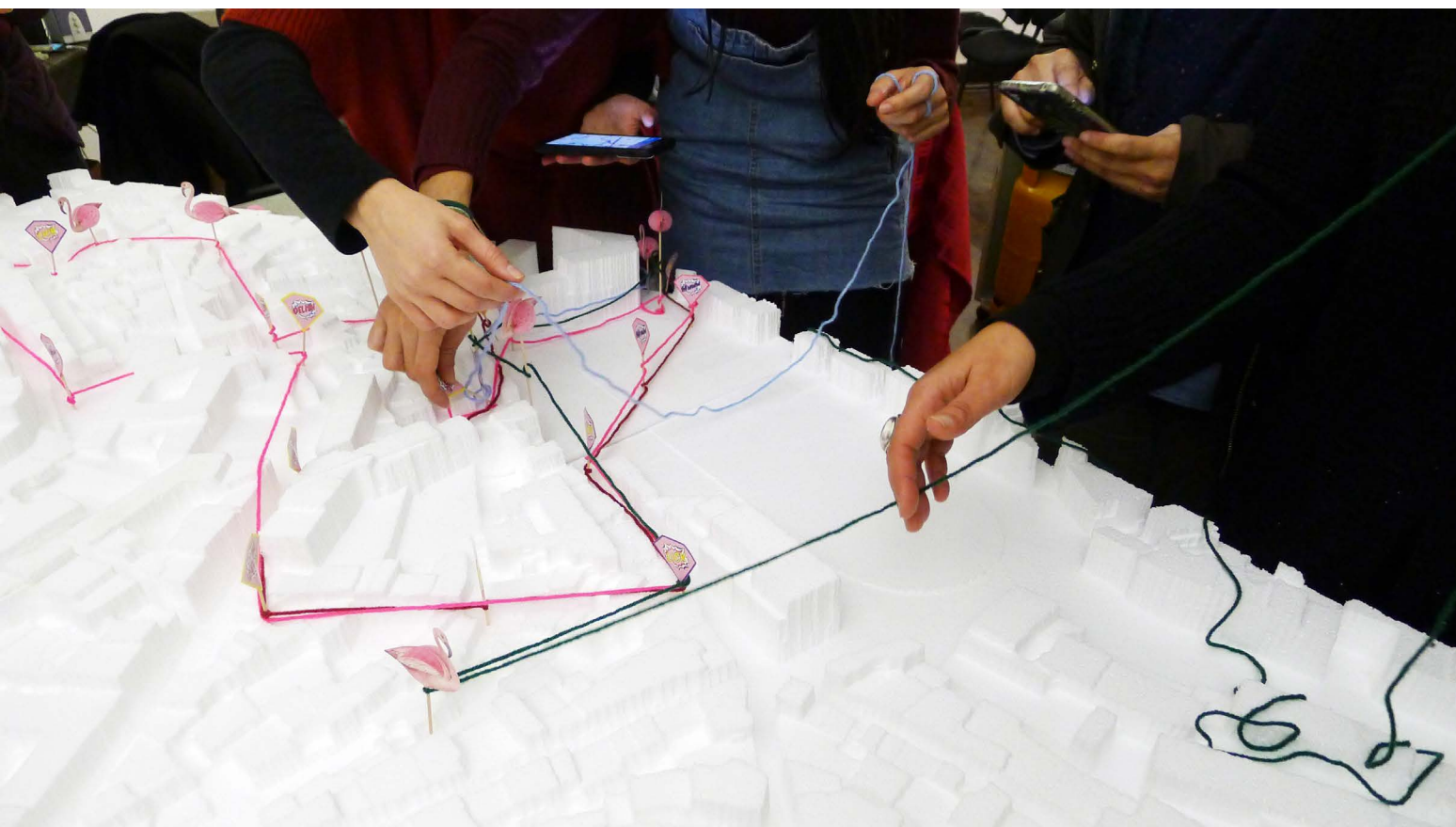
O projeto S.A.L.A.O._HUB Associativo (Suporte para a Ação Local de Associações Organizadas) emerge da identificação de uma forte presença de associações locais no bairro da Mouraria e da ameaça latente do seu desaparecimento motivado pelo contexto de transformação em curso em Lisboa (figura 8). No bairro da Mouraria o associativismo proporcionou desde sempre à população formas de participação cívica da maior relevância, pela sua importância social, cultural, desportiva, recreativa e até económica, como polo de

desenvolvimento das comunidades. Neste sentido, a criação de um HUB associativo, com sede no Grupo Desportivo da Mouraria, permitiria a experimentação de soluções inovadoras ajustadas às transformações urbanas e sociais que o bairro enfrenta, desemprego, falta de qualidade de vida, envelhecimento, falta de habitação. A união de todas as associações num mesmo espaço permitiria o desenvolvimento de um processo dinâmico baseado na ação, onde todos atores assumem um papel basilar uma vez que estão “dentro” dos problemas e apresentam-se como os principais recursos para o “seu” desenvolvimento. O desenvolvimento local pressupõe a cooperação, a definição de ações conjuntas, a negociação dos conflitos e das solidariedades locais .

O projeto SO.ANDO tem por base a construção de um espaço digital de memória sonora coletiva das pessoas do Bairro da Mouraria que sirva simultaneamente o registro da identidade/herança cultural e produção de informação útil a quem visita o bairro (figura 9). O som tem vindo a assumir progressivamente maior protagonismo enquanto testemunho patrimonial pela UNESCO. O mapeamento do som das cidades (gravação e disseminação dos registos) seria realizado através da aplicação móvel permitindo obter um repositório vivo construído coletivamente e de forma partilhada pela comunidade local e visitante. A reconstrução das paisagens sonoras associadas aos espaços que envolvam a ação humana constituem exemplos relevantes do imaginário de todos e são muito diversos: os sinos das igreja, a telefonia alta com o fado da severa, os estrangeiros a falarem da cidade, etc. SO.ANDO procura contribuir para a construção de um lugar de memória e salvaguarda da herança sonora do bairro da Mouraria.

Após vários dias de trabalho intenso, a exposição final e apresentação pública dos resultados do laboratório Cívico Urbano O lugar no Espaço Físico, pelos promotores e grupos, através de posters e de uma maquete, permitiu apresentar às autoridades municipais um reflexão crítica coletiva e colaborativa sobre o sentido de lugar na construção de comunidade local (figura 10).

A abordagem metodológica baseada no registo das várias fases do trabalho em maquete, revelou-se um excelente veículo analógico para simular, testar e demonstrar as lógicas de uma aplicação móvel para o desenvolvimento local do Bairro da Mouraria. A visão holística e sistémica proporcionada pela maquete demonstra o vínculo de identidade do trabalho académico com o próprio espaço.



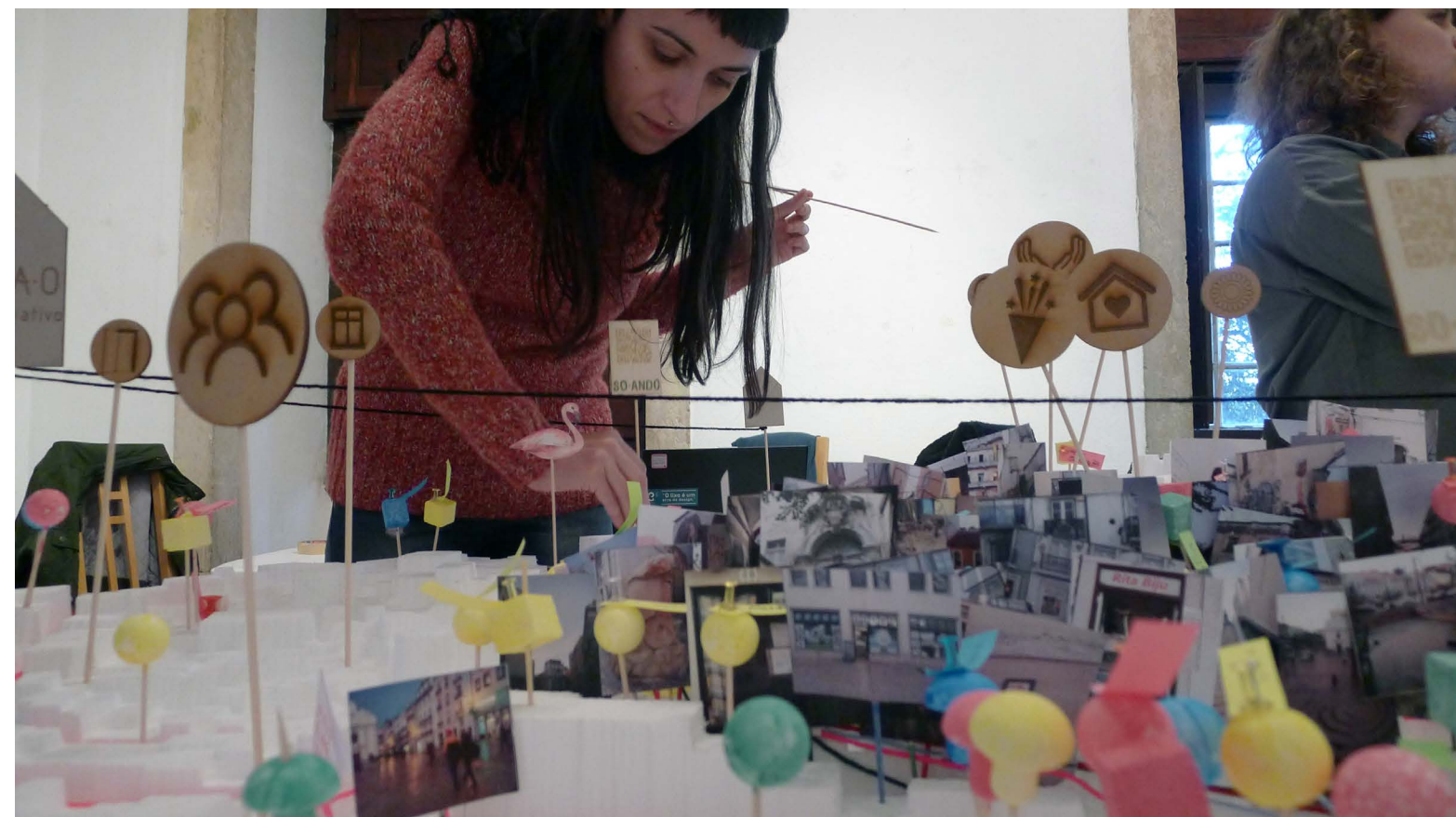


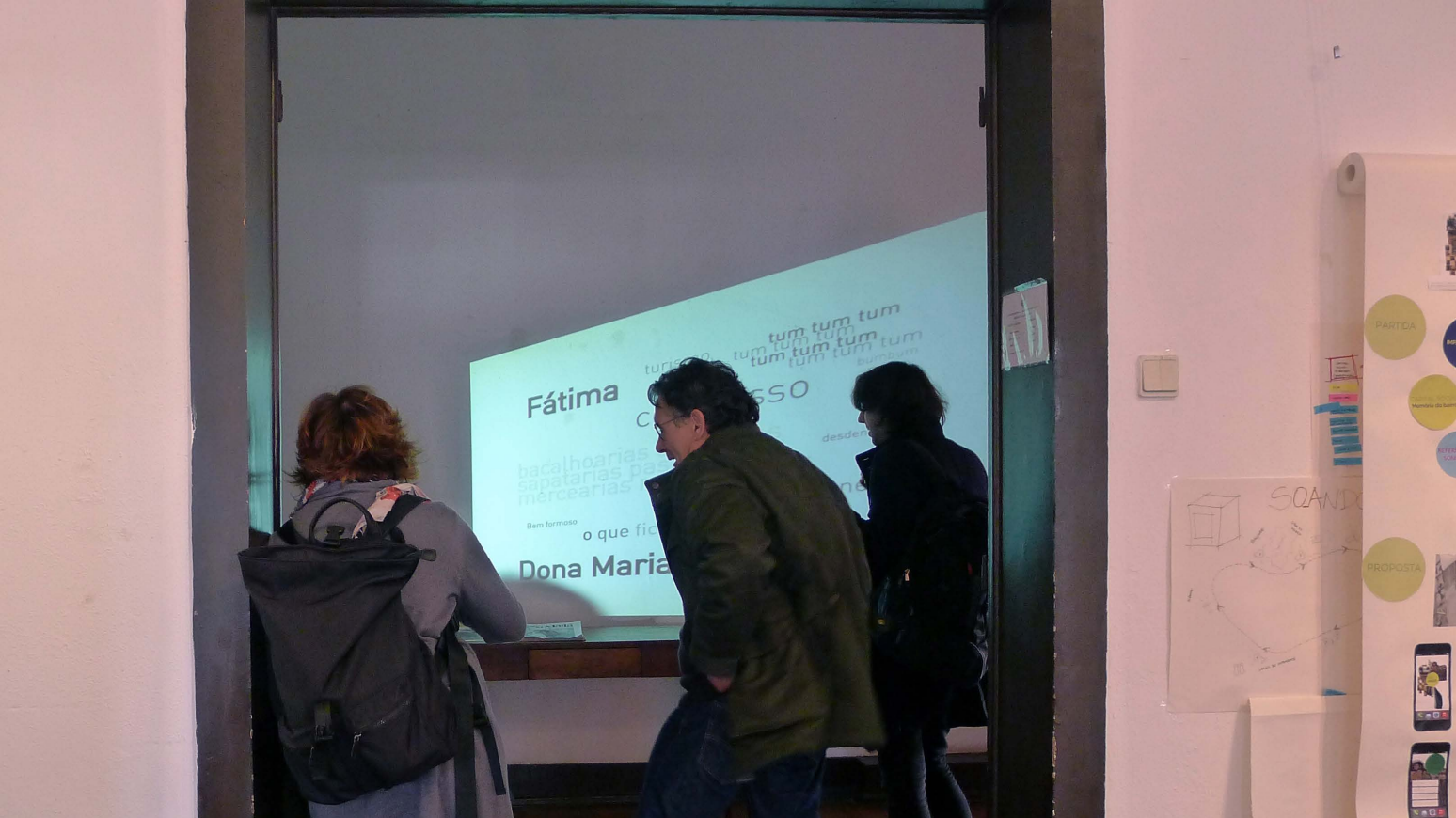
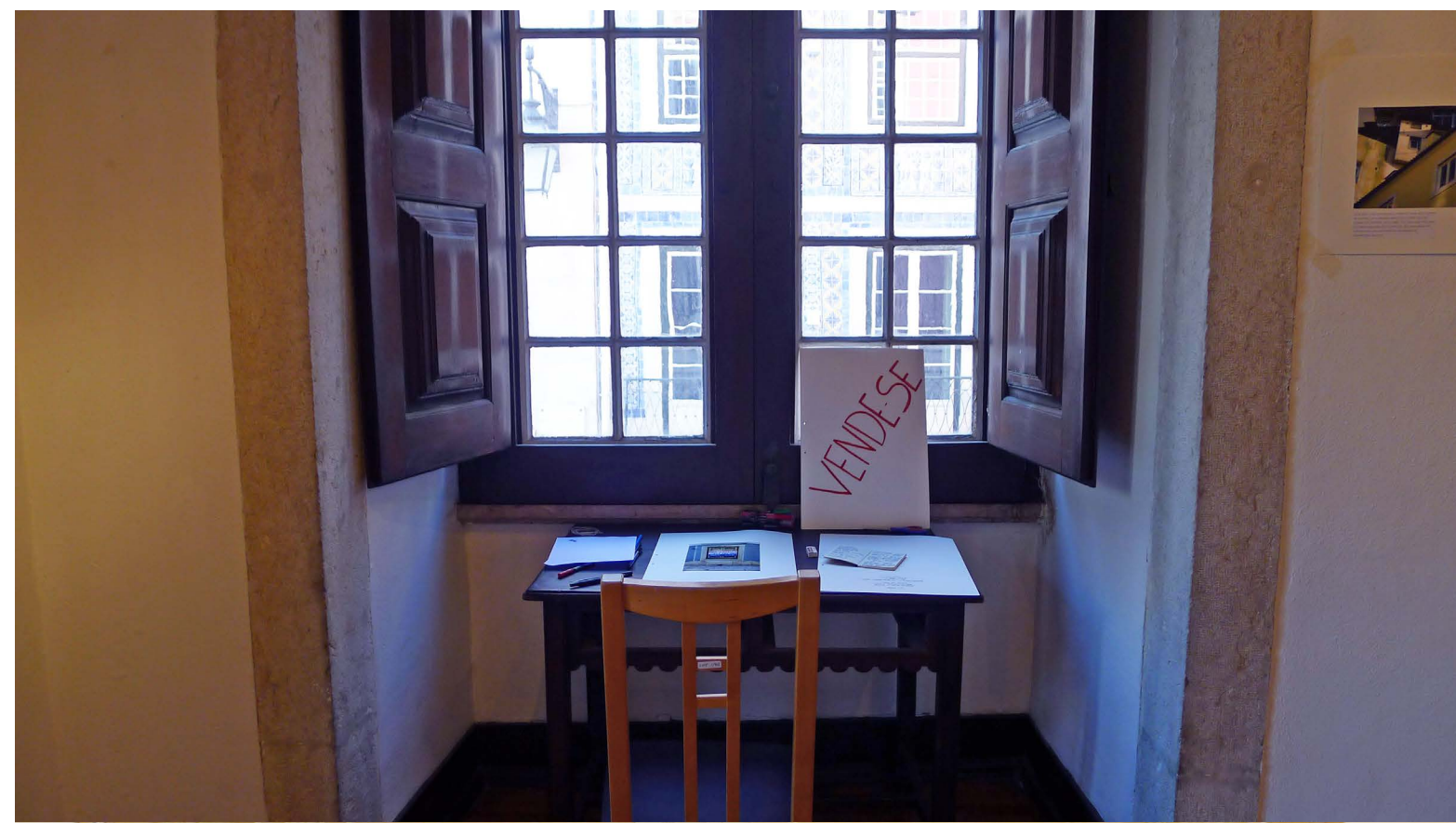


fig.01



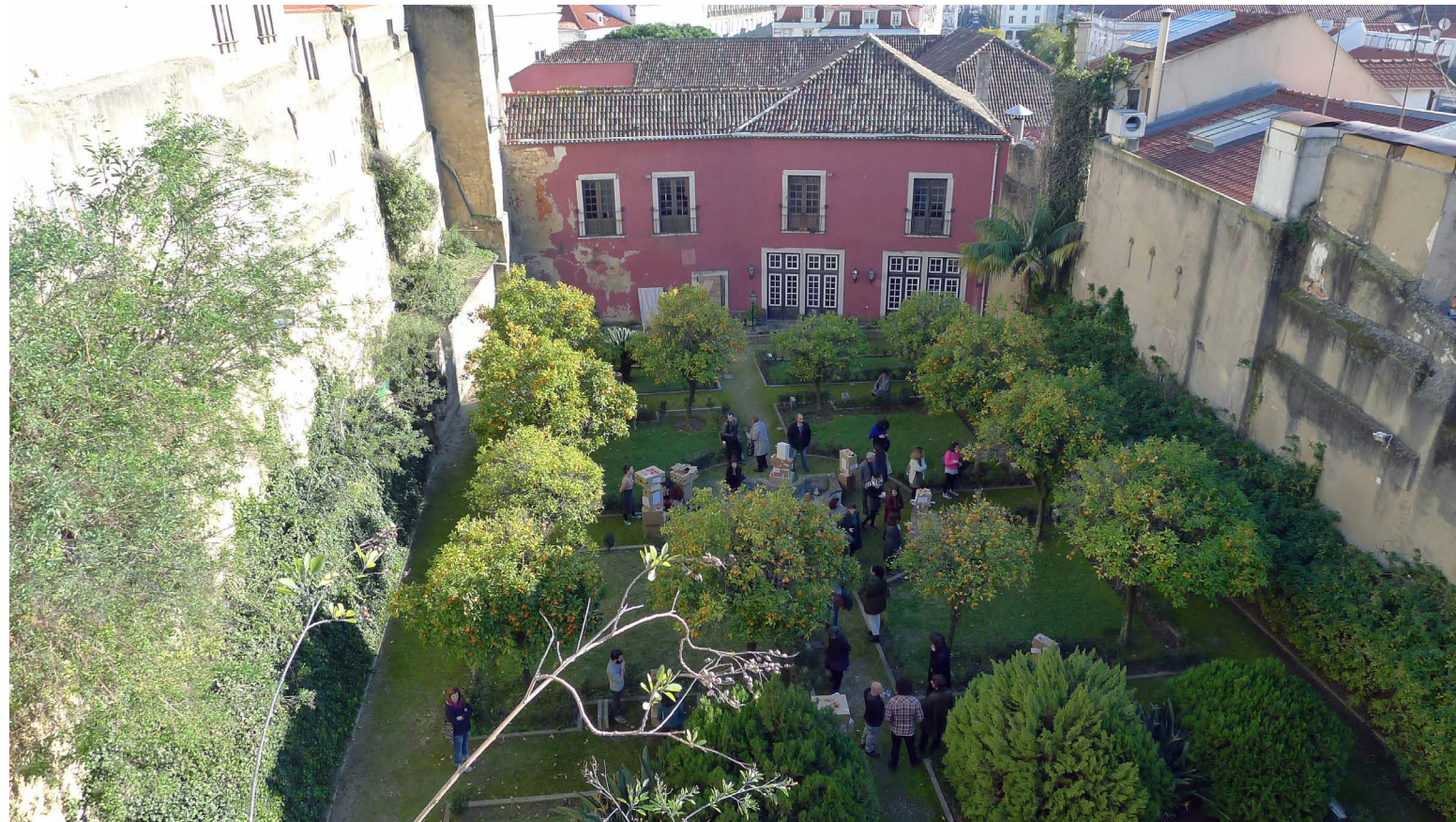
fig.02

LABORATÓRIOS
FÍSICOS URBANOS
Exposição
Final



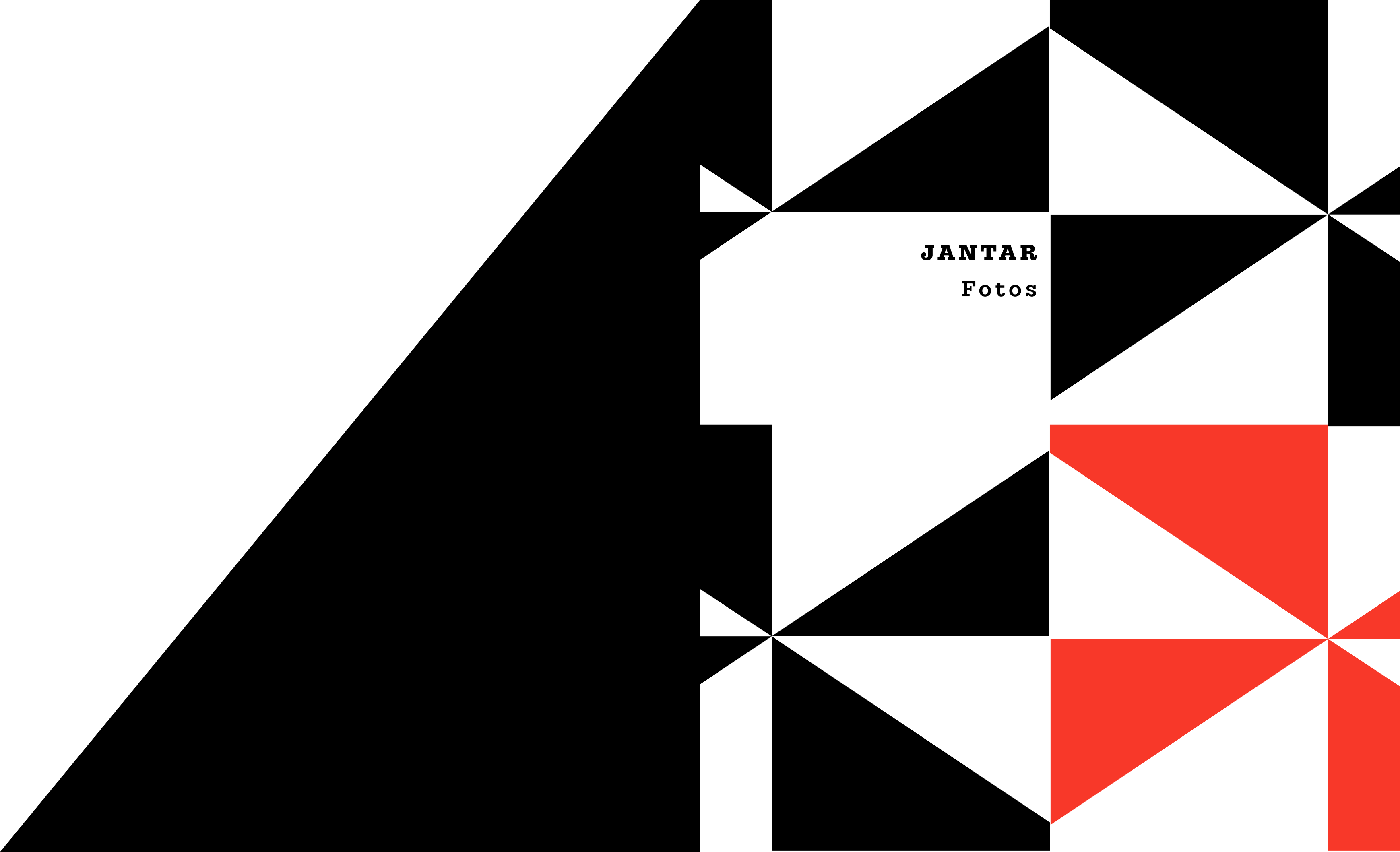












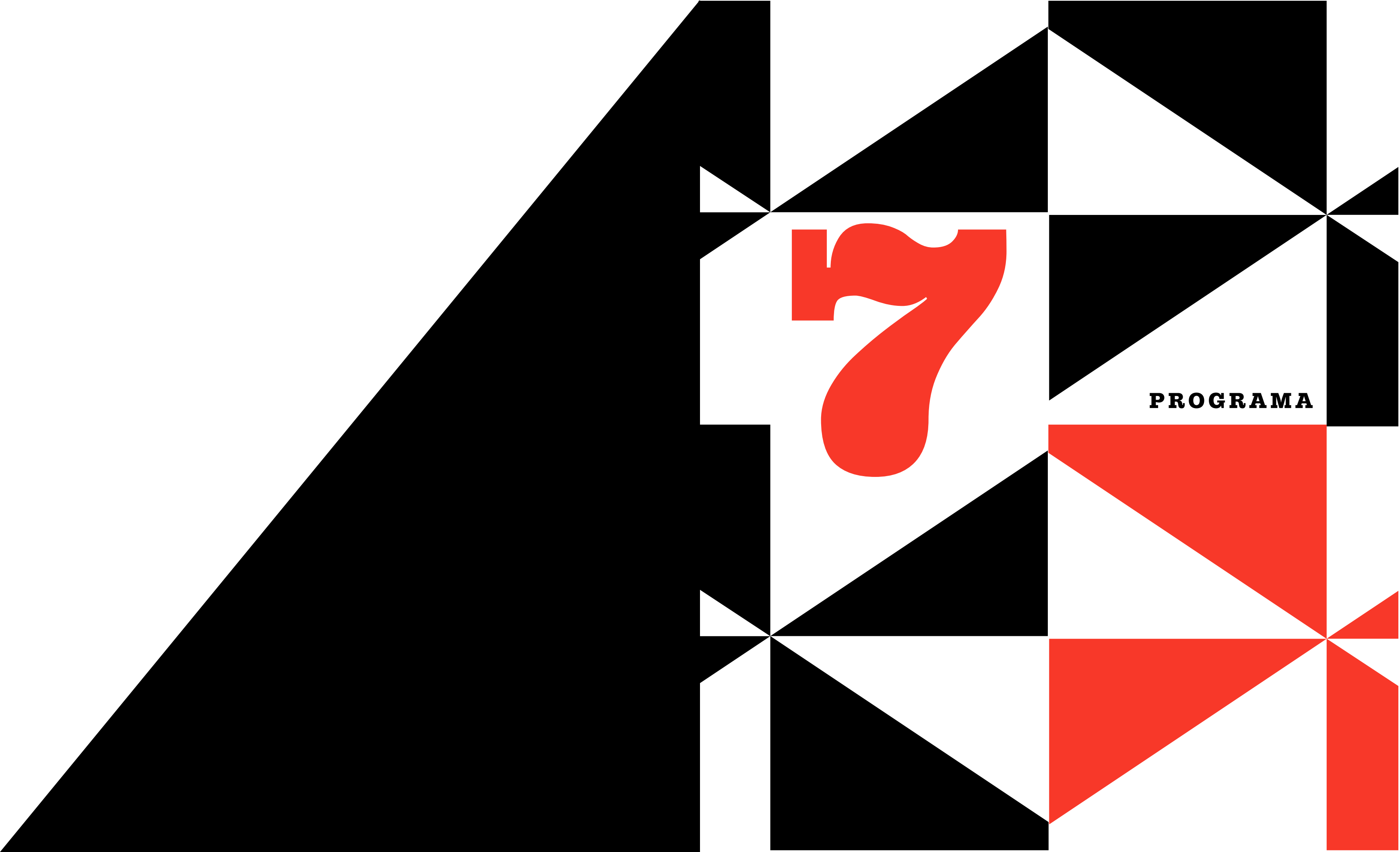
JANTAR
Fotos





1ª WINTER SCHOOL
O LUGAR DA CIDADE
FOTO DE FAMÍLIA



The background is a complex geometric composition. On the left, a large black triangle points towards the center. The right side features a grid of squares, some of which are bisected diagonally. The top-right squares are black and white, while the bottom-right squares are red and white. A large, stylized red number '7' is positioned in the upper-middle section, overlapping the black and white squares.

7

PROGRAMA

PROGRAMA DIÁRIO



SEGUNDA-FEIRA 14 DE JANEIRO

08:30-09:00

Registo e entrega de documentação aos participantes
Nota importante: a sessão da manhã é aberta ao público em geral - todas as restantes sessões são, exclusivamente, para os participantes inscritos na Escola de Inverno

09:00-09:30

Sessão de boas-vindas: Helena Carreiras, Vice-presidente IPPS-IUL, Miguel Coelho, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, Nazim Ahmad, Representante em Portugal da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento, Jorge Barreto Xavier, Coordenador da Escola de Inverno, Alexandra Paio, Coordenadora da Escola de Inverno

09:30-10:30

Património Cultural, Centros Históricos e Abordagens de Desenvolvimento Urbano Contemporâneo, Guilherme d’Oliveira Martins, Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian, Comissário do Ano Europeu do Património Cultural, Portugal

10:30-10:45

Pausa

10:45-11:15

Identidades urbanísticas e desenvolvimento urbano sustentável, Walter Rossa, Cátedra UNESCO em Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa, Universidade de Coimbra

11:15-11:45

Futuros de Lisboa: desafios a novos modelos de governança, João Seixas, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS), Universidade Nova de Lisboa

11:45-12:15

Normatividade e participação em comunidades urbanas históricas e plurais, Jorge Barreto Xavier, Centro de Investigação de Estudos de Sociologia (CIES), ISCTE-IUL

12:15-13:00

Discussão em painel

13:00-14:30

Pausa para almoço

14:30-15:45

Políticas Culturais e Desenvolvimento Local, Jorge Barreto Xavier, CIES, ISCTE-IUL e Nancy Duxbury, CES, Universidade de Coimbra

15:45-16:00

Pausa para café

16:00-17:45

História da Mouraria: da Idade Média ao Presente, José Luís Saldanha, Escola de Tecnologias e Arquitetura, DINAMIA’CET, ISCTE-IUL

17:45-18:45

Imagem e Geografia da Mouraria no quadro de Lisboa, Rosália Guerreiro, Escola de Tecnologias e Arquitetura, CRIA, ISCTE-IUL



TERÇA-FEIRA 15 DE JANEIRO

09:00-09:30

Síntese do primeiro dia

09:30-10:30

Avaliação da eficácia do envolvimento do cidadão nas políticas urbanas, Roberto Falanga, Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa

10:30-10:45

Pausa para café

10:45-12:45

Políticas de coesão social, impactos e avaliação - alguns casos - situação da Mouraria (1), Sérgio Barroso, Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional e Urbano (CEDRU)

13:00-14:30

Pausa para almoço

14:30-15:55

Políticas de coesão social, impactos e avaliação

- alguns casos - situação da Mouraria (2), Sérgio Barroso, CEDRU

15:45-16:00

Pausa para café

16:00-17:45

Mapeamento da atual situação da Mouraria - caracterização e dados, Ricardo Dias e Ricardo Tomaz, Junta de Freguesia de Santa Maria Maior (JFSMM)

17:45-18:45

Painel de discussão



QUARTA-FEIRA

16 DE JANEIRO

09:00-09:30

Síntese do 2º dia

09:30-11:00

Construindo Comunidade através da Cultura, Cameron Rashti, Diretor do Programa de Cidades Históricas, Aga Khan Trust for Culture, (AKTC) e Francesco Siravo, arquiteto e urbanista, AKTC

11:30-11:15

Pausa para café

11:15-12:45

Projetos de conservação e renovação, as dinâmicas de interação comunitária, Aga Khan Historic Cities Program (AKCHP)

13:00-14:30

Pausa para almoço

14:30-16:00

Projetos de conservação e renovação, as dinâmicas de interação comunitária, Aga Khan Historic Cities Program (AKCHP)

16:00-16:15

Pausa para café

16:15-18:00

Projetos de conservação e renovação, as dinâmicas de interação comunitária, Aga Khan Historic Cities Program (AKCHP)



QUINTA-FEIRA

17 DE JANEIRO

09:00-09:30

Síntese do 3º dia

09:30-10:30

A construção da cidade através do desenvolvimento social, António Brito Guterres, Fundação Aga Khan, Portugal

10:30-10:45

Pausa para café

10:45-12:45

City Making Toolkits: utilização de modelos físicos em 3D para recolha de dados, António Brito Guterres e Alexandra Paio, Escola de Tecnologias e Arquitetura, ISTAR-IUL/ DINAMIA'CET, ISCTE-IUL

13:00-14:30

Pausa para almoço

14:30-15:45

Oficinas do Laboratório Cívico Urbano, O que são, como funcionam, Jorge Barreto Xavier, Alexandra Paio e Carlos Serrão, Escola de Tecnologias e Arquitetura, ISTAR-IUL, ISCTE-IUL

15:45-16:00

Pausa para café

16:00-18:00

Oficinas de Laboratório Cívico Urbano, 1ª Sessão

O Lugar nas palavras – Jorge Barreto Xavier, Sofia Neuparth

O Lugar nas imagens – Luís Rocha, Movimento de Expressão Fotográfico

O Lugar no espaço físico – Atelier Artéria - *Humanizing Architecture*, Alexandra Paio e António Brito Guterres



SEXTA-FEIRA
18 DE JANEIRO

09:00-09:30

Síntese do quarto dia

09:30-10:30

Projetos Comunitários - problemas e tomada de decisões na Mouraria (1), Inês Andrade, Associação Renovar a Mouraria (NFP)

10:30-10:45

Pausa para café

10:45-12:45

Projetos Comunitários - problemas e tomada de decisões na Mouraria (2), Edgar Clara, Pároco do Castelo, Santiago, Socorro, São Cristóvão e São Lourenço

13:00-14:30

Pausa para almoço

14:30-15:45

O caso da prostituição na Mouraria – para além do conceito de inclusão, Carla Fernandes e Catarina Alves, Obra Social das Irmãs Oblatas

15:45-16:00

Pausa para café

16:00-17:45

Vir e viver no centro histórico de Lisboa - experiências de migração e cidadania, Rana Taslim Uddin, Centro Islâmico do Bangladesh

17:45-18:30

Painel de discussão

19:30

Jantar Social

22:00

Uma noite na Mouraria



SÁBADO
19 DE JANEIRO

14:30-19:00

Visita à Mouraria



DOMINGO
20 DE JANEIRO

15:00-16:30

Laboratório Cívico Urbano

O Lugar nas palavras – Sofia Neuparth, Jorge Barreto Xavier

O Lugar nas imagens – Luís Rocha, Movimento de Expressão Fotográfica

O Lugar no espaço físico – Atelier Artéria - *Humanizing Architecture*, Alexandra Paio e António Brito Guterres

16:30-16:45

Pausa para café

16:45-18:30

Laboratório Cívico Urbano

O Lugar nas palavras – Sofia Neuparth, Jorge Barreto Xavier

O Lugar nas imagens – Luís Rocha, Movimento de Expressão Fotográfica

O Lugar no espaço físico – Atelier Artéria - *Humanizing Architecture*, Alexandra Paio e António Brito Guterres



SEGUNDA-FEIRA
21 DE JANEIRO

09:00-10:30

Laboratório Cívico Urbano

O Lugar nas palavras – Sofia Neuparth, Jorge Barreto Xavier

O Lugar nas imagens – Luís Rocha, Movimento de Expressão Fotográfica
O Lugar no espaço físico – Atelier Artéria - *Humanizing Architecture*, Alexandra Paio e António Brito Guterres
10:30-10:45
Pausa para café
10:45-12:45
O papel das artes na Mouraria contemporânea, Ana Stevens, IGOT, Universidade de Lisboa
13:00-14:30
Pausa para almoço
14:30-20:00
Consonâncias e dissonâncias na requalificação da Mouraria: Mapeando os sons da transformação urbana (inclui um passeio comentado pelo bairro), Iñigo Sanchez, Instituto de Etnomusicologia, Universidade Nova de Lisboa



TERÇA-FEIRA
22 DE JANEIRO

09:00-10:30
Laboratório Cívico Urbano
O Lugar nas palavras – Sofia Neuparth, Jorge Barreto Xavier
O Lugar nas imagens – Luís Rocha, Tânia Movimento de Expressão Fotográfica
O Lugar no espaço físico – Atelier Artéria - *Humanizing Architecture*, Alexandra Paio e António Brito Guterres
10:30-10:45
Pausa para café
10:45-12:45
Laboratório Cívico Urbano
O Lugar nas palavras – Sofia Neuparth, Jorge Barreto Xavier
O Lugar nas imagens – Luís Rocha, Tânia Araújo, Movimento de Expressão Fotográfica
O Lugar no espaço físico – Atelier Artéria - *Humanizing Architecture*, Alexandra Paio e António Brito Guterres

13:00-14:30
Pausa para almoço

14:30-15:45
Exercício de estúdio
15:45-16:00
Pausa para café
16:00-18:00
Exercício de Estúdio



QUARTA-FEIRA
23 DE JANEIRO

09:00-10:30
Airbnb, buy-to-let investment e gentrificação: oportunidades e desafios, Agustín Cocola-Gant, IGOT, Universidade de Lisboa
10:30-10:45
Pausa para café
10:45-11:30
Gentrificação e Turismo em Lisboa, Luís Gonçalves Mendes, IGOT, Universidade de Lisboa
11:30-12:45
Gentrificação e coesão social, Guya Accornero, CIES, ISCTE-IUL

13:00-14:30
Pausa para almoço
14:30-15:45
Vulnerabilidades e coesão social em Lisboa, Américo Nave e Rita Pereira Marques, Crescer
15:45-16:00
Pausa para café
16:00-17:00
Adições: situação e propostas relativas ao Centro Histórico de Lisboa, João Goulão, Diretor-Geral, SICAD
17:00-18:00
Painel de discussão



QUINTA-FEIRA
24 DE JANEIRO

09:00-10:30

Laboratório Cívico Urbano: apresentações em grupo

10:30-10:45

Pausa para café

10:45-12:45

Laboratório Cívico Urbano: apresentações em grupo

13:00-14:30

Pausa para almoço

14:30-15:45

Laboratório Cívico Urbano: preparação da apresentação pública

15:45-16:00

Pausa para café

16:00-18:00

Laboratório Cívico Urbano: finalização da apresentação pública



SEXTA-FEIRA
25 DE JANEIRO

10:00-12:00

Laboratório Cívico Urbano: finalização da apresentação pública

14:30-17:00

Apresentação pública

17:00-18:00

Encerramento, Miguel Coelho, Jorge Barreto Xavier e Alexandra Paio

Nota: O Programa pode ser sujeito a alterações.



8

CURRICULOS

ORADORES

BIOS

ORADORES



AGUSTIN COCOLA-GANT

Agustín Cocola-Gant fez um doutoramento em Geografia Humana pela Universidade de Cardiff e outro em História da Arte pela Universidade de Barcelona. Desde 2014 e até ao momento, investiga sobre turismo e gentrificação, no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, onde aborda os casos de Barcelona e Lisboa de forma comparativa. É investigador principal do projeto “Smartour: turismo, alojamento local e reabilitação”, financiado pela FCT. O projeto explora a relação entre o turismo, Airbnb e investimento imobiliário nas cidades de Lisboa e no Porto. Em 2013, esteve como investigador na Academia de Espanha em Roma, onde desenvolveu o projeto “La política del pasado en la Roma fascista”. Para além deste tema, explorou também, a relação entre a história do turismo urbano, identidade nacional e património arquitetónico.

ALEXANDRA PAIO

Cocoordenadora da 1ª edição da Escola de Inverno - O Lugar da Cidade, Alexandra Paio é professora, investigadora e arquiteta de formação. Licenciou-se em 1993 pela Universidade Lusíada, em 2002 adquiriu o grau de Mestre em Desenho Urbano pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e fez pela mesma instituição o doutoramento em Arquitetura e Urbanismo, em 2011. Atualmente, é professora auxiliar no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, vice-diretora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição, Coordenadora do Laboratório de Fabricação Digital - Vitruvius Fablab-IUL, Cocoordenadora do CEAAD: Curso de Estudos Avançados em Arquitetura Digital ISCTE-IUL| FAUP, Coordenadora da especialização em Arquitetura Digital do Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos em Arquitetura Digital e Coordenadora do Curso de Especialização em Territórios Colaborativos: Processos, Projeto, Intervenção e Empreendedorismo. É ainda coordenadora regional do projeto internacional OIKOnet e do projeto EMERG.CITIES4ALL. Na área da investigação, integra seis projetos dos quais coordena quatro, entre eles o projeto TEL@FTELa - Technology Enhanced Learning at Future Teacher Education Lab. Tem

diversos artigos publicados em revistas da especialidade, assim como livros. Coordena e orienta trabalhos de investigação na área da arquitetura digital: design computacional, processos e ferramentas digitais de apoio ao projeto criativo, fabricação digital e métodos tradicionais em arquitetura, habitação emergente, espaço público e processos participativos e arquitetura interativa. Participa e coordena workshops e formação contínua com apoio de empresas da indústria portuguesa e Câmaras Municipais nas temáticas da fabricação digital e processos participativos. As suas áreas de enfoque para além da arquitetura são as Humanidades com ênfase em Artes, Engenharia e Tecnologia e Ciências Sociais.

AMÉRICO NAVE

Américo Nave é o atual Diretor Executivo da Associação Crescer. Estudou na Universidade Lusófona. Desde 2000 que iniciou a sua atividade profissional como Psicólogo Clínico em várias instituições, de 2000 a 2008 esteve na Associação Ares do Pinhal, entre 2009 a 2011 esteve na Comunidade Terapêutica a Ponte e desde 2009 na Clínica Genialmente. A Associação Crescer tem como missão apoiar e incluir comunidades ou indivíduos em situações de vulnerabilidade ou exclusão. Fundada em 2001, atua na área da Grande Lisboa e Vale do Tejo, sendo a Mouraria uma das zonas de enfoque. Conta com inúmeros projetos relacionados com toxicodependência, alcoolismo, prostituição e ensino ou abandono escolar, com uma visão humanista e pragmática.

ANA ESTEVENS

Geógrafa e investigadora, Ana Stevens licenciou-se em Geografia e Planeamento Regional em 2001, pela Universidade Nova de Lisboa e obteve o grau de Mestre em Geografia pela Universidade de Lisboa em 2006. É Doutora em Geografia Humana, pelo IGOT

da Universidade de Lisboa, no qual tem investigado sobre a complexidade das relações sociais que se estabelecem na cidade contemporânea, abordando mais especificamente os conceitos de conflito e de práticas e criação artísticas. Desempenha funções de coordenadora do projeto “Ágora - Encontros entre a cidade e as artes: explorando novas urbanidades” e é membro do projeto ExPERTs. É autora do livro “A cidade neoliberal - Conflito e arte em Lisboa e em Barcelona” (2017), editado pelas Edições Outro Modo (Le Monde Diplomatique, ed. portuguesa).

ANTÓNIO BRITO GUTERRES

António Brito Guterres nasceu em 1978. Atualmente, é Coordenador de Projeto da Fundação Aga Kahn desde 2013, faz parte do Editorial Board da Stress.fm, é Colaborador do Dinâmia - CET e Professor no Curso de Especialização em Territórios Colaborativos do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

Em 2003 completou a licenciatura em Serviço Social, no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, com a tese “O Urbanismo, a Multiculturalidade e os Direitos dos Imigrantes”. Nesta abordou as alterações da vida cultural e social de uma comunidade imigrante cabo-verdiana no pós realojamento. Em 2012 fez uma pós-graduação em Estudos Urbanos, no ISCTE e iniciou o doutoramento em Estudos Urbanos na mesma instituição em 2015.

Conta com mais de 50 publicações e 8 projetos.

Na sua experiência profissional entram diversas atividades, entre 1998 e 2000 fez um estágio curricular em Reabilitação Urbana no Gabinete Local da Mouraria. Em 2007 e 2008 foi consultor para o Empreendedorismo Jovem e coordenação para atividades artística e culturais, Fundação Aga Kahn Kcidade. De 2003 a 2009, foi Coordenador do “Projecto Sementes”, ao abrigo do Programa Escolhas, em parceria com a Junta de Freguesia do Beato (entidade promotora), Associação Médicos do Mundo (entidade gestora), GEBALIS e Associação Mediar. O Projeto assentou na promoção de recursos e oportunidades às crianças e jovens residentes nos agregados urbanos de realojamento da antiga Quinta da Curraleira e Casal do Pinto.

Terminado este projeto, iniciou no mesmo ano, a coordenação do Centro de Experimentação Artística do Vale da Amoreira, com especial relevo para a implementação e programação do espaço de experimentação artística, bem como das intervenções artísticas no espaço público, valorizando o encontro entre culturas e entre gerações.

Em 2011 e 2012 ocupou o cargo de Chefe de Projecto da Iniciativa Bairros Críticos do Vale da Amoreira, no Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, ao abrigo do Programa Na-

cional implementado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades. Foi ainda Consultor da Estratégia Cultural de Lisboa no Dinâmia - CET do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

ARTÉRIA - HUMANIZING ARCHITECTURE

Artéria é um atelier de Arquitetura e Reabilitação Urbana independente e multidisciplinar, fundado em 2011 por Ana Jara, Lucinda Correia e Sara Goulart.

Ana Jara é Arquiteta e Cenógrafa e está atualmente a realizar o doutoramento em Estudos Urbanos, no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Lucinda Correia é arquiteta com pós-graduação em Culturas e Discursos Emergentes: da Crítica às Manifestações Artísticas, pela FCSH da Universidade Nova de Lisboa, está atualmente a fazer o doutoramento em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.

A Artéria trabalha a partir de um diagnóstico, utilizando metodologias de investigação-ação para produzir projetos de intervenção urbana que integram as comunidades. Desenvolve projetos de investigação crítica, cruzando a arquitetura com outras áreas artísticas, em colaboração com organizações públicas e privadas, artistas e outros profissionais liberais. Trabalhou extensivamente no território da Mouraria tendo intervenções na Rua do Benfornoso e foi responsável pela reabilitação do espaço da Associação Renovar a Mouraria - a Mouradia. Em 2014 foi um dos ateliers da representação portuguesa na 14ª Bienal de Arquitetura de Veneza, em 2015 foi nomeado para a 5ª edição do Prémio Internacional de Arquitetura da Fundação Iakov Chernikhov e em 2017 foi nomeado para “Melhor Atelier de Arquitetura” pela revista Construir.

CAMERON RASHTI

Cameron Rashti, Director of the AGA KHAN HISTORIC CITIES PROGRAMME, has over 39 years of practice on international projects involving urban planning, new building development, building preservation and their adaptive re-use, and urban- and district-wide architectural and environmental rehabilitation. He served as Vice President of Perkins & Will International for European projects prior to joining the Programme in 1994. He holds degrees from Dartmouth College, Pratt Institute and Columbia University, and is a registered architect in the USA and the UK, and member of the RIBA and ICOMOS.

CARLOS SERRÃO

Nasceu em Lisboa em 1973. Licenciado em Informática e Gestão de Empresas, no ISCTE-IUL, em 1997. Mestre em Gestão de Sistemas de Informação, no ISCTE-IUL, especialização na área de Segurança de Informação, em 2004. Doutoramento em Arquitetura de Computadores e Sistemas Distribuídos, na Universitat Politècnica de Catalunya (Barcelona), em 2008. Desde 2008 que é Professor Auxiliar no ISCTE-IUL, Departamento de Ciências e Tecnologias de Informação, em que leciona diversas unidades curriculares relacionadas com Segurança de Informação, Gestão e Desenvolvimento de Sistemas de Informação Web e Mobile-based, Gestão de Projetos de TIC e Empreendedorismo. Foi igualmente investigador na ADETTI-IUL, nas áreas de “Sistemas e Aplicações Distribuídas e Segurança de Informação”, “Gestão e Proteção de Propriedade Intelectual Digital” e “Desenvolvimento de SI para a Web e Mobile”, tendo estado integrado no grupo NUIGRAM (Natural User Interaction Graphics and Mobility). Desde Janeiro de 2015 que faz parte da ISTAR-IUL, estando integrado no grupo SSE (Software Systems Engineering), onde trabalha nas mesmas áreas de investigação. Investigador associado do DMAG – Distributed Multimedia Applications Group (UPC, Espanha).

Desde 1996, que tem vindo a participar em múltiplos projetos nacionais e internacionais financiados pela FCT, União Europeia, pela Agência Espacial Europeia assim como por entidades privadas. É o autor e coautor de dezenas de artigos e comunicações científicas em conferências internacionais, jornais e revistas assim como relatórios de projeto. É igualmente autor de diversos livros de desenvolvimento de aplicações com a linguagem de programação PHP.

Membro da OWASP (Open Web Applications Security Project) e líder do capítulo português (entre 2007-2018) colaborando na divulgação, organização de eventos e em alguns projetos da organização. Membro fundador da Associação Portuguesa para a Promoção da Segurança de Informação (AP2SI). Empreendedor em startups na área das TIC.

EDGAR CLARA

Edgar Correia Clara nasceu em 1975 e foi ordenado padre no ano 2000. É Pároco em Lisboa das Freguesias do Castelo, Santiago, Socorro e São Cristovão e São Lourenço. Na Mouraria, o Padre Edgar Clara participa ativamente na vida da comunidade. Em 2014 concorreu ao Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa para criar “A Arte por São Cristovão” o que permitiu recuperar o esplendor original da Igreja de São Cristovão.

FRANCESCO SIRAVO

Francesco Siravo is an Architect specialized in Historical Preservation and Urban Planning. Since 1991, he works at the Geneva-based Historic Cities Programme within the Aga Khan Trust for Culture, with projects in Zanzibar, Cairo, Samarkand and Mostar. Prior to this position, he had done projects for Rome and Urbino, in Italy, and the old city of Lamu, in Kenya. He also did consulting for UNESCO and ICCROM. The architect is the author of several books and articles about conservation in architecture and urban planning.

GUILHERME D’OLIVEIRA MARTINS

Guilherme d’Oliveira Martins nasceu em Lisboa em 1952. É Administrador Executivo da Fundação Calouste Gulbenkian e Coordenador do Ano Europeu do Património Cultural. Preside ao Conselho Fiscal da Caixa Geral de Depósitos e ao Grande Conselho/ Conselho das Artes do Centro Nacional de Cultura, do que foi Presidente de 2002 a 2016. É Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa, Membro efetivo da Academia de Marinha, Académico de Mérito da Academia Portuguesa da História, professor catedrático convidado da Universidade Lusíada de Lisboa e do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa.

Entre 1985 e 1995, foi presidente da SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social e Presidente do Steering Committee do Conselho da Europa, coordenando a elaboração da Convenção de Faro sobre o Valor do Património na Sociedade Contemporânea.

De 1988 a 1994 foi vice-presidente da Comissão Nacional da UNESCO. Foi Deputado à Assembleia da República em sete legislaturas, nas décadas de 80 e 90. Entre 1995 e 2002, foi Secretário de Estado da Administração Educativa, Ministro da Presidência, Ministro das Finanças e Ministro da Educação. Foi Presidente do Tribunal de Contas entre 2005 e 2015, Auditor Geral da Assembleia da União Europeia Ocidental entre 2008 e 2011, do Conselho de Prevenção da Corrupção a partir de 2008, da EUROSAI - Organização das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas da Europa de 2011 a 2014, e do Comité de Contacto dos Presidentes das Instituições Superiores de Controlo da União Europeia.

GUYA ACCORNERO

Guya Accornero is a Research Fellow in Political Science at the Centre for Research and Studies in Sociology, Lisbon University Institute (IUL), Invited Professor of at the same university, and Principal Investigator of the Project ‘HOPES: HOusing PErspectives and Struggles. Futures of housing movements, policies and dynamics in Lisbon and beyond (2018-2021, funded by the FCT, PTDC/GESURB/28826/2017, https://www.academia.edu/37361206/Fact_sheet_FCT_project_HOPES_HOusing_PErspectives_and_Struggles_Futures_of_housing_movements_policies_and_dynamics_in_Lisbon_and_beyond). Guya is currently co-chair of the Council of European Studies Research Network in Social Movements, and she was a Visiting Researcher at the Centre for Advanced Studies in Social Sciences of the Juan March Foundation (Madrid) and at the CUNY-Graduate Center (NYC), and Invited Researcher at the Lausanne University Research Centre on Political Action. Her area of research and teaching is Social Movements, with specific focus on topics such as: processes of radicalization, policing protest, anti-austerity protests, digital activism and anti-gentrification and housing movements. She has published articles in journals including Social Movement Studies, Journal of Contemporary Religion, West European Politics, Estudos Ibero-Americanos, Democratization, Cultures & Conflicts, Análise Social, Storia e Problemi Contemporanei, Historein. She is author of The Revolution before the Revolution (2016, Berghahn) and co-editor of Social Movements Studies in Europe: The State of the Art (2017, Berghahn).

INÊS ANDRADE

Maria Inês Andrade foi morar para a Mouraria em 1999, bairro por quem se apaixonou desde que veio morar em Lisboa para cursar Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, em 1990. Trabalhou nas áreas da educação e formação, tendo desenvolvido projetos de formação em escolas públicas nas temáticas da Comunicação, da Educação Intercultural e da Filosofia Para Crianças. No âmbito do mestrado em Estética e Filosofia da Arte, realizou uma investigação através do Centro de Estudos do Imaginário, da Universidade Federal de Pernambuco, versando as categorias do imaginário na obra do escritor brasileiro Monteiro Lobato. Neste trabalho de terreno, o contacto com riquíssimas e diferenciadas culturas, com as flagrantes assimetrias e com o centro histórico da cidade de Olinda - Património Histórico da Humanidade - de traçado urbano colonial, rapidamente se transformou numa fonte de inspiração para aquilo que viria a ser o sonho de voltar a Portugal e

dar início ao movimento Renovar a Mouraria.

Em 2008 fundou a Associação Renovar a Mouraria, da qual é Presidente da Direção. Esta ONGD desenvolve a sua atividade nas áreas do desenvolvimento local, da dinamização cultural e artística e da prestação de serviços à comunidade, como o apoio jurídico, o ensino do português às comunidades migrantes e o apoio ao estudo a crianças e jovens locais. Das dezenas de projetos levados a cabo pela organização, destaca-se ainda o Jornal Comunitário Rosa Maria e a Orquestra Batucaria. Mais recentemente, o campo de ação alargou-se para a educação para o desenvolvimento e a intervenção ambiental, com o arranque do projeto Mouraria Composta.

IÑIGO SÁNCHEZ

Iñigo Sánchez Fuarros é doutor em Antropologia pela Universidad de Barcelona. Na atualidade, trabalha como investigador auxiliar no Instituto de Etnomusicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e, desde 2012, como professor auxiliar convidado no Departamento de Ciências Musicais dessa mesma faculdade. Entre 2003 e 2007 foi bolseiro de doutoramento nos Departamentos de Musicologia e de Arqueologia e Antropologia na Institució Milà i Fontanals (CSIC). Posteriormente foi bolseiro de pós-doutoramento FCT na FCSH/NOVA (2011-2016) e investigador contratado na Queen’s University Belfast (2017). Atualmente é investigador principal do projeto “Sounding Lisbon as Tourist City: Sounding Lisbon as Tourist City: Sound, Tourism and the Sustainability of Urban Ambiances in the Post-industrial City (PTDC/ART-PER/32417/2017) que visa estudar o impacto da turistificação nos ambientes sonoros de Lisboa.

As suas linhas de investigação abarcam temas como o estudo da música em contextos migratórios, a relação entre música e cidade, assim como as problemáticas relacionadas com a antropologia sonora e dos sentidos. Desde 2011 acompanha e estuda o processo de requalificação urbana do bairro da Mouraria. É autor do livro Cubaneando en Barcelona. Música, migración y experiencia urbana (CSIC, 2012) e o seu trabalho tem aparecido em diversas revistas especializadas (TRANS-Revista Transcultural de Música, Western Folklore, Revista d’Etnologia de Catalunya, MUSICultures, Ankulegi, etc.) e em outro tipo de publicações, entre as que destacam os volumes coletivos Fiesta y ciudad: pluriculturalidad e integración (CSIC, 2008), Made in Spain. Studies in Popular Music (Routledge, 2013), Musical Performance and the Changing City (Routledge, 2013) ou Towards and Anthropology of Ambient Sound (Routledge, 2017), entre outras. www.inigosanchez.com e www.soundsoftourism.pt

JOÃO GOULÃO

João Castel-Branco Goulão, nasceu em 1954, médico de formação, é atualmente o Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool e Diretor Geral do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências. Trabalha desde 1987, como médico de Clínica Geral, dedicado às Drogas. Integrou também a Comissão que, em 1999, preparou o relatório sobre qual se elaborou a primeira Estratégia Portuguesa de Luta contra a Droga e proposta de Descriminalização. Para além da sua longa experiência na Organização das Nações Unidas e vinte anos de experiência em matéria de política de drogas no contexto internacional, foi entre 2010 e 2015, Presidente do Conselho de Administração do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

JOÃO SEIXAS

João Seixas (1966) é investigador e professor nas áreas da Geografia Humana, do Planeamento Estratégico Territorial e dos Estudos Urbanos, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Licenciado em Economia (Universidade Católica Portuguesa, 1989), mestre em Estudos em Planeamento Regional e Urbano (London School of Economics and Political Science, 1997) e em Geografia Humana (Universitat Autònoma de Barcelona, 2002). Doutorado em Geografia Urbana (Universitat Autònoma de Barcelona, 2007) e em Sociologia do Território e do Ambiente (ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2007). Foi comissário da Carta Estratégica de Lisboa, coordenador dos projetos “Qualidade de Vida e Governança da Cidade de Lisboa”, “A Governança Metropolitana na Europa: Estado-da-arte e Tendências”, “Urban Governance in the South of Europe”. É professor convidado em diversas universidades (Universidade de Lisboa, Universidade Autònoma de Barcelona, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Palermo, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa). Foi consultor principal do programa URBACT / EC DG Regio and Urban, para as áreas de “Urban Governance and Planning”. Foi coordenador do Grupo de Trabalho para o Acompanhamento e Monitorização da Reforma Político-Administrativa da cidade de Lisboa. Tem diversas publicações nacionais e internacionais, sendo os seus livros mais recentes: Projecções de Lisboa (coord.) (2018); Em Todas as Ruas (2015); Governança de Proximidade (2014); A Cidade na Encruzilhada (2013); Urban Governance in Southern Europe (coord.) (2012).

JORGE BARRETO XAVIER

Nasceu em Goa em 1965. É professor convidado do ISCTE-IUL e é co-coordenador da Escola de Inverno “O Lugar da Cidade”. Foi Secretário de Estado da Cultura, na dependência do Primeiro-Ministro, no XIX Governo Constitucional (2012-2015); Diretor-Geral das Artes do Ministério da Cultura (2008-2010); Vereador da Cultura, Juventude e Defesa do Consumidor da Câmara Municipal de Oeiras (2003-2005); Administrador não executivo do Instituto Português da Juventude (1999-2002); membro do Conselho Nacional de Educação (1997-2000); Presidente do Clube Português de Artes e Ideias (1987-2002); Diretor e Programador do Lugar Comum, Centro de Experimentação Artística (1998-2002); Diretor da Bienal de Jovens Criadores da Europa e do Mediterrâneo (1992-1995); Diretor da Bienal de Jovens Criadores dos Países Lusófonos (1996-2002); consultor da Fundação Calouste Gulbenkian (2006-2208), Centro Cultural de Belém (1995-2000), Fundação de Serralves (2007-2008), Casa Pia de Lisboa (2007-2008), Programa Escolhas/ACIDI (2011-2012), Agência Europeia para a Educação, Cultura e Audiovisual (2011-2012), Intelligence on Culture (2010), Copenhaga, Capital Europeia da Cultura (1994-1995); Reitoria da Universidade de Lisboa (1990-1994), Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa (1995-1999); foi, de 1988 a 2011, membro de diversas redes internacionais, nomeadamente, membro da direção da MARE, rede de centros culturais da Europa do Sul e do Mediterrâneo; do Council do Informal European Theatre Meeting; do European Forum for Arts and Heritage; da European League of Institutes of Art; foi, entre 1982 e 2012, autor e apresentador de programas na rádio, televisão e jornais; tem diversos livros e artigos publicados, entre os quais “A cultura na vida de todos os dias”, Porto Editora, 2016; “O Lugar da Cultura” (coordenador), Governo de Portugal, 2015; Coleção “Cultura 2020” (coordenador geral), GEPAC, 2013-2014; “Um discurso sobre as ciências sociais”, Academia Portuguesa de História, 2013; “Arte e Delinquência” (coordenador), Fundação Calouste Gulbenkian, 2011; Carta da Cultura do Município de Oeiras (coordenador), 2005; “Lisboa, contemporaneidade e futuro” (coordenador, em conjunto com Carlos Medeiros), Centro de Estudos dos Povos e Culturas da Universidade Católica Portuguesa, 1998.

JOSÉ LUÍS SALDANHA

Licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa em 1989, José Luís Saldanha iniciou, em junho do mesmo ano, o curso “Patologia, Reabilitação e Manutenção de Estruturas e Edifícios” pela Associação para o Desenvolvi-

mento do Instituto Superior Técnico.

Estagiou em 1990 na Construtora Wysling Gomes Ltda., em São Paulo, associada em Portugal de Assumpção, Montefort e Wysling Lda.

Obteve o grau de Doutor, Cum Laude, em 2003, pela Escola Técnica Superior de Arquitetura da Universidade de Sevilha, na qualidade de bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, com a tese “Arquitectura Habitacional Dispersa no Olival do Alentejo Interior. «Montes» com Lagar na Província Trastagana”.

É professor auxiliar no ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa desde 1996, onde ocupou o lugar de Presidente do Conselho Pedagógico em 2013 e 2014 e é, desde 2016 Diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

Em 2017, recebeu o 3º lugar do Prémio Pedagógico do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, pela docência da unidade curricular “Cultura Arquitetónica”.

É membro suplente do Conselho Regional de Disciplina da Secção Regional Sul da Ordem dos Arquitetos para o triénio 2016-2019.

Desde 1990, tem obras construídas em Portugal continental e Região Autónoma da Madeira.

LUÍS GONÇALVES MENDES

Geógrafo, Assistente Convidado no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa (2012/...) e na Escola Superior de Educação de Lisboa (2010/...) e foi assistente convidado na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (2005/2006). Desde 2003, exerce funções de Investigador Permanente no Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa (CEG/UL), onde tem desenvolvido investigação nos domínios dos Estudos Urbanos (nomeadamente na gentrificação e regeneração urbana) e da Didática da Geografia. É autor de mais de uma centena e meia de diversos artigos, capítulos de livros, pareceres, comunicações, relatórios científicos e outras publicações na área dos temas de investigação acima citados. Desenvolveu também nos últimos dois anos trabalho como ativista no movimento Morar em Lisboa.

LUÍS ROCHA

Luís Rocha é o atual responsável do Movimento de Expressão Fotográfica, onde é Diretor Artístico e Presidente da Direção.

Licenciado em Antropologia pelo Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade

Nova de Lisboa, frequentou ainda o curso de fotografia do IADE, recebeu o diploma pela APAF com o curso de Fotografia Profissional, pelo Instituto Politécnico de Tomar com o Curso de Conservação e Restauro de Fotografia e pelo ARCO com o Curso de História da Fotografia.

No seu percurso profissional, fez um trabalho documental, em 2006, na Ilha de São Tomé para a Alliance Française e Nações Unidas. Em 2008 foi Técnico de Projeto de Fotografia no Projeto “Tecer a Cidade - Programa de Reinserção Social, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e Ministério da Justiça. No ano seguinte e até 2011 foi Diretor Artístico dos projetos “Intervir” e “Integrar Pela Arte” desenvolvidos pelo Movimento de Expressão Fotográfica, apoiados pelo Ministério da Cultura e Direção Geral das Artes. Em 2010, fez uma residência artística no Hotel25, em Berlim e em 2011 uma segunda residência artística pela Scola de Poetica Fotografica “Francisc Mraz”, em Bucareste.

Esteve como Diretor Artístico em 2013, no projeto “Integrar pela Arte - Este Espaço Que Habito” com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura e a Direção Geral das Artes. Desde 2016, é o diretor artístico do projeto “Integrar pela Arte - Imagine Conceptuale” promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian.

MÓNICA GOMES BARATA

Possui uma Licenciatura em Psicologia, no ramo da Psicologia Criminal e do Comportamento Desviante, Pós-Graduação em Psicologia Criminal, da Justiça e da Exclusão da Universidade Lusófona.

Orientadora externa de estágios académicos da Universidade Lusófona, do ISPA e da Escola Psico-Social de Lisboa;

Desenvolveu projetos, na Mouraria, na área da Toxicodependência e da sexualidade, coordenando o projeto “Programa Intervir” – Programa Municipal de Prevenção das Toxicodependências na Cidade de Lisboa;

Coordenadora do Programa “Envelhecimento Saudável”, e das ações Praia Campo, Infância e Sénior;

Chefe de Divisão da Intervenção na Comunidade da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, tendo na sua alçada a responsabilidade social sobre os idosos, jovens e crianças da freguesia.

NANCY DUXBURY

Nancy Duxbury studied management at Saint Mary’s University, until 1989. She did a Master’s in Publishing in 1993 and a PhD in Communication, in 2001, both from Simon Fraser University, Canada.

Her primary focus of investigation is culture in local development, with attention to municipal participation concerning cultural development, cultural infrastructures and indicators, cultural sustainability, cultural policies, and creative tourism.

From 1995 until 2001, she was Assistant Editor of the Canadian Journal of Communication and she was Cultural Planning Analyst in the City of Vancouver, until 2005. Between 2002 and 2007, she was Director of Research of the Creative City Network of Canada, Executive Director of the Centre of Expertise on Culture and Communities at Simon Fraser University, and an advisor to the Canadian Cultural Observatory.

Since 2009, she is a researcher integrated within the Núcleo de Estudos sobre Cidades, Culturas e Arquitetura do CES da Universidade de Coimbra. She is also an Adjunct Professor of the Faculty of Communication at Simon Fraser University, in Vancouver and at the Faculty of Urban and Regional Planning at the University of Waterloo. She is the principal Investigator of the Portuguese project about creative tourism, “CREATOUR: Desenvolver Destinos de Turismo Criativo em Cidades de Pequena Dimensão e Áreas Rurais”.

OBRA SOCIAL DAS IRMÃS OBLATAS

As Irmãs Oblatas são uma congregação espanhola cuja missão, desde 1864, é a de ajudar mulheres que se prostituem. Em 1987, aquando de uma carta pastoral escrita pelo Bispo de Lisboa, D. António Ribeiro, alertando para a importância de apoiar estas mulheres, a qual não obteve resposta por nenhuma congregação em Portugal, as Irmãs Oblatas vieram de Espanha. Actualmente, é a Irmã Pura Gonzalez a directora da Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, a qual tem como principal objectivo favorecer o desenvolvimento integrado e a autonomia das mulheres que exercem prostituição e/ou são vítimas de tráfico de seres humanos, contribuindo para a sua realização pessoal, integração social e laboral, assim como trabalhar para a sensibilização e transformação social, denunciando situações de injustiça que afectam as mulheres. Ao longo dos 31 anos de intervenção na zona de Lisboa, tem-se estabelecido uma relação privilegiada de proximidade e confiança com a população alvo que permite responder às necessidades específicas da mesma, assim como, acompanhar todo o processo de integração das Mulheres.

A Carla Fernandes, é a atual diretora técnica da Obra Social das Irmãs Oblatas. Previamente, teve experiência em coordenação de Projetos dos Médicos do Mundo. Catarina Alves é assistente social licenciada pela Universidade Católica Portuguesa, em 2013. Atualmente, é Assistente Social na Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor.

RANA TASLIM UDDIN

Rana Taslim Uddin nasceu no Bangladesh mas vive em Portugal há mais de 27 anos, onde é um elemento de referência para a comunidade do Bangladesh.

Formado em Ciências Políticas pela Universidade de Dhaka, no Bangladesh em 1989, é também tradutor e intérprete do Ministério da Justiça português, desde 1995. Em 1999, fundou a União Cultural do Bangladesh e, no ano seguinte, o Centro Islâmico do Bangladesh Mesquita Baitul Mukarram, do qual é Presidente e trabalha para servir a comunidade.

Em 2012 tornou-se Vice-Presidente e membro fundador da AEBA - All European Bangladesh Association, uma organização do Bangladesh com a toda Europa onde vivem os Bangladesianos.

É conselheiro na Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e participa de forma ativa na vida cívica e política da comunidade, desde 2013. Em 2015 fundou ainda a PBFA - Portugal Bangladesh Friendship Association.

É o mediador intercultural do Bengalisboa Community Health Project, no qual dá apoio à adaptação cultural e tradução de documentos, fazendo também o papel de intérprete nos encontros com a comunidade.

RICARDO DIAS

Possui uma licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais. Foi vencedor do Prémio Literário Branquinho da Fonseca promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com o Expresso, com a obra “O primeiro país da manhã” em 2014;

Foi vencedor do Prémio Jovens Criadores 2015, na vertente de literatura, promovido pelo Governo de Portugal e pelo Clube Português de Artes e Ideias;

Um dos vencedores do prémio da 8ª edição do concurso literário “Lisboa à Letra”, promovido pela Câmara Municipal de Lisboa;

Vencedor do prémio da melhor letra no concurso das marchas populares de Lisboa em 2014, 2016 e 2018;
Publicou as obras “O Primeiro País da Manhã” e “Viagens à Capital”;
Membro do Clube de Leitura da Casa da Imprensa Nacional;
Na área do Associativismo é Secretário Geral do Centro Cultural Magalhães Lima;
Atualmente é Vogal do executivo da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior com os pelouros da Cultura, Educação, Desporto, Associativismo e Juventude e ainda
Membro do Conselho Geral do agrupamento de escolas Gil Vicente (que abrange a área da Mouraria).

RICARDO TOMAZ

Concluiu a licenciatura em Sociologia Aplicada no ano de 2002 na Universidade Moderna. Tendo a parte de análise e Investigação como base da sua formação académica, possui uma vasta experiência de Coordenação em projetos de carácter Social, Empregabilidade, Formação Profissional, Empreendedorismo, Estratégia, Consultoria e Liderança & Inovação.
Frequentou na Universidade dos Açores, o Curso de Criminalidade e Formas Sociais de Controle (2006)
Foi orador, no III Encontro de Organizações Sociais das Comunidades nos EUA (2005)
Coordenou o Centro de Apoio ao Cidadão Repatriado e o Centro de Acolhimento e Atendimento Psicossocial com o Governo Açoriano e a Direção Geral das Comunidades, em cooperação com o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo Canadiano.
Exerceu funções na PROACT – Unidade de Investigação ao Apoio Técnico e Desenvolvimento Local, Valorização do Ambiente e Luta contra a Pobreza, coordenando o Gabinete de Inserção Profissional e o Núcleo de Apoio ao Emprego e Empresas.
E na SEACOOOP – Agência de Empreendedores Sociais como sociólogo onde coordenou o projeto Mouraria mais emprego.
Desde 2015 integra a equipa do Gabinete de Empreendedorismo Social da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, sendo responsável pela área da empregabilidade e formação profissional.

RITA PEREIRA MARQUES

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa,

Rita Pereira Marques é Psicóloga Clínica com a especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde e Psicologia Comunitária pela Ordem dos Psicólogos Portugueses
Após a licenciatura, fez mestrado em Psicologia Clínica pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, em 2013.
Artista Plástica com o 1º ano do Curso Avançado de Artes Plásticas da escola de arte independente AR.CO.
Entre 1998 e 1999, fez um estágio em Toulouse, França, na Association Dédale – Atelier d’Expression no qual fez dinamização de ateliers com grupos de crianças, adolescentes e adultos.
Exerce clínica, desde 2001, em contexto privado e institucional. Entre 2004 e 2005, trabalhou na Clínica Psiquiátrica de São José. Integrou, entre 2006 e 2013, a equipa clínica do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus e exerce atualmente, ao nível institucional na CRESCER – Associação de Intervenção Comunitária tendo coordenado o Projeto É UMA CASA, Lisboa Housing First direcionado para as pessoas em situação crónica de sem-abrigo.
De 2003 a 2010 foi formadora na Clínica Contemporânea e foi docente, entre 2009 e 2011, na unidade curricular de Desenvolvimento Pessoal na Escola Superior de Enfermagem.
Em 2016 iniciou formação na Associação Portuguesa de Psicanalise e Psicoterapia Psicanalítica.
Atualmente, para além de psicóloga clínica na CRESCER exerce clínica em consultório privado.

ROBERTO FALANGA

Roberto Falanga formou-se em Psicologia pela Universidade La Sapienza em Roma e obteve o grau de Mestre em Psicologia Dinâmica e Clínica na mesma Universidade. Em 2013, doutorou-se em Sociologia com Louvor e Distinção, pela Universidade de Coimbra com a tese “Developing Change. A Psychosociological action research with Civil Servants engaged in Participatory Processes”.
No seu Pós-doutoramento, entre 2014 e 2015, investigou no âmbito do Projeto Internacional MOPACT “Mobilising the Potential of Active Ageing in Europe”, financiado pelo Sétimo Programa Quadro da União Europeia. Nos mesmos anos, foi convidado para a equipa docente do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade Católica de Viseu como responsável da Unidade Curricular de Ciências Sociais.
Desde 2014 colabora com a equipa consultora do programa “BipZip - Bairros de Intervenção Prioritária Zonas de Intervenção Prioritária” da Câmara Municipal de Lisboa. Entre

2015 e 2016 integrou a equipa externa de Avaliação do Projeto Nacional “Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal”, financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian com o apoio do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu. Em 2016 colaborou com a equipa de investigação CIS do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, no âmbito do Projeto “Memotrade”, financiado pelo Programa Circledmed e foi coorganizador do Workshop Doutoral ICS da Universidade de Lisboa “Territórios à Margem: Problemática e Intervenção” e em Junho do mesmo ano foi coorganizador da Escola de Verão ICS da Universidade de Lisboa “Sociedade Civil e Território: Mobilização e Intervenção”. É atualmente Investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa com o Projeto “Beyond Big Narratives: An Inquiry into Changing Socioeconomic Paradigms and the Role of Participatory Mechanisms in Urban Contexts”, membro da equipa de investigação do Projeto “ExPERTs: Making sense of planning expertise: housing policy and the role of experts in the Programa Especial de Realojamento” e membro da equipa de Investigação do Projeto “Novas modalidades de participação política: protestos e participação institucional no Brasil e em Portugal em perspetiva.”

ROSÁLIA GUERREIRO

Maria Rosália Guerreiro é Urbanista e Professora. Realizou a sua licenciatura em 1994, em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro. Após a licenciatura, fez um estágio na área do urbanismo, na empresa Camilo Cortesão Associados. Em 2002 obteve o grau de Mestre em Desenho Urbano, pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e o doutoramento, pela mesma instituição, em Arquitetura e Urbanismo - Especialidade em Desenho Urbano, em 2011. Atualmente, é Investigadora Associada na área de Desigualdades, Migrações e Territórios, no CIES - Instituto Universitário de Lisboa, Investigadora Integrada no CRIA - Instituto Universitário de Lisboa no Grupo de Ambiente, Sustentabilidade e Etnografia e Professora Auxiliar no Departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Tem várias publicações em revistas científicas e capítulos de livros.

SÉRGIO BARROSO

Sérgio Barroso é Geógrafo e Urbanista. Ocupa desde 2001 o cargo de Diretor do CEDRU - Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, onde iniciou atividade como consultor, em 1996.

Mestre em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade Técnica de Lisboa, em 2000, é especialista nas áreas do ordenamento do território e adaptação às alterações climáticas, planeamento urbano e estratégico e avaliação de programas e políticas públicas. No âmbito do ordenamento do território tem desenvolvido intensa atividade relacionada com o ordenamento da orla costeira, coordenando os programas de ordenamento dos troços costeiros entre Ovar e a Marinha Grande e de Alcobaça ao Cabo Espichel, e de lagoas e albufeiras de águas públicas, coordenando planos de ordenamento de bacias hidrográficas de lagoas na Ilha do Pico e na Ilha de São Miguel e da albufeira de águas públicas de Castelo de Bode. No quadro da adaptação às alterações climáticas, coordenou diversos planos de escala intermunicipal, nomeadamente da Área Metropolitana de Lisboa, do Alentejo Central e de Viseu Dão Lafões, e de escala local, como nos casos de Leiria, Ílhavo e Loulé. Coordenou ainda a criação da Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, no âmbito do Projeto ClimAdaPT.Local. Na vertente das políticas urbanas coordenou as componentes do sistema urbano, habitação e equipamentos da revisão do PROT AML, a Estratégia Municipal de Reabilitação Urbana da Amadora e os programas de regeneração urbana da Guarda, Castelo Branco, Borba e Tomar, tendo colaborado no Plan Directeur d’Aménagement et d’Urbanisme de la Wilaya d’Alger. Foi ainda o coordenador nacional do estudo “Desenvolvimento Urbano Sustentável em Portugal: uma Abordagem Integrada”, promovido pela Comissão Europeia. Desde 2000 que tem desenvolvido intensa atividade a avaliação de programas e iniciativas comunitárias, tendo coordenado as avaliações ex-ante e intercalares de programas operacionais regionais (Norte, Centro e Açores), de programas temáticos, como o Programa Operacional para a Valorização do Território e o Programa Operacional da Inclusão Social e Emprego, ou de programas de cooperação territorial. Foi responsável pelo estudo “Avaliação do Contributo do QREN para a Inclusão Social de Indivíduos Residentes em Territórios Urbanos Problemáticos”, reconhecido pela Comissão Europeia como uma das melhores práticas de avaliação da política de coesão no período 2007-2013.

SOFIA NEUPARTH

Sofia Neuparth tem um percurso singular no seio da Arte Contemporânea em Portugal. No final dos anos 80 deu forma a um espaço de investigação artística que sustenta as práticas nos estudos do Corpo, do Movimento e do Comum: o c.e.m-centro em movimento(<http://c-e-m.org/>) É o entendimento que tem do Corpo como acontecimento

em relação que determina todo a sua acção, quer a nível do trabalho de formação que desenvolve desde o início de 80, à programação da estrutura profissional que co-criou e dirige onde pode destacar os programas intensivos de investigação artística que integram profissionais e estudantes internacionalmente ou o Festival anual Pedras- práticas com pessoas e lugares na cidade de Lisboa, quer no que diz respeito à intervenção política que realiza ou às criações que apresenta. O seu percurso tem sido acompanhado por artistas e teóricos como Margarida Agostinho, Maria Filomena Molder, Peter Michael Dietz, Steve Paxton, Bragança de Miranda, Peter Pal Pelbart, Christine Greiner ou Helena Katz que muito têm contribuído para a divulgação e inscrição dessa singularidade e da sua pertinência na contemporaneidade. Tem participado em várias conversas e conferências mantendo acesa a reflexão continuada a que se dedica exercitando como viver juntos e como a Arte se tece enquanto forma de Conhecimento. Abrindo a experiência da dança ao encontro com outras formas de conhecimento como a embriologia, a filosofia, a geografia crítica ou a antropologia emergiram criações como “mmm-um poema físico” (2005), “práticas para ver o invisível e guardar segredo”(2010), “ 1 ou 2 contentamentos comidos”(2011), “pátio-ajuntamento performativo do cem” (performance anual com circulação internacional desde 2012) ou “Sopro” solo estreado em julho de 2017 com a presença atmosférica de Margarida Agostinho e música de Bruno de Azevedo. Tem colaborado em diversas publicações como todas as publicações do Pedras desde 2012 (escritos com pessoas e lugares) ou, por exemplo, “Arte Agora”-2011, co-organizado com Christine Greiner, “Cidade Desassossegada”- 2015, co-organizado com o Monde Diplomatique e Ana Esteves ou Criar Corpo-Criar Cidade co-organizado com Ana Esteves (<https://agoraprojecto.wordpress.com/criar-corpo-criar-cidade/>). Para além disso e exercitando escritas em estado de dança, escreveu em 2010 “práticas para ver o invisível e guardar segredo” e em 2014 “movimento”.

TÂNIA ARAÚJO

Licenciada em Audiovisual e Multimédia na Escola Superior Comunicação Social. Tem o curso Profissional de Fotojornalismo pelo CENJOR. Entre 2012/2018 foi produtora dos Workshop de Fotografia Documental na República da Arménia, Índia, Marrocos, São Tomé e Príncipe, China e Irão. Em 2012 realizou uma formação pedagógica e fotográfica no Centro Madre Trindade em Dilor – Timor-Leste. Jovem Criadora selecionada para representar a comitiva portuguesa no 1º Congresso Internacional da Juventude “Great Silk Way”, Baku – Azerbaijão, 2012.

Desde 2003 faz parte dos órgãos diretivos do MEF – Movimento de Expressão Fotográfica. Em 2011 realizou uma residência artística pela Scoala de Poetica Fotografica “Francisc Mraz”, em Bucareste e uma residência artística no projeto EVA – Exclusão de Valor Acrescentado – Bairro da Bela Vista, em Setúbal, a convite do Clube Português de Artes e Idéias, financiado pelo Programa Escolhas e pela Secretaria de Estado da Cultura/ DGArtes. Seleccionada na área de fotografia no Concurso Jovens Criadores em 2009 e 2010. Em 2009 e 2017 foi artista finalista nos Encontros de Imagem Braga.

WALTER ROSSA

Walter Rossa é arquiteto, urbanista e académico. Licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, em 1985, adquiriu, em 1991, o grau de Mestre em História de Arte, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Obteve o grau de Doutor em 2001, e fez a Agregação em 2013 em Arquitetura pela Universidade de Coimbra. Atualmente é investigador no Centro de Estudos Sociais, professor catedrático do Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra e titular da Cátedra UNESCO em Diálogo Intercultural em Patrimónios de Influência Portuguesa, sendo ainda coordenador, com Miguel Bandeira Jerónimo do curso de doutoramento homónimo. Leciona nas áreas de Urbanismo, História e Património. Complementando estas funções, já orientou 75 provas académicas e foi autor e coautor de várias publicações. Aborda, principalmente, temas de Teoria e História do Urbanismo e do Ordenamento do Território, História da Arquitetura e Património Cultural, onde desenvolve duas linhas de pensamento: uma dedicada à Urbanística de Influência Portuguesa e outra sobre o Planeamento Urbano em contexto com relevância patrimonial. Procura estabelecer relações estreitas entre a sua atividade académica com ações de cooperação para o desenvolvimento.



FOTOS
ORADORES

JORGE BARRETO XAVIER, HELENA CARREIRAS, MIGUEL COELHO, ALEXANDRA PAIO



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS



WALTER ROSSA



JOÃO SEIXAS



JORGE BARRETO XAVIER



WALTER ROSSA, JOÃO SEIXAS, JORGE BARRETO XAVIER , ALEXANDRA PAIO



NANCY DUXBURY



JOSÉ LUÍS SALDANHA



ROBERTO FALANGA



SÉRGIO BARROSO



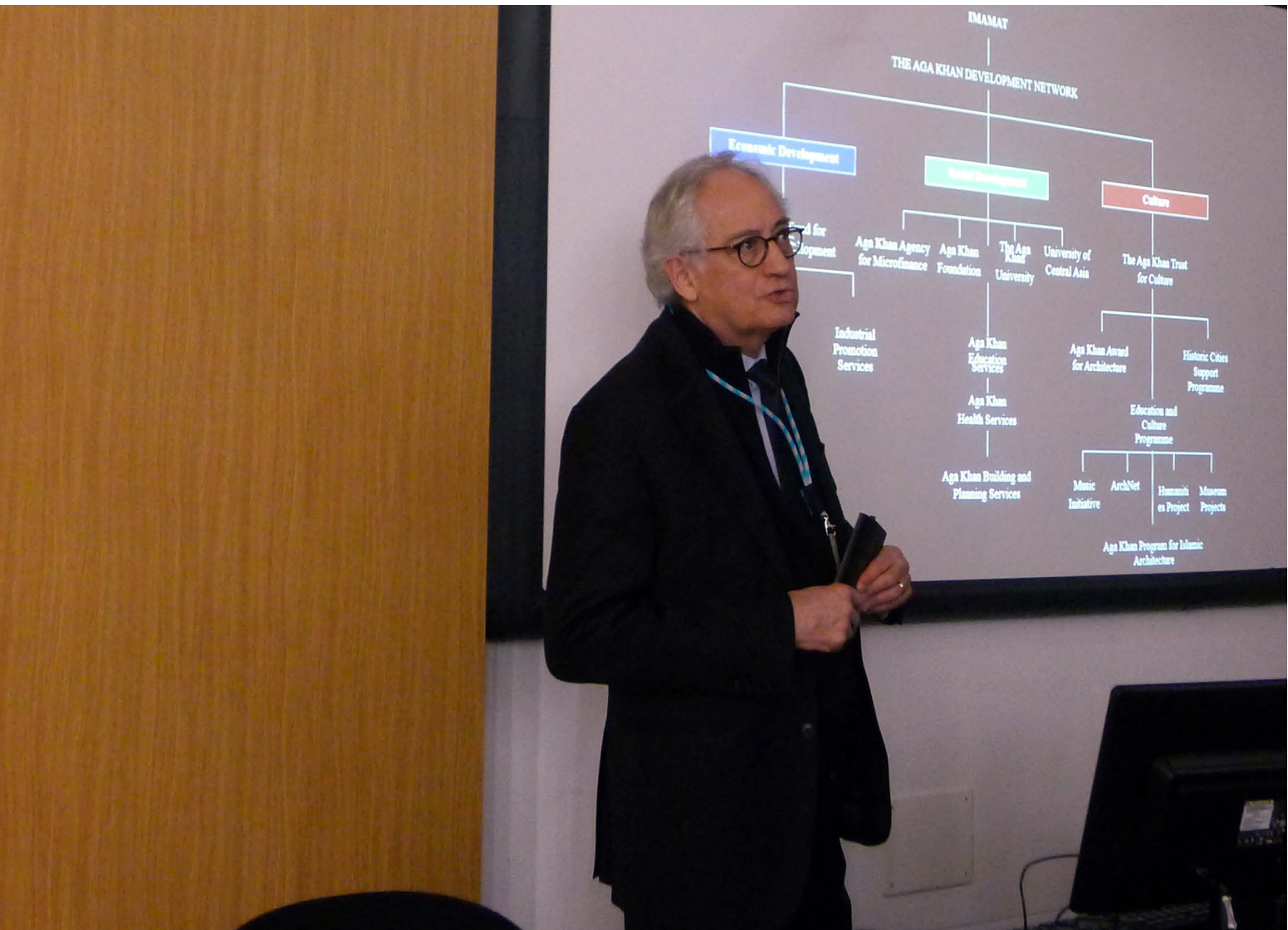
MÓNICA GOMES BARATA, RICARDO TOMAZ



FRANCESCO SIRAVO



CAMERON RASHTI



ALEXANDRA PAIO



ANTÓNIO BRITO GUTERRES



CARLOS SERRÃO



INÊS ANDRADE



OBRA SOCIAL DAS IRMÃS OBLATAS



EDGAR CLARA



EDGAR CLARA, JORGE BARRETO XAVIER, INÊS ANDRADE



RANA TASLIM UDDIN



ANA ESTEVENS



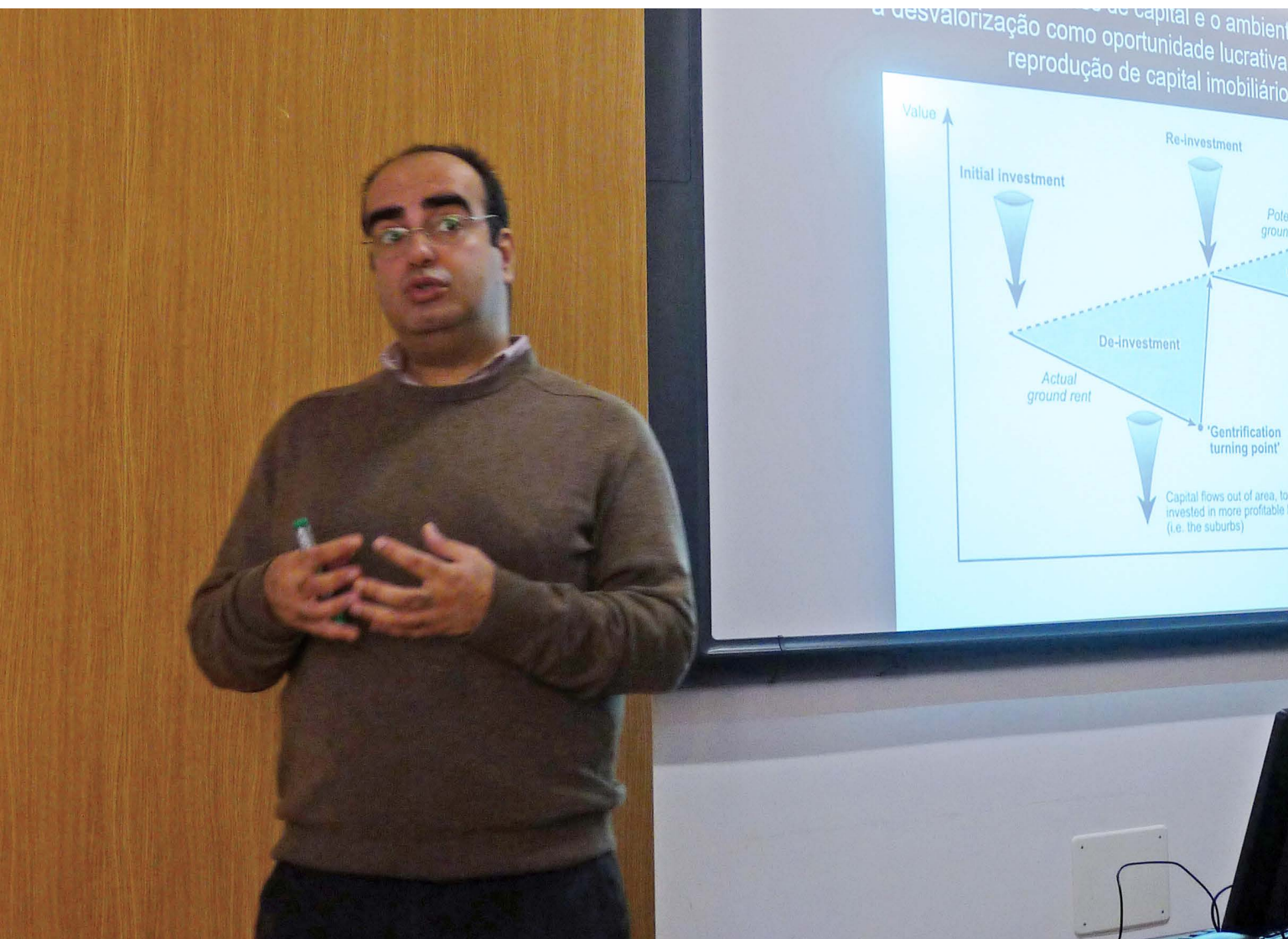
IÑIGO SÁNCHEZ



AGUSTIN COCOLA-GANT



LUÍS GONÇALVES MENDES



GUYA ACCORNERO



ASSOCIAÇÃO CRESCER



Entendemos por "pessoas em situação vulnerável" aquelas que, devido às estruturas sociais e de saúde, não usufruem de condições adequadas de vida. Apresentam-se, na maioria das vezes, com uma condição física muito fragilizada.

- Pessoas que consomem substâncias psicoativas
- Pessoas que consomem álcool
- Pessoas que se prostituem (trabalhadores de rua)
- Pessoas em situação de sem-abrigo
- Pessoas requerentes de asilo

JOÃO GOULÃO



